

Relatório de Gestão 2018



Tribunal Regional Eleitoral do Pará

Composição atual da Corte do TRE/PA

Tribunal Pleno

MPE



**Desembargador
Roberto Gonçalves
de Moura**

Presidente



**Desembargadora
Luzia Nadja
Guimarães
Nascimento**

Vice-Presidente e
Corregedora



**Juiz Arthur Pinheiro
Chaves**

Classe Juiz Federal



**Juiz Amílcar Roberto
Bezerra
Guimarães**

Classe Juiz de Direito



**Juiz Altemar da Silva
Paes**

Classe Juiz de Direito



**Juiz José Alexandre
Buchacra
Araújo**

Classe Advogado



**Nayana Fadul da
Silva**

Procuradora Regional
Eleitoral

Apresentação

Relatório de Gestão do exercício de 2018 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 170/2018, da Portaria TCU nº 369/2018 e das orientações da unidade de controle interno contidas no processo 24.428/2011.

01

Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

02

Planejamento Estratégico e Governança

03

Gestão de Riscos e Controles Internos

04

Resultados da Gestão

05

Alocação de Recursos e Áreas Especiais da Gestão

06

Demonstrações Contábeis

07

Anexos e Apêndices

Mensagem da Presidência

A prestação de contas anual efetuada pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal ao Tribunal de Contas da União (TCU) visa demonstrar os resultados atingidos pelas instituições através de suas atividades ao longo do ano, garantindo à sociedade, destinatária primordial da referida prestação, a devida publicidade e a transparência dos atos da gestão estratégica e de natureza orçamentária, contábil e financeira dos órgãos públicos.

Neste sentido, no presente relatório serão retratados os principais aspectos da gestão e da governança institucional no ano de 2018, dentre os quais destaco as ações orientadas à consecução dos objetivos estratégicos organizacionais do Tribunal, a realização célere e transparente das Eleições 2018, os avanços tecnológicos que modernizaram nossas rotinas e procedimentos, as parcerias e convênios firmados visando a revisão da biometria dos eleitores paraenses, a conquista do 1º lugar no ranking da Transparência do Poder Judiciário, concedido pelo CNJ e do selo na categoria Prata referente ao prêmio “Selo Justiça em Números”, concedido pelo Conselho Nacional de Justiça.

Devo ressaltar que vivenciei os desafios e resultados do ano de 2018 como Vice-Presidente e Corregedor deste Egrégio Tribunal fato este que, dada a tamanha integração existente na Alta Administração, me permitiria falar pormenorizadamente de cada um deles.

Contundo, visando conferir à sociedade uma perspectiva geral a partir do olhar da principal gestora do deste Órgão no exercício de referência, acrescento à esta mensagem de abertura as palavras da Desembargadora, Dra. Célia Regina de Lima Pinheiro, que presidiu esta Corte Eleitoral em 2018.


ROBERTO GONÇALVES DE MOURA
PRESIDENTE DO TRE-PA

Administração do TRE-PA no Ano de 2018



Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro
Presidente
De 27/01/2017 a 25/01/2019



Des. Roberto Gonçalves de Moura
Vice-Presidente e Corregedor
De 27/01/2017 a 25/01/2019



Edson Costa
Diretor Geral
De 19/06/2017 a 31/01/2019

Mensagem da Presidente

Os desafios impostos ao exercício de 2018 foram maximizados pelo cenário de crise econômica nacional. Assim para assegurar a lisura do processo de votação por meio da expansão do cadastramento biométrico, buscamos o apoio do TSE e firmamos parcerias com entes públicos e privados, o que permitiu a revisão do eleitorado de mais 61 municípios e a extensão da biometria a todos os municípios paraenses.

Cientes de nossa responsabilidade socioambiental, implantamos o projeto “Começar de Novo”, instituímos o Plano de Logística Sustentável - PLS e instalamos no edifício-sede sistema de geração de energia solar fotovoltaica, que reduzirá a emissão de poluentes e proporcionará uma economia anual em torno de R\$ 85.000,00, com retorno do investimento em cinco.

Com ênfase na transparência ativa, adequamos nosso site para o acesso dos usuários aos conteúdos exigidos pela Lei de Acesso à Informação, o que resultou na obtenção do 1º Lugar no Ranking do Poder Judiciário.

Modernizamos nossos serviços judiciários ao implantar o Processo Judicial Eletrônico no 2º grau, permitindo aos interessados o acesso simultâneo aos atos processuais em tempo real e em formato digital. Realizamos com êxito as primeiras eleições com julgamento informatizado dos processos eleitorais.

Garantindo a celeridade na prestação jurisdicional, ultrapassamos as Metas Nacionais do CNJ de julgar mais processos do que os recebidos e priorizar o julgamento dos processos mais antigo, obtendo a categoria “prata” do Selo de Justiça em Números.

Em Tecnologia da Informação e Comunicação, desenvolvemos soluções que foram também cedidas a outros Tribunais, tais como, o Sistema de Georreferenciamento de Locais de Votação (GEL), nacionalizado pelo TSE, e renovamos mais de 70% do parque de computadores e 100% do parque de notebooks.

Destaco também a migração do e-mail institucional e compartilhamento de arquivos para o sistema G Suite, o que dinamizou o acesso às informações e permitiu edição simultânea de documentos, elevando a colaboração e a produtividade do Regional

Na área de governança de TI publicamos normativos que instituíram, entre outras, a Política de Segurança da Informação (PSI) e o processo de Gerenciamento de Serviços de TI, o que nos assegurou o patamar de "aprimorado", e os 1º e 2º lugares, respectivamente, no biênio, entre os Tribunais Eleitorais no índice nacional de governança de TI do CNJ, iGOVTIC-JUD.

A gestão orçamentária foi marcada pelo monitoramento contínuo da execução, a fim de reduzir perdas e zelar pela aderência ao planejamento, o que nos alçou ao 2º lugar nacional em execução planejada do orçamento de manutenção e investimento entre os tribunais eleitorais.

Por fim nos restava ainda o maior desafio de todos: realizar as Eleições 2018 em um cenário tecnológico repleto de inovações, com escassez de recursos orçamentários, excessiva polarização política e sob ataques à segurança da votação eletrônica e à própria credibilidade das instituições públicas.

Certos da importância de entrega rápida do resultado, investimos na apuração eletrônica utilizando 416 pontos de transmissão satelital e na consolidação de um novo modelo centralizado de resultado do pleito eleitoral, realizado dentro das instalações do Tribunal, com economia de mais de meio milhão de reais. Mudamos. Acertamos.

Tudo narrado até aqui foi realizado com a estrita observância da conformidade legal e com o único intuito de levar à sociedade os resultados que ela espera e merece deste Órgão, primando pela qualidade na prestação de cada serviço a fim de bem cumprir sua missão institucional de assegurar a a legitimidade do processo eleitoral, o que poderá ser confirmado nas próximas páginas deste Relatório.


Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro
Presidente



- ▶ O Tribunal alcançou 71% de revisão biométrica do eleitorado paraense;
- ▶ 61 Municípios do Pará concluíram a revisão e o cadastramento da biometria.

01

Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

Identificação da UPC

Poder e Órgão de vinculação	
Poder:	• Judiciário
Órgão de Vinculação	• Tribunal Superior Eleitoral
Código SIORG:	• Não se aplica

Identificação da Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa:	• Tribunal Regional Eleitoral do Pará
Denominação abreviada:	• TRE-PA
Código SIORG:	• Não se aplica
Código LOA:	• 14.114
Código SIAFI:	• 07004
Situação:	• Ativa
Natureza Jurídica:	• Órgão Público
Principal Atividade:	• Justiça Eleitoral
Telefones/Fax de contato:	• (91) 3346-8000 / 3212-0342
Endereço eletrônico:	• gab-pre@tre-pa.jus.br / gab-dg@tre-pa.jus.br
Página da Internet:	• http://www.tre-pa.jus.br
Endereço Postal:	• Rua João Diogo, nº 288 - Bairro: Campina – Belém/PA - CEP: 66.015-902

Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada	
Constituição Federal e Decreto-Lei n.º 7.586, de 28/05/1945	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada	
Normas que estabelecem o Regimento Interno do Tribunal: - Resoluções TRE/PA nº 2.909/2002 e nº 3.771/2005; Normas que estabelecem a estrutura organizacional e o regulamento da Secretaria: - Resolução TRE/PA n.º 5.398/2017 e 5.399/2017 (alterada pela Res. nº 5.523/2019).	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
Manuais:	• Guia do Eleitor; • Manual de Procedimentos Cartorários; • Manual de Padronização dos Atos Administrativos (TSE);
Publicações:	• Diário da Justiça Eleitoral. Publicação diária; • Revista do TRE-PA. Publicação quadrimestral; • Informativo do TRE-PA. Publicação mensal;
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI:	• 070004
Nome:	• Tribunal Regional Eleitoral do Pará
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	• 00001
Nome	• Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestão	
Código SIAFI da Unidade Gestora:	• 070004
Código SIAFI da Gestão	• 00001

Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) integra a estrutura do Poder Judiciário Federal e possui como finalidade a jurisdição especializada sobre a matéria eleitoral no Estado do Pará e a realização dos pleitos eleitorais, de acordo com o que declara a Constituição Federal de 1988 e o Código Eleitoral em vigor.

No intuito de atender sua atividade fim, o Tribunal direciona suas diversas atividades ao cumprimento de sua missão institucional, alinhada, também, às diretrizes estabelecidas pelo CNJ e pelo TSE. Sendo assim, a competência precípua desta Justiça Especializada é a prestação de serviços ao cidadão paraense, com o intuito de garantir os direitos de cidadania e o regular exercício da democracia por meio do voto observado nas Eleições Gerais e Municipais, garantindo a legitimidade do processo eleitoral em prol do fortalecimento da democracia.

O TRE-PA exerce sua jurisdição no estado do Pará através da atuação de sua Secretaria, localizada na capital, Belém, assim como por meio das zonas eleitorais distribuídas por todo o território do estado destinadas aos 144 (cento e quarenta e quatro) municípios; e atua como instituição que visa garantir o direito de os cidadãos invocarem sua capacidade eleitoral ativa (exercício do sufrágio) ou passiva (susceptibilidade do cidadão ser eleito como representante da sociedade).

Após a racionalização de recursos da Justiça Eleitoral, a estrutura do TRE-PA está composta por 100 Zonas eleitorais, sendo: 10 (dez) na capital; e 90 (noventa) no interior do estado; além de 07 (sete) Postos de Atendimento também no interior.

O TRE-PA reúne serviços disponibilizados não somente ao eleitor; mas aos advogados; às agremiações partidárias; aos candidatos; dentre outros atores que perfazem o tocante à Justiça Eleitoral e os serviços prestados aos eleitores paraenses, por meio dos atos de emissão, regularização e/ou atualização da situação cadastral, de natureza acessória ou declaratória. O órgão também atua como aplicador das normas e regulamentos afetos ao processo eleitoral brasileiro no estado do Pará, garantindo o adequado exercício das ações de seus servidores e funcionários, em conjunto com o Ministério Público Eleitoral, como órgão orientador e fiscalizador dos atos praticados por usuários externos, tais como: partidos políticos e advogados.

Esta Justiça Especializada é uma instituição que atua na adoção de medidas voltadas à acessibilidade e ao aprimoramento de serviços ao eleitor, a exemplo da realização dos “Atendimentos Itinerantes”, de formas a facilitar o acesso do cidadão em meio às dificuldades geográficas e às condições econômicas de uma parte da população do Pará.

O estado possui especificidades no tocante a sua geografia, relevo, dimensão territorial e infraestrutura logística para os acessos aos municípios. Tais especificidades se traduzem em diversos desafios logísticos para a realização das eleições e no atendimento do seu eleitorado. Isso tudo reflete na forma que o Tribunal atua e analisa o cenário externo para a consecução de suas atividades finalísticas e o cumprimento de sua missão no âmbito do processo eleitoral e da promoção da democracia.

Missão do TRE-PA

“Garantir a legitimidade do processo eleitoral visando ao fortalecimento da democracia”.

Visão do TRE-PA

“Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança”.

Valores do TRE-PA

Ética (agir com integridade, moralidade, coerência e honestidade para a preservação dos interesses institucionais e dos princípios que regem a Administração Pública);

Responsabilidade (atuar primando pelo ambientalmente correto, o socialmente justo e o desenvolvimento econômico equilibrado);

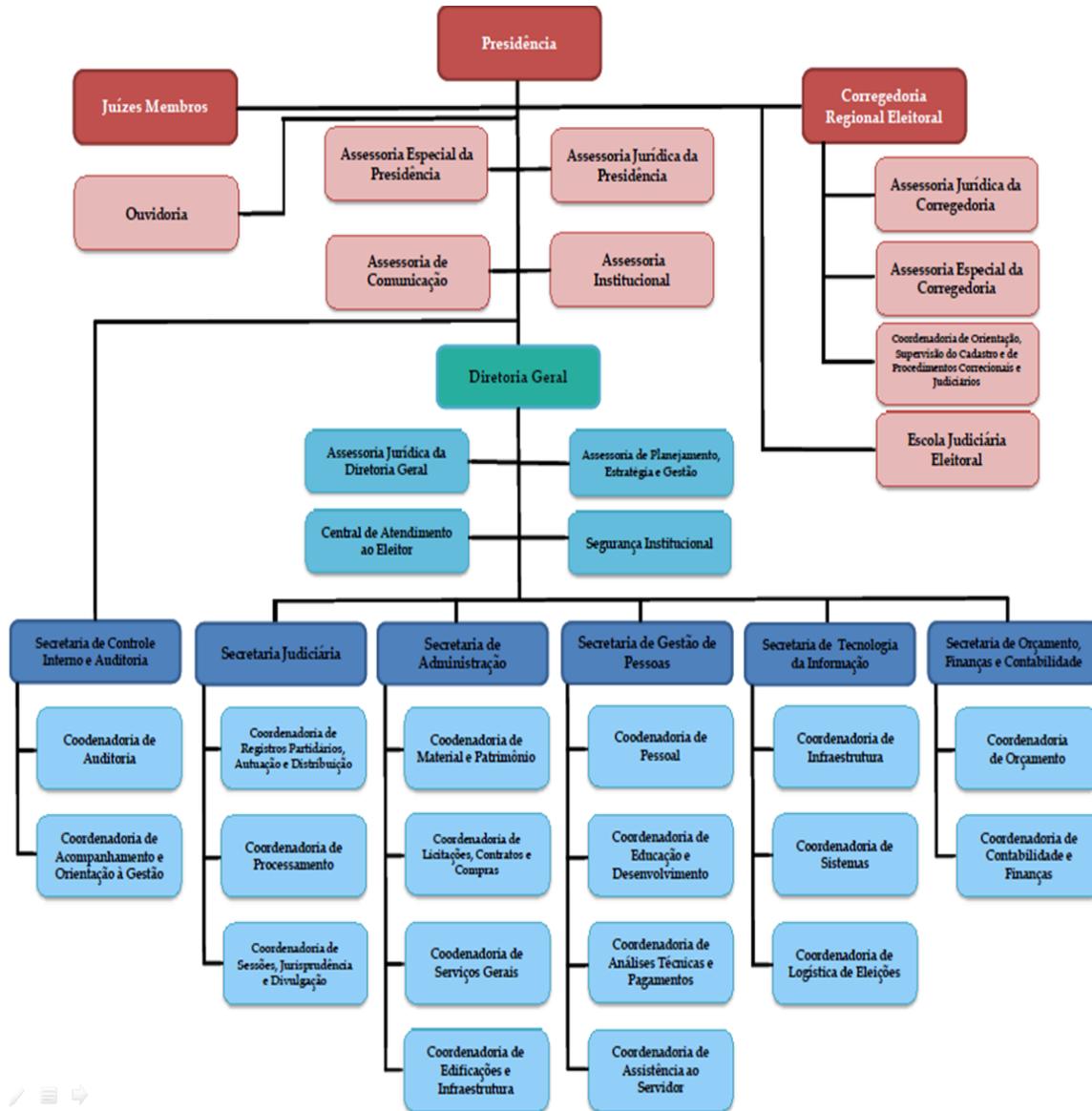
Transparência (garantia do acesso às informações, ações e decisões institucionais);

Segurança (garantir um processo eleitoral seguro e confiável);

Celeridade (atender a demanda em tempo razoável); e

Efetividade (atuar com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades).

Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo



Presidência

Titular: Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro

- unidade da alta administração do órgão responsável pela definição das políticas e diretrizes a serem seguidas pelo órgão;

Corregedoria Regional Eleitoral

Titular: Des. Roberto Gonçalves Moura

- responsável pela orientação, supervisão e fiscalização da atividade cartorária e jurisdicional da Justiça Eleitoral de 1º grau.

Ouvidoria Judicial Eleitoral

Titular: Juiz Altemar da Silva Paes

- compete elaborar, implantar e gerenciar as atividades relativas à Ouvidoria Judicial Eleitoral, identificando as causas e buscando soluções que viabilizem o aprimoramento dos serviços jurisdicionais, a partir das reclamações, denúncias, informações e sugestões recebidas da sociedade

Secretaria de Controle Interno e Auditoria

Titular: Samuel Marinho

- compete planejar, coordenar e supervisionar as atividades de auditoria e fiscalização no âmbito deste Tribunal, atuar no controle e análises decorrentes dos processos de prestação de contas eleitorais e partidárias;

Escola Judiciária Eleitoral

Titular: Luciana de Souza

- compete planejar, organizar e supervisionar as ações da Justiça Eleitoral do Pará, atinentes à formação continuada de Magistrados, Membros do Ministério Público, Advogados, Servidores da Justiça Eleitoral e interessados em Direito Público, à promoção da cidadania, da democracia e da participação político-eleitoral;

Secretaria Judiciária

Titular: Renato Alves

- compete planejar, organizar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de processamento dos feitos eleitorais de competência do Tribunal, serviços de taquigrafia, controle e anotação dos órgãos diretivos regionais e municipais dos Partidos Políticos, registro de candidaturas em nível estadual, sistematização da legislação e da jurisprudência, e assessoramento aos Juizes Membros e Juizes Eleitorais

Estrutura Organizacional

Secretaria de Administração

Titular: Walber dos Remédios

- compete planejar, organizar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de administração de recursos materiais e patrimoniais, de serviços gerais, execução de obras e da organização e gerenciamento de documentos, observada a responsabilidade socioambiental;

Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Titular: Ricardo de Medeiros

- compete planejar, organizar, supervisionar, coordenar e controlar as atividades relacionadas à administração orçamentária e financeira do Tribunal, observada a responsabilidade socioambiental, assim como assinar, juntamente com o Ordenador de Despesas, os documentos de pagamento de despesas regularmente autorizadas;

Secretaria de Tecnologia da Informação

Titular: Felipe de Brito

- compete planejar, organizar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades relativas à realização das eleições, de manutenção do Cadastro de Eleitores, de desenvolvimento e implantação de sistemas informatizados e da infraestrutura necessária para o bom funcionamento de todas as unidades;

Secretaria de Gestão de Pessoas

Titular: Rodrigo Valdez

- compete planejar, organizar, supervisionar, coordenar e controlar as atividades relacionadas à área de recursos humanos, estabelecendo diretrizes, normas, critérios e programas a serem adotados na execução dessas atividades;

Diretoria Geral

Titular: Edson Costa

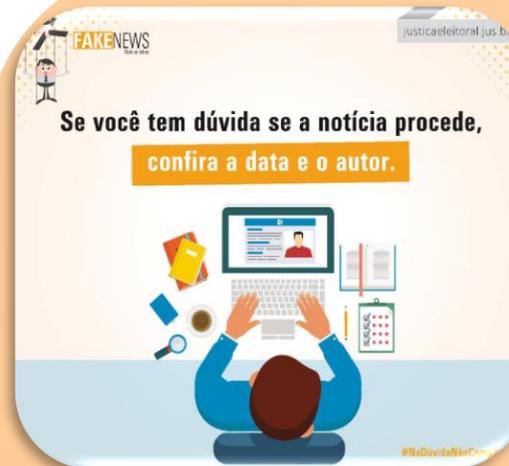
- compete definir metas e dirigir todas as atividades da Secretaria do Tribunal, bem como atender às deliberações da Presidência

Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão

Titular: Hérica de Souza

- compete coordenar e controlar as atividades relativas ao planejamento estratégico do Tribunal, bem como elaborar metodologias de análise e acompanhamento dos projetos em desenvolvimento nas suas diversas unidades, assim promovendo a interligação e compatibilização com os planos tático e operacional

Ambiente Externo



Um dos principais desafios do Tribunal é assegurar a lisura do processo de votação através da expansão do cadastro biométrico. Em 2018, o TRE-PA realizou 19 acordos com municípios para sua expansão no interior do estado do Pará. A capital paraense teve pela primeira vez uma eleição 100% com biometria e o próximo desafio para as eleições de 2020 é o alcance de 100% do eleitorado paraense

Na preparação para o pleito eleitoral, muitas ações foram efetuadas com o intuito de incentivar a conscientização política do eleitor, o uso ético do direito ao voto e de reafirmar a segurança e credibilidade da votação eletrônica em um cenário externo marcado pela rápida circulação da informação (verídica ou não) e pela descrença nas instituições públicas.

Para lidar com esse contexto, O TRE-PA participou do Seminário Propaganda Eleitoral na Mídia, em Cuiabá (MT), evento fruto de uma parceria entre o Colégio de Presidentes dos TRE's (COPTREL) contando com representantes do *Google*, *Facebook*, *Twitter* e especialistas da Polícia Federal e em Direito Eleitoral para a discussão de um dos desafios da Justiça Eleitoral no pleito de 2018: o uso das *fake news*, *junk news*, *big data* e robôs nas mídias sociais; além de promover reunião com os juízes eleitorais através de palestra sobre "Mitos e Verdades" acerca da segurança das urnas eletrônicas, para fins de embasá-los dos argumentos técnicos necessários à garantia da legitimidade do processo eleitoral.

Cadeia de Valor

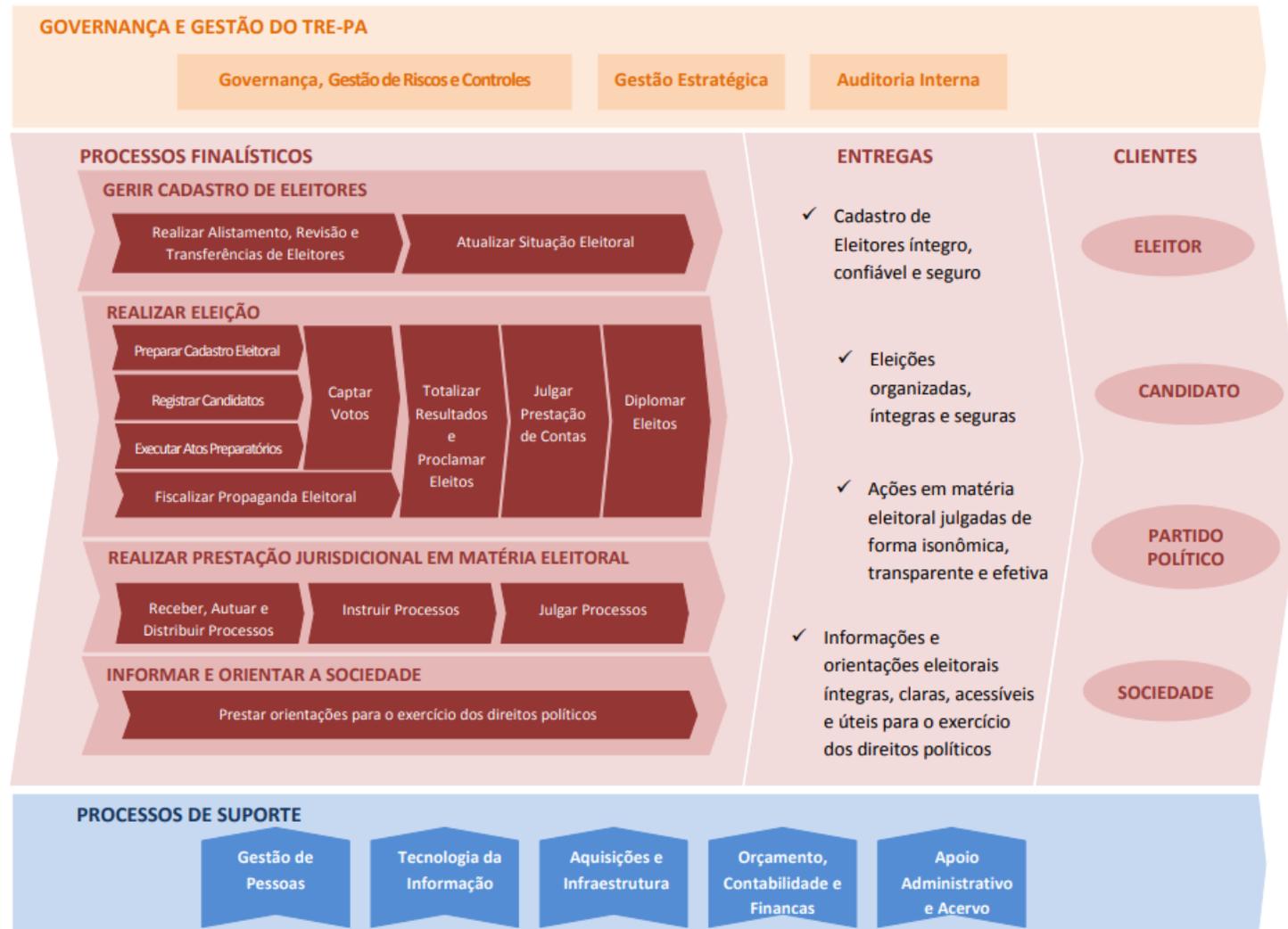
A cadeia de valor do TRE-PA de 2018, ainda sob análise, validação e aprovação, contempla por ora três setores: a Governança e Gestão do Tribunal; seus processos (Finalísticos e de Suporte), suas Entregas e Clientes.

No que ainda está se concebendo no modelo sob revisão e aprovação do TRE-PA, dentro da área de “Governança e Gestão”, estão inseridos: a Governança, a Gestão de Riscos e Controles; a Gestão Estratégica; e a Auditoria Interna; enquanto que na parte de “Processos Finalísticos” estão agregados: a Gestão do cadastro de eleitores; a realização das eleições; a prestação jurisdicional em matéria eleitoral; e as informações e orientações à sociedade; e na área de “Processos de Suporte” estão mapeadas: a Gestão de Pessoas; a Tecnologia da Informação; as Aquisições e Infraestrutura; Orçamento, Contabilidade e Finanças; e Apoio Administrativo e Acervo.

De todo esse estudo da cadeia estão listados: as “Entregas”, englobando: a integridade, a confiabilidade e a segurança do cadastro de eleitores; a organização, a integridade e a segurança das eleições; a isonomia, a transparência e a efetividade dos julgamentos das ações em matéria eleitoral; a integridade, a clareza, a acessibilidade e utilidade de informações e as orientações para o exercício dos direitos políticos; e os destinatários-clientes, ou as partes interessadas, que são: os eleitores; os candidatos; os partidos políticos; e a sociedade como um todo.

O estudo prévio da Cadeia de Valor do Tribunal desenhou um mapa como balizador das discussões que devem ser efetuadas na sequência e ainda em 2019.

Estudo prévio da Cadeia de Valor do TRE-PA
(ainda sob análise e validação)



02

Planejamento Estratégico e Governança

Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico (PEJEP) do Tribunal Regional Eleitoral do Pará para o ciclo 2016-2021 é fruto de um processo colaborativo desenvolvido junto às suas unidades para a definição consensual das diretrizes do órgão, trabalho este que utilizou como base a metodologia *Balanced Scorecard** e teve seu resultado formalizado através da resolução TRE-PA nº 5.329/2016.

O mapa estratégico do Tribunal retrata os desafios a serem enfrentados pela instituição para o alcance de sua Visão e o cumprimento de sua Missão institucional. Por sua vez, as perspectivas representam um encadeamento lógico da estratégia de atuação da instituição, cada uma englobando um conjunto de macrodesafios, quais sejam elas: Recursos, Processos Internos e Sociedade.

Para direcionar o Tribunal ao alcance de suas metas, foram estabelecidas também, para cada macrodesafio, algumas iniciativas, que representam as questões relevantes para a efetiva implementação da estratégia, sendo o elo entre os objetivos da organização e sua efetivação.

Importante ressaltar que, no ano de 2018, considerava-se, ainda, que o macrodesafio “Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa” pertencia à perspectiva de “Processos Internos”.

No entanto, houve uma readequação do mesmo e a sua posterior inclusão na perspectiva de “Sociedade” já constante no Plano de Gestão 2019-2020. Tal alteração é resultante de um novo entendimento do Tribunal que o referido macrodesafio está voltado para a sociedade como um todo; e não, aos processos internos.

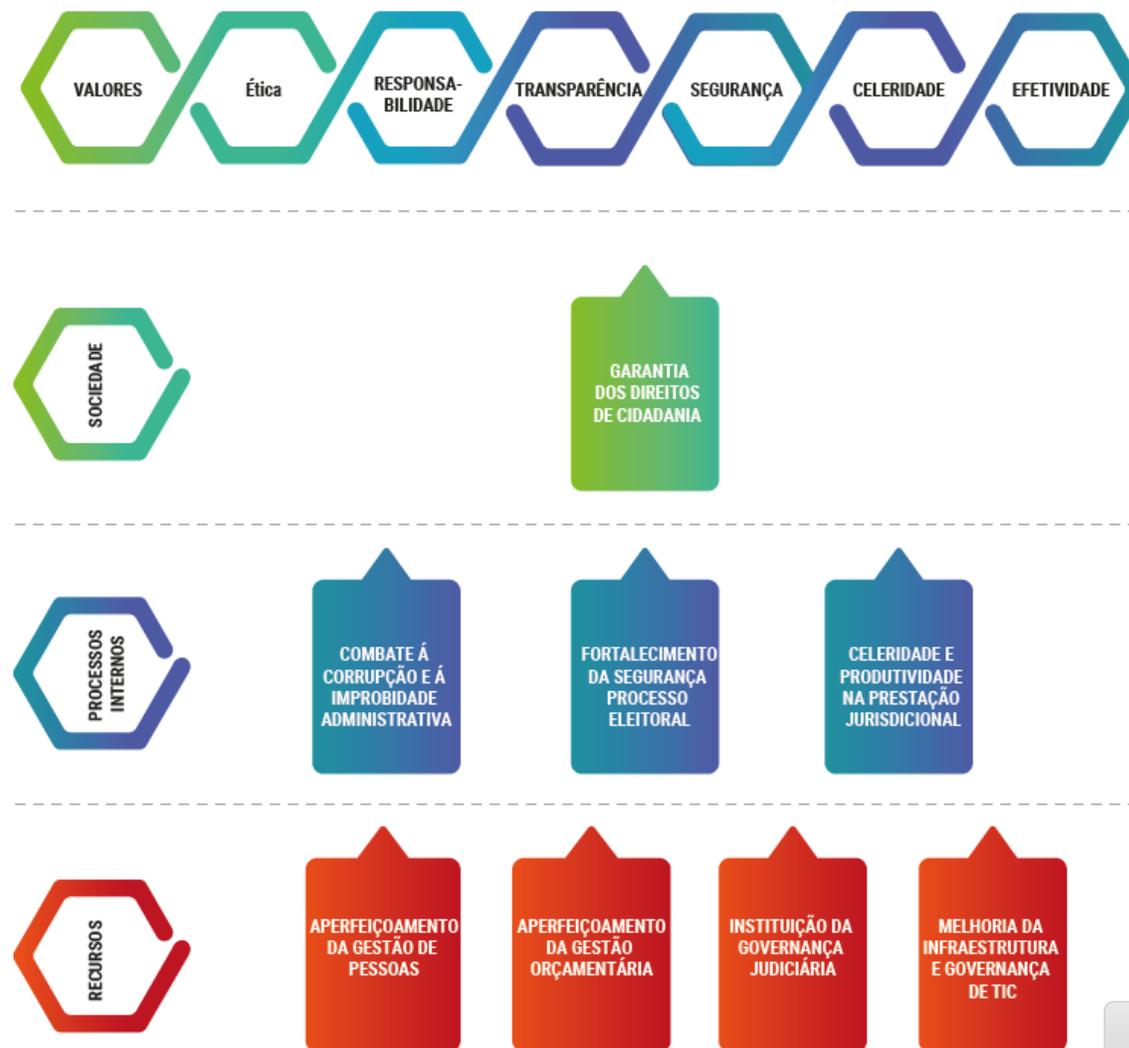
O monitoramento da execução do Planejamento Estratégico é realizado pela Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão – ASPEG, a qual acompanha a evolução dos 42 indicadores de desempenho estabelecidos, reportando os pontos críticos à Alta Administração ordinariamente por ocasião das Reuniões de Análise da Estratégia, realizadas quadrimestralmente com os membros que compõem o Conselho de Governança do Tribunal.

**Balanced Scorecard* é um método que permite a transposição da visão, da missão e dos macrodesafios da organização em indicadores de desempenho norteadores para o monitoramento periódico da estratégia.

Mapa Estratégico do TRE-PA

Missão: Garantir a legitimidade do processo eleitoral visando ao fortalecimento da democracia.

Visão: Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança.



Principais Iniciativas Estratégicas por Macrodesafio:

- Implementar medidas para a promoção da acessibilidade digital dos portais da Justiça Eleitoral do Pará;
- Estruturar e implementar a agenda ambiental do TRE-PA considerando as diretrizes internas e externas;
- Desenvolver a justiça itinerante no âmbito do TRE-PA;
- Aprimorar ações de controle relacionadas à confiabilidade do cadastro eleitoral;

GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA

- Aperfeiçoar a governança em gestão de pessoas;
- Definir, implantar e monitorar modelo de relatório do que não está em conformidade com as recomendações/determinações de órgãos de controle e superior, indicando o que precisa ser feito para que haja essa conformidade;
- Definir, implantar, monitorar e avaliar diretrizes de relacionamento com a mídia, organizações de controle e outras organizações;
- Instituir modelo e processo de Governança do TRE-PA, observando as recomendações dos órgãos de controle;
- Monitorar virtualmente a estratégia

INSTITUIÇÃO DA GOVERNANÇA JURISDICÁRIA

- Desenvolver Plano de continuidade do processo de recadastramento biométrico;
- Aprimorar o processo de gestão das Eleições Oficiais;
- Incentivar o constante aprimoramento da gestão dos cartórios eleitorais;
- Promover ações de esclarecimento sobre o funcionamento do processo eletrônico de votação, notadamente, quanto à segurança.

FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL

- Manter meios específicos de monitoramento da tramitação processual de ações prioritárias no 1º e 2º grau;
- Promover política (ou rotina) de orientação e monitoramento referente à gestão processual no âmbito do 1º grau;
- Aperfeiçoar os editais e termos de referência aos dispositivos da Lei 12.846/2013 e Decreto 8420/2015.

COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

- Aprimorar a gestão de custos operacionais (Orientação consciente para redução de utilização de materiais de consumo; aperfeiçoar a gestão de contratos e os planos de aquisição e manutenção);
- Aperfeiçoar o planejamento e otimizar o resultado da execução orçamentária por meio de ações continuadas: a) divulgação quadrimestral da execução orçamentária; b) monitoramento da execução orçamentária das contratações; c) melhoramento da capacidade de vinculação da execução ao Planejamento Orçamentário.

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

- Desenvolver o Plano Anual de Capacitação;
- Promover a Saúde Integral (Contribuir para construção e manutenção de um bem-estar físico, social e mental por meio de ações integradas das diversas dimensões do ser humano no âmbito do Tribunal);
- Desenvolver a Gestão por Competências;
- Gestão do Clima Organizacional;
- Elaborar planos ou estudos visando manter condições mínimas de funcionamento dos Cartórios Eleitorais do interior, notadamente, no que concerne à capacitação e à força de trabalho.

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

- Manter meios específicos de monitoramento da tramitação processual das ações e recursos de competência da Corregedoria (1º grau) e da Secretaria Judiciária (2º grau);
- Promover política (ou rotina) de orientação e monitoramento referente à gestão processual no âmbito do 1º grau;
- Atualizar o Manual de Práticas Cartorárias;
- Elaborar e instituir modelo de gestão imobiliária;
- Promover o mapeamento de processos.

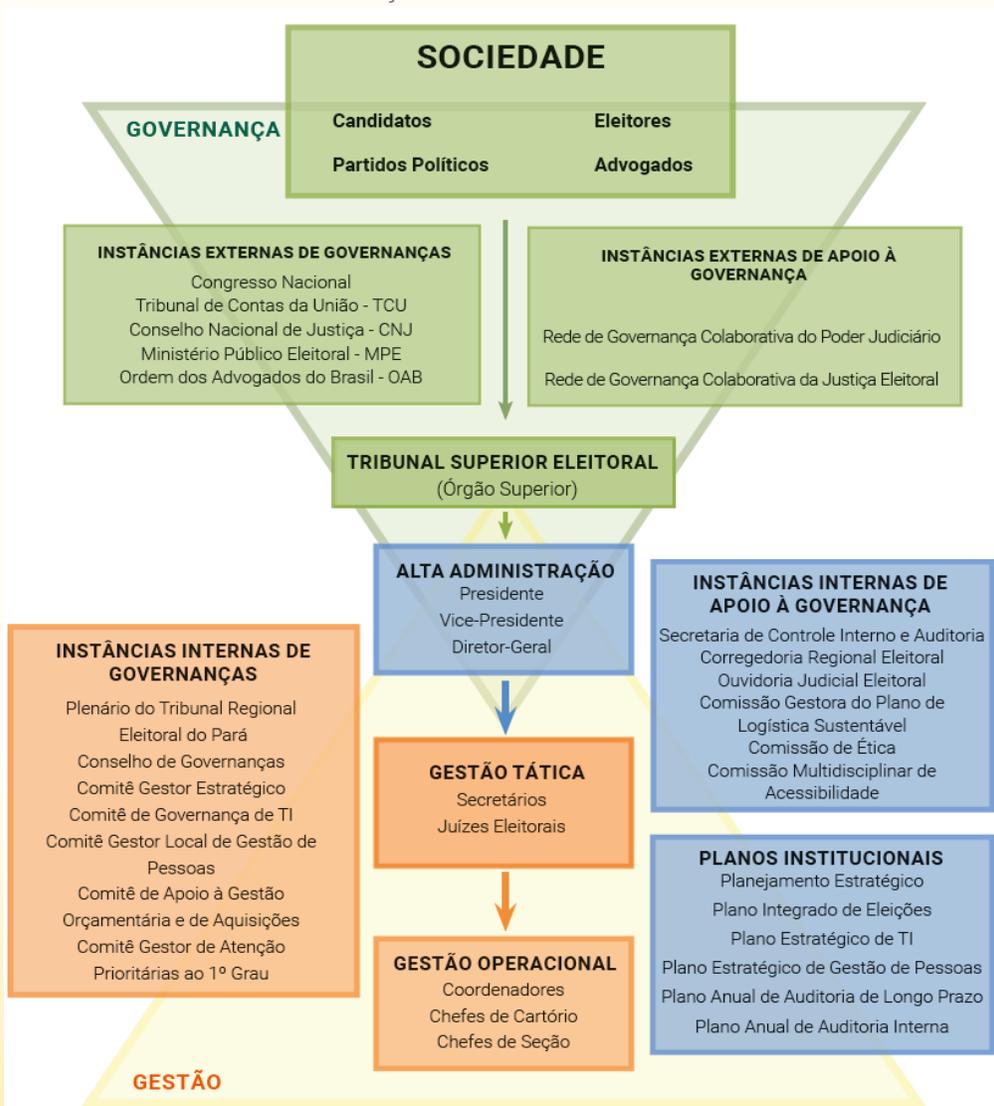
CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

- Instituir plano de atualização da infraestrutura de TI nos cartórios eleitorais e demais unidades do TRE-PA;
- Aprimorar a governança de TIC no âmbito do TRE-PA;
- Estabelecer Plano de Continuidade de TI para serviços informatizados ou dependentes da infraestrutura de TI do TRE-PA;
- Revisar/Definir arquitetura, modelo de desenvolvimento, tecnologias e ferramentas, fim de contribuir para a expansão da capacidade produtiva da unidade;

MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E GOVERNANÇA DE TIC

Sistema de Governança e Gestão do Tribunal

Resolução TRE-PA nº 5415/2017



Fonte: SCIA, TRE-PA.

A governança pública compreende basicamente: a liderança; a estratégia; e o controle; colocados em prática para orientar, monitorar e avaliar a gestão, com a finalidade de prestar serviços à sociedade e de conduzir políticas públicas. No TRE-PA, a Resolução nº 5415/2017 aduz que, além do Plenário, essas funções devem ser exercidas através de Conselhos e Comitês. Para tanto, foram criadas comissões de apoio para discussão e deliberação em conjunto dos temas de interesse da gestão, no intuito de melhorar a gestão estratégica e de garantir a auditoria por meio de consultorias, auxiliando as unidades a identificar e gerir os riscos dos seus processos de trabalho.

Destaca-se em 2018 como atuação dessas instâncias de governança, a validação da Política de Aquisições e seu Plano de Tratamento de Riscos e a regulamentação das etapas e requisitos indispensáveis ao processo de transição, o qual, no intuito de assegurar o repasse das informações necessárias à continuidade dos serviços, foi regulamentado pela Resolução TRE-PA nº 5498/2018.

PLENÁRIO DO TRIBUNAL

- 2 juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado;
- 2 juízes dentre os juízes de direito do Tribunal de Justiça do Estado;
- 1 juiz do Tribunal Regional Federal da respectiva região, ou de um juiz federal por ele indicado;
- 2 juízes, nomeados pelo Presidente da República, dentre 6 advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, e comprovação de mais de 10 (dez) anos de efetiva atividade profissional de advocacia, indicados pelo Tribunal de Justiça do Estado.



ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A norma que regulamenta a atuação da Auditoria Interna no âmbito desta UPC é a Resolução TRE/Pará nº 5.373/2016.

No que se refere aos elementos que caracterizam a independência e objetividade da Auditoria Interna, no capítulo "8. Normas profissionais dos servidores lotados na UCI" da norma de auditoria supracitada, está garantida a atuação imparcial, independente e objetiva dos auditores, inclusive com a previsão de impedimento em situações que possam prejudicar, de forma real ou aparente, tais características.

O planejamento da Auditoria Interna dá-se por meio do Plano Anual de Auditoria (PAA), assim como pelo Planejamento de Auditoria de Longo Prazo (PALP), de periodicidade quadrienal.

Consultorias realizadas pela SCIA

Área	Resultado
Governança em Nível de Entidade	Resolução TRE-PA nº 5.415/2017, dispondo sobre o Sistema de Governança e Gestão da Justiça Eleitoral do Pará.
Gestão de Riscos em processos intraorganizacionais	Mapeamento e avaliação de riscos, com definição de planos de tratamento, em processos de suporte (Gestão do Proas, Suprimento de Fundos, Formalização de Convênios, Segurança Institucional) e em processos finalísticos (Registros de Candidatura e Prestação de Contas Eleitorais).

Atividades de Correição E Apuração de Ilícitos Administrativos

Correições Ordinárias presididas pelo Corregedor Regional Eleitoral

Foram analisados 846 (oitocentos e quarenta e seis) processos judiciais e administrativos em tramitação nas zonas eleitorais e prestadas orientações acerca do cumprimento de despachos e decisões, considerando aspectos organizacionais e técnicos, no que concerne a tramitação dos processos e seus respectivos registros no Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos – SADP.

Correições Ordinárias presididas pelo Juiz Eleitoral

Foram realizadas entre 1º de novembro a 19 de dezembro de 2018, tendo sido aferida a regularidade do funcionamento do cartório eleitoral e de seus serviços, referentes aos doze meses anteriores à data do início do procedimento correccional.

Zonas selecionadas			
Zona	Município	Zona	Município
7	Abaetetuba	54	Senador José Porfírio
8	Vigia	55	Almerim
9	Curuçá	74	Tucumã
10	Muaná	75	Parauapebas
18	Altamira	79	Uruará
26	Porto de Moz	80	Pacajá
27	Ponta de Pedras	82	Gurupá
31	Maracanã	85	Medicilândia
32	Marapanim	89	Terra Santa
46	Santana do Araguaia	101	Novo Repartimento
48	S. Sebastião da Boa Vista	106	Parauapebas
53	São Felix do Xingu		

Total: 15 Processos

Sindicância

Total: 2 (ano: 2018)

- 1 Relatoriada
- 1 Tramitando



PAD

Total: 13 (ano: 2018)

- 5 Relatoriados
- 3 Suspensos
- 5 Tramitando



No exercício de 2018 a Corregedoria Regional Eleitoral não realizou correção extraordinária, uma vez que não ocorreu nenhum fato que definisse a necessidade desse tipo de correção.

•“**relatoriado**” indica o término do trabalho da CPSIND referente a um dado processo, o qual segue para apreciação superior;

•“**suspenso**”: indica que a tramitação foi suspensa, conforme decisão superior, em virtude da impossibilidade da realização plena do direito de defesa e a produção de provas por parte do indiciado;

•“**tramitando**”, indica que a apuração não foi concluída. Dos 15 (quinze) processos disciplinares iniciados em 2018, 6 (seis) não foram concluídos, e, por esse motivo, estão em tramitação.



Principais canais de comunicação com a Sociedade e com as partes interessadas

Ouvidoria Judicial Eleitoral

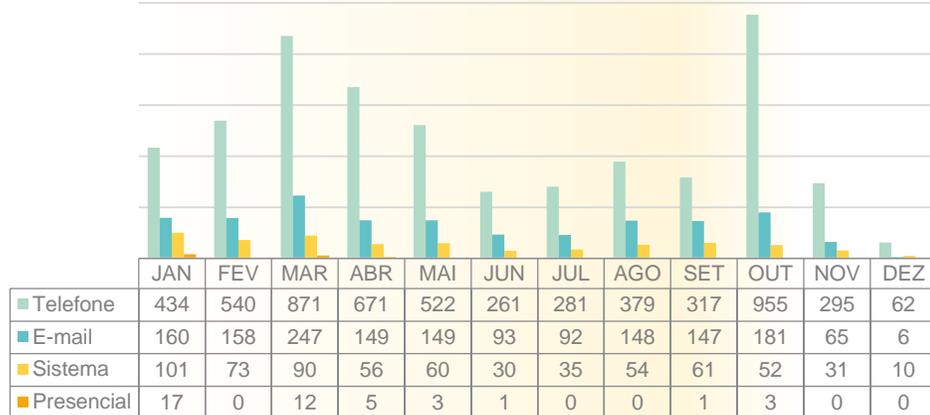


Canais de Atendimento



- **Internet** (formulário eletrônico e fale conosco);
- **E-mail:**
- **Telefones:** 0800 096 0007 / 32223031/3346-8035/8036/8037
- **Atendimento presencial.**

Resultados do serviços de Ouvidoria - 2018



Portal da Internet



Um dos principais objetivos da comunicação institucional é o estabelecimento de relações confiáveis com seu público, tanto interno como externo. Na busca por esse objetivo, o TRE desenvolveu soluções para aprimorar a comunicação com a sociedade. Nesse esteio, inovações e informações foram introduzidas no site do Tribunal, deixando mais interativo e acessível às pessoas. Trazendo mais transparência às atividades realizadas.

Canal no Youtube



Canal oficial no YouTube onde os vídeos gerados pelo TRE são organizados em *playlists* (lista de programas específicos), como por exemplo para as Sessões Plenárias do TRE-PA.



Pesquisa de satisfação



Dos 761 eleitores que participaram da pesquisa nos Cartórios Eleitorais e em postos de atendimento, 95,27% se manifestou como extremamente satisfeito com a prestação do serviço.

Perfil em Rede Social



Disponibilização no site do TRE-PA e nas redes sociais do órgão (*Facebook*) das informações do Seminário de Segurança da Urna Eletrônica que teve como objetivo apresentar e esclarecer dúvidas sobre o funcionamento do processo eleitoral – especificamente, da urna eletrônica, mas também sobre, a computação de votos, os votos impressos, fraudes e segurança de urnas.

03

Gestão de Riscos e Controles Internos

Gestão de Riscos e Controles Internos

O Tribunal ainda não possui uma Política de Gestão de Riscos formalizada, ação que consta do Plano de Gestão 2019-2020 para ser concretizada entre os meses de abril a agosto/2019.

Apesar da não formalização da norma, a UPC possui mecanismos de controle que elevam sua capacidade de alcançar seus objetivos estratégicos.

Dentre tais controle-se destaca-se o gerenciamento da estratégia que é feito a partir da análise de indicadores, realizada pela Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão, a qual solicita manifestação das unidades gestoras e consolida os dados para apresentação nas Reuniões de Análise da Estratégia – RAE's.

Com isso é possível repassar à Alta Administração o grau de cumprimento do que foi planejado e o efetivo impacto disto nas metas traçadas, o que permite a rápida intervenção para que os resultados pretendidos sejam alcançados, a partir do envolvimento de todo o Conselho de Governança na busca de soluções para os pontos críticos observados, o que tem mitigado os possíveis riscos.

Reconhecendo a importância deste componente da governança institucional, o TER-PA tem progressivamente caminhado para a implementação de uma consistente e efetiva gestão de riscos.

Para tanto, utilizando do Termo de Cooperação Técnica entre os órgãos do Judiciário do Pará, o TRE-PA promoveu em conjunto com a Coordenadoria de Governança do TRT da 8ª Região, *Workshop* de Gestão de Riscos.

Desta forma, pôde sensibilizar os macrogestores do Tribunal, para a metodologia de mapeamento e tratamento de riscos com base no referencial ISO 31000. E, na sequência, procedeu com a construção de matrizes de risco e planos de tratamento em diversos processos do Tribunal, tanto na área meio quanto na área fim, criando assim as bases para implementação de uma cultura de gestão de riscos no órgão.

Além disso, com a finalidade de atender ao direcionamento dos órgãos de controle e diante da necessidade de controlar riscos na instituição, o Tribunal fomentou a cultura de gestão de riscos através da abordagem de Consultoria desenvolvida pela Secretaria de Controle Interno e Auditoria (SCIA), em consonância com o novo direcionamento dado à auditoria interna de auxiliar a organização a atingir seus objetivos de negócio a partir de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos.

Sob o enfoque de uma atuação estratégica e de melhor relação custo-benefício, a consultoria se insere como uma das perspectivas de atuação da auditoria interna, ao lado da avaliação, no intuito de adicionar valor e proporcionar a melhoria contínua da organização.

Na temática gestão de riscos e na perspectiva de consultoria, destacam-se as seguintes ações realizadas:



2017

- Visita técnica ao TCU - maio
- Visitas técnicas ao TRT da 8ª Região - junho e agosto
- Promoção do Workshop de Gestão de Riscos com a participação dos gestores (Secretários, Coordenadores e Chefes de Seção) - setembro
- Atuação em plano piloto na metodologia de Gestão de Riscos - Gestão do PROAS

2018

- Inclusão no PAA 2018 de temas ligados a consultorias em gestão de riscos
- Execução, em 2018, de análise de riscos, em nível de consultoria, em temas ligados ao Plano Integrado de Eleições - atividade-fim do órgão - Registro de Candidaturas, Suprimento de Fundos e Prestação de Contas.*
- Formalização da Política de Gestão de Riscos nas aquisições.*
- Realização de curso In Company "Gestão de Riscos nas Aquisições ministrado pelo professor Rodrigo Fontenelle, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério do Planejamento desde 2016 e Auditor Federal de Finanças e Controle do Ministério da Transparência e CGU.

2019

- Consultoria para formalização da Política de Gestão de Riscos do Tribunal (abril e maio/2019)
- Constituição de Grupo de Trabalho para apresentação de minuta e aprovação pelo Conselho de Governança (jun e julho/2019)
- Identificação dos riscos dos processos críticos (agosto e setembro/2019)

Gestão de Riscos e Controles Internos

Outros processos tiveram seus riscos mapeados pela SCIA nas consultorias realizadas no exercício 2018 com recomendações e sugestões de controles a serem implementados pelas unidades, dentre eles:

1- Gestão do PROAS (Programa de Assistência à Saúde do TRE-PA) – No intuito de atuar na linha recomendada pelo TCU, fomentou a cultura da Análise de Riscos;

2- GSI – Gabinete de Segurança Institucional – Plano de Prevenção e Combate a Incêndio e Monitoramento dos Equipamentos de Segurança do Depósito de Urnas, oriunda de recomendação no ciclo de Auditorias Integradas referentes a processos críticos relacionados aos objetivos estratégicos da Justiça Eleitoral. Nesse contexto, foram selecionados os processos de Armazenamento e Manutenção de Urnas Eletrônicas e Suprimentos de Materiais Eleitorais;

3- Suprimento de Fundos – Visou identificar e analisar os riscos relativos à execução dos atos preparatórios com o escopo nos suprimentos de fundos concedidos para realização do Pleito Eleitoral de 2018.

4 - Registro de Candidatura e Prestações de Contas Eleitorais – Conforme orientação do TCU, diante da inexistência de processo formal de trabalho para o gerenciamento de riscos, a auditoria interna estabeleceu o processo de Gestão de Riscos, fornecendo metodologias e ferramentas às unidades de negócios com a finalidade de identificar, avaliar e gerenciar riscos destes importantes processos finalísticos.

Processos tiveram seus riscos mapeados nas consultorias realizadas em 2018			
Processos	Recomendações	Riscos Mapeados	Controles Implementados
Gestão do PROAS	2	13	7
Segurança Institucional	3	12	5
Gestão dos Convênios	2	4	2
Registro de Candidaturas	3	31	13
Suprimento de Fundos	4	18	6
Prestação de Contas Eleitorais	5	10	9
TOTAIS	19	88	42

Matriz de Riscos – Exemplificação dos Elementos da matriz aplicadas à Consultoria de Gestão de Riscos no Registro de Candidaturas – Eleições Gerais 2018

Subprocesso	Causas	Eventos de Risco	Correspondências	Correspondência	Probabilidade e de Risco	Impacto de Risco	Nível de Risco	Resposta ao Risco	Controle existente	Novo Controle
Pedido de Registro de Candidatura Eleições 2018	Coordenador de Registros Partidários Atuação e distribuição	1. Pessoal insuficiente 2. Pessoal sem capacitação	Insuficiência de pessoal para procedimentos dos pedidos	Prejuízo ao trâmite processual	MÉDIA	ALTO	RISCO ALTO	Compartilhar	1. Recrutamento de servidores em parceria com a SGD 2. Deslocamento temporário e em tempo integral dos servidores recrutados para as unidades da SJ	1. Recrutamento de servidores em parceria com a SGD 2. Deslocamento temporário e em tempo integral dos servidores recrutados para as unidades da SJ
Registro de Candidaturas	Secretário Judiciário	Ausência de Suporte Fiscal para o Pje	Demora na solução de problemas técnicos apresentados no Pje	Atraso no processamento do Registro de Candidaturas	MÉDIA	ALTO	RISCO ALTO	Mitigar	Suporte Remoto junto ao TSE	Priorizar meios para obter maior interação com o suporte do TSE



A Gestão de Riscos do Registro de Candidaturas das Eleições Gerais 2018, efetuada pela Secretaria Judiciária (SJ), com apoio da Secretaria de Controle Interno e Auditoria (SCIA), levantou e analisou riscos que resultaram em mapas de subprocessos, matrizes de risco e indicadores de desempenho.

Gestão de Riscos e Controles Internos

Conhecedor dos riscos de ser responsabilizado subsidiariamente em processos trabalhistas, o TRE-PA tem enfatizado a fiscalização contratual, cumprindo com seu deveres legais e disseminando boas práticas entre os fiscais de contratos. Tais medidas resultaram em um baixo número de ações trabalhistas em 2018 e na ausência de condenação da União em qualquer uma delas.



CONTRATADA	DADOS GERAIS	SITUAÇÃO ATUAL
Fenix Serviços Especializados Eireli-EPP	Contrato: 9/2017 Processo: 0000518-86.2018.5.08.0106	Improcedente em relação ao TRE-PA/União, condenada a empresa contratada, decisão de 12/09/2018
Fenix Serviços Especializados Eireli-EPP	Contrato: 9/2017 Processo: 0000675-14.2018.5.08.0121	Desistência da Reclamação em face do TRE-PA/União, pedido julgado parcialmente procedente em relação à empresa contratada em 08/10/2018
Fenix Serviços Especializados Eireli-EPP	Contrato: 9/2017 Processo: 0000536-62.2018.5.08.0121	TRE-PA/União excluído da lide, contratada celebrou acordo para pagamento das verbas pleiteadas pela reclamante. Decisão de 05/07/2018.
Service Amazon Ltda	Contrato: 3/2012 Processo: 0000066-10.2017.5.08.0107	Improcedente em relação ao TRE-PA/União, condenada a empresa contratada, decisão de 05/11/2018.

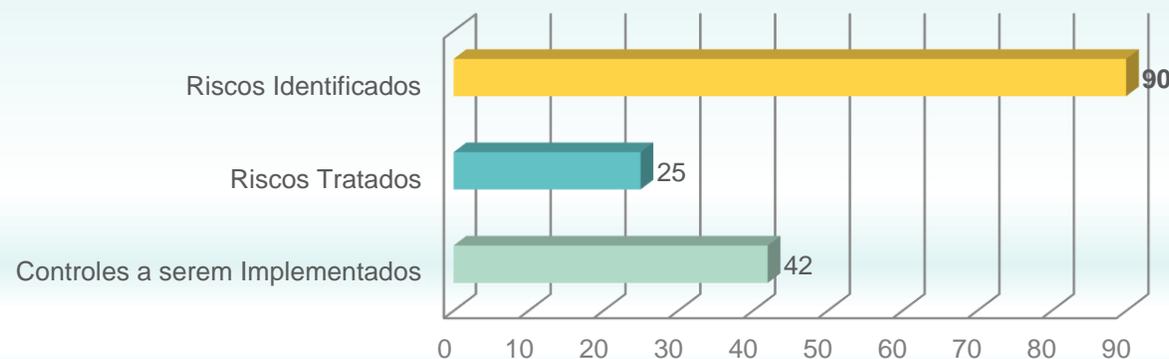
O Tribunal implantou a sua Política de Aquisições, através da Portaria nº 18261/2018, que contempla: objetivos, princípios, diretrizes, política de compras e de sustentabilidade, capítulo específico sobre a política de gestão de riscos nas aquisições. Tanto a proposta da Política de Aquisições, quanto o Plano de Tratamento de Riscos, foram aprovados pelo Comitê de Apoio à Gestão Orçamentária e de Aquisições, por ser a instância deliberativa superior capaz de dar efeito às ações e monitorar os resultados, e posteriormente foram validados pelo Conselho de Governança instituído pela Resolução TRE-PA nº 5.415/2017.

A Secretaria de Administração implementou Plano de Tratamento de Riscos para as aquisições e para os convênios firmados pelo Tribunal.

A construção do plano iniciou-se em março de 2018, a partir dos estudos realizados para elaboração do Processo de Contratação de Bens e Serviços, em cumprimento ao exposto no Acórdão TCU nº 2343/16 – Plenário, que, dentre outras consignações, recomendou acerca da modernização da gestão, por meio do estabelecimento de padrões de governança no TRE-PA.

Houve priorização dos riscos classificados nos níveis Alto e Médio. Entretanto, apenas os eventos de riscos classificados como médios e com nível de risco inerente maior que 8 foram priorizados. Todos os riscos classificados como altos foram incluídos no Plano de Tratamento. Assim, foram mapeados 90 (noventa) eventos de riscos, dos quais 25 (vinte e cinco) foram classificados como relevante e foram contemplados com 42 (quarenta e dois) novos controles específicos no plano de tratamento de riscos.

Plano de Tratamento de Riscos



Visão parcial da Matriz de Riscos - Aquisições

ITEM	ETAPA DA CONTRATAÇÃO	CATEGORIZAÇÃO	GESTOR DO RISCO	CAUSA	EVENTO DE RISCO	CONSEQUÊNCIA	PROBABILIDADE INERENTE	IMPACTO INERENTE	MEDIDA DE RISCO INERENTE	NÍVEL DA MEDIDA DE RISCO INERENTE	RESPOSTA AO RISCO	CONTROLE
1	Seleção	Coleta de Preços	SECOM	Ausência de refinamento da estimativa de preços realizada nos estudos técnicos preliminares, em especial para contratações complexas.	Inclusão de referência de preço inadequada no TR/PB	utilização de parâmetro inadequado para julgamento da proposta vencedora e dificuldade de justificar as estimativas quando questionados por partes interessadas.	3- Média	3- Médio	9	Médio	Mitigar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar POP para refinamento da estimativa de preços 2. Aprimorar a análise da Coleta de Preços por parte do Demandante
2	Planejamento	Planejamento da Contratação	SECOM	Responsável pelo planejamento da contratação não detém as competências multidisciplinares necessárias à execução da atividade.	Especificações incompletas ou com requisitos irrelevantes ou indevidamente restritivos	indefinição do objeto e dificuldade de obtenção da solução necessária ao atendimento da necessidade	2- Baixa	3- Médio	6	Médio	Mitigar	Atualizar modelo de estudos preliminares, incluindo necessidade da equipe de planejamento observar o guia de licitação sustentável da AGU
3	Gestão	Execução	Diretor Geral	Ator designado pela Administração para atuar na fase de gestão do contrato não possui tempo suficiente para desempenhar as atividades	Fiscalização inadequada dos aspectos sobre os quais não detém competência	não detecção de descumprimento de partes da avença com suas consequências.	2- Baixa	4- Alto	8	Médio	Mitigar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar capacitação e formação continuada de servidores para as funções de gestor e fiscal de contratos 2. Propor a implantação da unidade de gestão de contratos
4	Seleção	Licitação	SA	Responsável pela seleção do fornecedor não detém as competências multidisciplinares necessárias à execução da atividade	Aceitação ou recusa de propostas em desacordo com o edital	contratação de objeto que não atende à necessidade que originou a contratação ou interrupção do processo de contratação	2- Baixa	4- Alto	8	Médio	Mitigar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Alta administração define atribuição para os diversos atores necessários ao correto julgamento da licitação, incluindo, pelo menos, a assessoria jurídica, o pregoeiro e os integrantes demandante, técnico e administrativo. 2. Realizar capacitação e formação continuada de servidores para a função de pregoeiro

Visão parcial da Matriz de Riscos - Aquisições

ITEM	ETAPA DA CONTRATAÇÃO	CATEGORIZAÇÃO	GESTOR DO RISCO	CAUSA	EVENTO DE RISCO	CONSEQUÊNCIA	PROBABILIDADE INERENTE	IMPACTO INERENTE	MEDIDA DE RISCO INERENTE	NÍVEL DA MEDIDA DE RISCO INERENTE	RESPOSTA AO RISCO	CONTROLE
5	Planejamento	Planejamento da Contratação	Diretor Geral	Método subjetivo (ou ausência de método) para quantificar a demanda.	Divergências com a contratada sobre a quantidade demandada (e executada)	paralisação da execução contratual ou pagamento por demandas não entregues.	2- Baixa	4- Alto	8	Médio	Mitigar	Criar grupo de trabalho para apresentar propostas para adoção IMR nos contratos de serviços continuados do TRE-PA
6	Governança	Planejamento da Contratação	SA	Ausência de priorização das aquisições que apoiam a implementação das ações organizacionais mais relevantes	Decisões sobre as aquisições dispersas na organização.	diminuição do impacto da atuação da organização para a sociedade.	2- Baixa	4- Alto	8	Médio	Mitigar	1. Definir os princípios, diretrizes e objetivos para a elaboração do Plano de Contratações e da Proposta Orçamentária 2. Elaborar plano de adequações e reformas, obedecendo ao disposto na portaria que institui a política imobiliária do Tribunal. 3. Aperfeiçoar a metodologia de elaboração da proposta orçamentária.
7	Planejamento	Planejamento da Contratação	Comitê de Apoio à Gestão Orçamentária e de Aquisições	Execução de contratações desalinhadas dos objetivos estabelecidos nos planos da organização e do OGS.	Deixar de investir em iniciativas que contribuam para o alcance dos objetivos organizacionais	não alcance dos objetivos.	3- Média	4- Alto	12	Médio	Mitigar	1. Aprovar o resultado do planejamento conjunto de todas as contratações e do orçamento da organização, verificando o alinhamento das contratações previstas com os objetivos que constam dos planos, em especial as contratações de maior importância ou materialidade. 2. Fazer constar do plano de contratações a indicação dos processos críticos com base no valor e impacto a ser definido pelo comitê

04

Resultados da Gestão

Principais Resultados da Gestão – Ano 2018



No ano de 2018 foram obtidos importantes resultados advindos da execução de suas iniciativas estratégicas, o principal deles foi a **expansão do cadastramento biométrico** a partir da extensão da modalidade ordinária a todos os municípios, foi um marco para a lisura do processo eleitoral.

Na área socioambiental, foi implantado o projeto “Começar de Novo”, instituído o Plano de Logística Sustentável, adotadas medidas de redução de consumo e instalada no edifício-sede **usina fotovoltaica** que irá gerar economia anual de em torno de R\$ 85.000,00.

Para incentivar a conscientização política e o voto ético foram promovidas **ações de cidadania**, seminários e palestras voltados a estudantes, advogados e partidos políticos promovidos pela Escola Judiciária Eleitoral.

Com ênfase na transparência ativa, o site deste Regional foi adequado para permitir a fácil navegação e a rápida localização dos conteúdos exigidos na Lei de Acesso à Informação resultando no **1º Lugar no Ranking da Transparência** do Poder Judiciário.

Com a implantação do Processo Judicial Eletrônico-PJE no 2º grau permitiu-se aos interessados acesso simultâneo aos atos. Prestigiando a celeridade, foram ultrapassados as Metas Nacionais do CNJ de julgar mais processos do que os recebidos e priorizar o julgamento dos processos mais antigo.

A Gestão de Pessoas e investiu na capacitação dos servidores e privilegiou a política de gestão por competência com permanente atenção na qualidade de vida e saúde do corpo funcional.

Na gestão administrativa, foram identificados e tratados os riscos relacionados às aquisições públicas e foram normatizados os mecanismos de aquisição, construção, reforma, uso e locação de imóveis.

Em Tecnologia da Informação e Comunicação, o TRE-PA tornou-se referência nacional ao ter quatro soluções reconhecidas no Fórum de Tecnologia da Informação da JE e ceder a outros tribunais soluções como o Sistema de Georreferenciamento de Locais de Votação (GEL), nacionalizado pelo TSE, e o extrator de dados processuais para remessa de informações ao CNJ, solicitado até por Tribunais Superiores. Além disso, O TRE-PA migrou seu e-mail institucional e compartilhamento de arquivos para o sistema G Suite, o que dinamiza as informações e permite edição simultânea de documentos acessíveis de qualquer parte do mundo, em diversas plataformas e dispositivos.

Ainda em TI, alcançou-se o patamar de **“aprimorado” no índice nacional de governança de TI do CNJ, iGOVTIC-JUD**, sendo o 2º lugar em 2018 entre os Tribunais Eleitorais.

A gestão orçamentária contou com monitoramento contínuo da execução para reduzir perdas e zelar pela aderência ao planejamento, o que alçou o TRE-PA ao **2º lugar em execução planejada do orçamento de manutenção e investimento** entre os tribunais eleitorais.

As Eleições 2018, marcada por um cenário de inovações tecnológicas e restrições orçamentárias, contou com **investimentos na logística de apuração** utilizando 416 pontos de transmissão satelital, o maior número utilizado em eleições, para transmitir os votos das mais de 5.000 seções eleitorais, o que foi viabilizado pela redução de custos, entre eles o de locação de imóvel para apuração centralizada, proporcionando uma **economia de mais de meio milhão de reais**.

Nas páginas seguintes, destacaremos estes e outros resultados da gestão, numa abordagem que passará por cada macrodesafio insculpido no Planejamento Estratégico 2016-2021.

Resultados por Macrodesafios

SOCIEDADE

1. Garantia dos Direitos de Cidadania
2. Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa

PROCESSOS INTERNOS

3. Fortalecimento da segurança do processo eleitoral
4. Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

RECURSOS

5. Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
6. Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária
7. Instituição da Governança Judiciária
8. Melhoria da infraestrutura e governança de TIC



Garantia dos Direitos da Cidadania

Este macrodesafio refere-se ao desafio de viabilizar, no plano concreto, os direitos e o exercício da cidadania, buscando o fortalecimento da democracia por meio de práticas sustentáveis, da promoção da acessibilidade às instalações físicas e da garantia, de forma segura e transparente, do exercício do voto a todo cidadão.

No ano de 2018, o TRE-PA elegeu as seguintes iniciativas para concretizar este macrodesafio:

Desenvolver a justiça itinerante

Implementar medidas para a promoção da acessibilidade digital dos portais

Desenvolver projetos nas áreas de cidadania, capacitação e publicações

Estruturar Pesquisa de Satisfação nos Cartórios Eleitorais

Estruturar e implementar a agenda ambiental do TRE-PA

Acompanhe a seguir os resultados obtidos em cada uma dessas iniciativas estratégicas.

Desenvolver a justiça itinerante no âmbito do TRE-PA

O programa de cadastramento biométrico no Estado do Pará em 2018 foi compreendido por dois tipos diferentes de atendimento previstos na Resolução TSE nº 23.440, de março de 2015, Art. 1º, §1.

- **A Revisão de Eleitorado**, na qual o eleitor é convocado a comparecer em determinado prazo sob pena de cancelamento da inscrição eleitoral;

- **O atendimento ordinário**, no qual o eleitor comparece espontaneamente, sem convocação obrigatória e sem a penalidade de cancelamento de sua inscrição eleitoral, o que ocorreu em diversas zonas/municípios do Estado, com a expectativa inicial de cadastrar entre 20% e 30% desse eleitorado.

Nesse sentido, foi desenvolvido um extensivo programa de atendimento itinerante aos eleitores da capital paraense e interior do estado.

Foram instalados postos de atendimento em diversos bairros da Capital Paraense, bem como escalado equipes de servidores para o atendimento em locais de difícil acesso do interior do Estado.

As ações foram combinadas com uma intensa campanha de divulgação sobre a importância do cadastramento biométrico e regularização da situação eleitoral dos cidadãos paraenses.



A Revisão do Eleitorado em Belém contou com o apoio do Programa itinerante. Finalizada em março/2018, a iniciativa alcançou a população dos bairros periféricos de Belém, servidores públicos nas próprias instituições, universidades e escolas de ensino médio.

Atendimentos itinerantes em comunidades e vilas rurais de grande eleitorado ou de difícil acesso, na 24ª Zona Eleitoral (Conceição do Araguaia, Floresta do Araguaia e Santa Maria das Barreiras), e também, Inhangapi, Sapucaia e Bannach.

Divulgação do Programa “Justiça Eleitoral Itinerante” na Ilha do Combu com a presença do Ministro Luiz Fux, então Presidente do Tribunal Superior Eleitoral-TSE, e da Direção da Escola Judiciária Eleitoral do TSE.

Garantia dos Direitos da Cidadania

Implementar medidas para a promoção da acessibilidade digital dos portais da Justiça Eleitoral do Pará

A transparência pública permite que a sociedade colabore e participe ativamente da gestão e exerça o controle sobre o emprego dos recursos públicos.

Para efetivamente atendê-la, é necessário que os órgãos públicos disponibilizem mecanismos para que o cidadão solicite de forma presencial ou eletrônica as informações de seu interesse (transparência passiva), mas, sobretudo, que divulguem de forma clara e acessível todos os aspectos relevantes da gestão para que qualquer cidadão possa conhecê-los independentemente de requisição (transparência ativa).

Partindo dessa premissa, o TRE-PA em 2018 reordenou seu site e mapeou as informações a serem publicadas e os respectivos responsáveis pela atualização.

A força tarefa realizada resultou no reconhecimento pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ com o troféu de **1º lugar no Ranking da Transparência de todo o Poder Judiciário**, pelo cumprimento de 89% da Resolução CNJ nº 215/15, a qual além de ter como critérios todas as exigências da lei de Acesso à Informação, também verifica a disponibilização de conteúdos exigidos por outras normas do CNJ e pelo acordão do TCU.

O TRE-PA zela pela acessibilidade do que publica: seu site dispõe da ferramenta “Rybená” que permite ao usuário selecionar seu tipo de deficiência (auditiva ou visual) para ser auxiliado por um personagem interativo que informará as opções e serviços constantes na tela. Além disso, suas postagens nas redes sociais usam a hashtag “#pracegover descrevendo a imagem que ilustra o texto.

Premiados no Ranking da Transparência



Conselho Nacional de Justiça



Rybená



A biometria está avançando em todo o estado. É o eleitor dizendo sim para eleições mais seguras em todos os cantos. O click do Você na Biometria de hoje vem de Santa Luzia um dos novos municípios que terão biometria obrigatória ainda esse ano. O sr Custodio Ferreira tem 99 anos e por lei não é obrigado mais a votar, porém é consciente que o cadastro biométrico é para todos independente da idade. Mandou muito bem né?! E você, já procurou nossos postos de atendimento? #VemPraBiometria #JutiçaEleitoral #TREdoPará

#PraCegoVer

Foto do eleitor ao centro segurando o título de eleitor com a equipe de atendimento emoldurada pela arte do você na biometria com fundo azul claro e os dedoches nas laterais.

Você na BIOMETRIA

Tribunal Regional Eleitoral do Pará

Garantia dos Direitos da Cidadania

Desenvolver projetos nas áreas de cidadania, capacitação e publicações

Durante o ano de 2018, TRE-PA do Pará realizou várias ações e eventos de cidadania, envolvendo públicos bastante diversificados, tais como: crianças, adolescentes, jovens, adultos e pessoas idosas.

Aderiu, ainda, ao Programa “Começar de Novo”, que inclui em seu quadro de serviço, pessoas regressas do sistema penal, com a finalidade de ressocialização das mesmas.

As ações de treinamento e desenvolvimento foram realizadas por meio do plano de capacitação anual e de eleições, e do programa de bolsa de estudos.

Os eventos tiveram como público-alvo juízes membros efetivos e substitutos, procuradores e promotores eleitorais, magistrados, servidores da justiça eleitoral e do judiciário, contadores, advogados, partidos políticos, acadêmicos e sociedade em geral.

Parte das capacitações foi realizada por meio de instrutores internos, valorizando os talentos dos servidores do órgão.

Ainda no esteio de instruir e divulgar informações, o TRE-PA publica, de forma semestral, uma revista com diversos temas relacionados aos principais eventos da Justiça Eleitoral no Brasil e no Pará.

Através destas publicações é conferida identidade institucional à Justiça Eleitoral do Pará através de instrumento de prestação de contas à sociedade, ampliando sua resposta à exigência constitucional de publicidade e transparência, imposta a todos os órgãos estatais.



Campanha de Valorização do voto da pessoa idosa.

A Escola Judiciária Eleitoral do Pará realizou várias ações e eventos de cidadania, envolvendo públicos bastante diversificados, tais como: crianças, adolescentes, jovens, adultos e pessoas idosas, com destaque para a campanha pela valorização do voto da pessoa idosa, promovida pela Comissão da Pessoa Idosa da OAB-PA.



Programa Nacional Eleitor do Futuro (PNEF)

Voltado para o exercício da cidadania, através do site do Tribunal, facilitando a recepção e o controle das demandas do público interessado, bem como, a intensificação da interiorização do programa, permitindo com que diversos municípios paraenses fossem alcançados com a realização de 65 ações, em 9 municípios, incluindo a região metropolitana de Belém, nas quais houve o comparecimento de 12.280 participantes.



Assinatura do Termo Programa ‘Começar de Novo’,

Projeto idealizado pelo do Conselho Nacional de Justiça que tem como objetivo a reinserção de presos e egressos do sistema carcerário no mercado de trabalho e visa a sensibilização de órgãos públicos e da sociedade civil para que forneçam postos de trabalho e cursos de capacitação. No TRE-PA é regulamentado pela Resolução nº 5.343/2018.

Garantia dos Direitos da Cidadania

Estruturar o processo de pesquisa de satisfação do cidadão nos cartórios eleitorais e postos de atendimento ao eleitor

Disponibilização de consulta pública através de formulário eletrônico pela Ouvidoria para aferir a opinião dos eleitores e avaliar o serviço prestados nos cartórios e postos de atendimento quanto à:

- a) cortesia do atendente;
- b) orientação prestada;
- c) prazo de atendimento.



Na primeira etapa, a implantação da pesquisa envolveu as zonas eleitorais de Belém, Ananindeua, Castanhal, Santarém e Marabá. Em seguida, foi implantada em Soure, Altamira e Parauapebas.

Nos Cartórios e postos de atendimento foi instalado computador destinado ao preenchimento da pesquisa, a qual é acessada através de link na área da Ouvidoria na intranet. O acesso ainda pode ser feito no formulário no Portal do Tribunal na internet, por meio de um banner na página inicial.

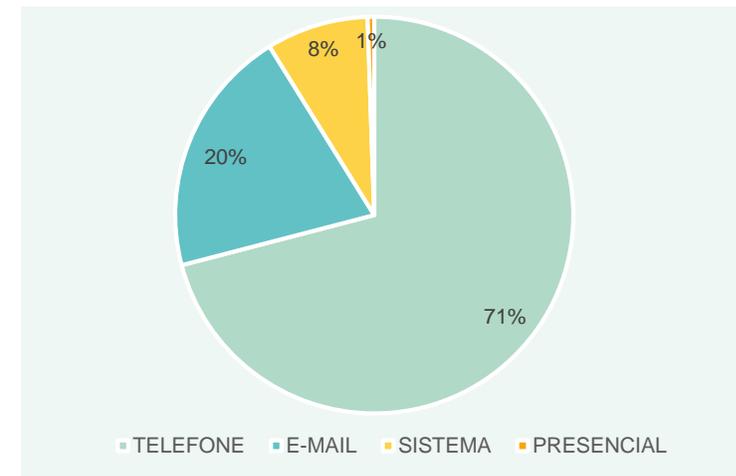
No intuito de evitar que um mesmo usuário responda repetidamente o formulário eletrônico constante no site, são utilizados mecanismos de prevenção mediante a identificação de IP. No período de 1º de agosto de 2017 a 05 de novembro de 2018, o software contabilizou a participação de 761 eleitores nos Cartórios Eleitorais e em postos de atendimento. Desse quantitativo, 95,27% se manifestou como extremamente satisfeito com a prestação do serviço.



A pesquisa por meio do *site* do Tribunal teve pouca adesão e um índice alto de questionários não finalizados. Porém, cabe registrar que, na avaliação do primeiro quesito (cortesia do atendente), 83% dos cidadãos também mostraram-se satisfeitos.



Outros canais foram disponibilizados para atendimento ao cidadão: a) *Internet* (formulário eletrônico e fale conosco); b) *E-mail*; c) Telefones: 0800 096 0007 / 32223031/3346-8035, 8036 e 8037 e d) de modo presencial. As solicitações do Fale Conosco são direcionadas para o canal da Ouvidoria. O acesso está disponível no endereço: <http://www.tre-pa.jus.br/o-tre/ouvidoria/ouvidoria>.



O canal mais utilizado pelos cidadãos continua a ser o telefone, seguido do correio eletrônico (e-mail). Os motivos que mais ensejaram a procura da Ouvidoria pelo cidadão, foram os pedidos de informação referentes ao Recadastramento Biométrico, cancelamento de Título, os pedidos de Transferência, Alistamento, Revisão de dados cadastrais e a Justificativa por ausência às urnas nos dias da eleição.

2018	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
TELEFONE	434	540	871	671	522	261	281	379	317	955	295	62	5.588
E-MAIL	160	158	247	149	149	93	92	148	147	181	65	6	1.595
SISTEMA	101	73	90	56	60	30	35	54	61	52	31	10	653
PRESENCIAL	17	-	12	5	3	1	-	-	1	3	-	-	42

Garantia dos Direitos da Cidadania

Estruturar e implementar a agenda ambiental do TRE-PA

O Núcleo Socioambiental é o grupo de trabalho responsável por conduzir as ações de sustentabilidade no âmbito da instituição. Ele atuou principalmente na condução dos trabalhos relativos ao planejamento, execução, acompanhamento e avaliação do Plano de Logística Sustentável – PLS.

O plano visa atender uma exigência da Resolução CNJ nº 201/2015. O objetivo é fomentar a adoção de modelos de gestão organizacional e processos estruturados de trabalho que promovam a sustentabilidade ambiental, econômica e social.

O Plano de Logística do TRE-PA foi executado com 43 ações em 2018.

Principais ações: Implantação do processo eletrônico judicial (PJe); Instalação de usina fotovoltaica; Elaboração da Instrução Normativa sobre as práticas de sustentabilidade do órgão; expansão da telefonia com tecnologia VOIP e diminuição das linhas convencionais; distribuição de canecas para os servidores da Sede e nos Cartórios; Ações de sensibilização por meio do Boletim Socioambiental e e-mail corporativo; Realização da Semana do Meio Ambiente com palestras, feira orgânica, caminhada e trilha ecológica; Instituição da coleta seletiva na Sede e destinação dos resíduos recicláveis para Associação de catadores visando a geração de renda a essa comunidade carente;



Instalação de usina fotovoltaica na sede do Tribunal.

Estima-se uma economia anual de energia em torno de R\$ 85.000,00, sendo o prazo de retorno do investimento de cinco anos, ao mesmo tempo em que a vida útil do sistema é de 25 anos, o que proporcionará considerável redução na emissão de poluentes, economia na conta de energia e produção de energia limpa.



Horta

Trata-se de um projeto sustentável, simples e de baixo custo. O principal objetivo da parceria foi a integração dos servidores com a natureza, troca de experiências, habilidades criativas, fomentar a alimentação saudável, combater os desperdícios públicos, bem como sensibilizar quanto ao consumo consciente dos insumos, buscando reduzir ou minimizar o impacto ambiental do descarte de material.



Reutilização de materiais

O Núcleo Socioambiental fomenta a racionalização do uso de materiais, como: papel, *clips*, capas de processo, dentre outros, incentivando a redução do consumo, a reutilização e o reaproveitamento de materiais inservíveis através dos boletins socioambientais e das oficinas de reciclagem, periodicamente realizadas em parceria com o Centro Cultural da Justiça Eleitoral.

Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa

Refere-se à proteção da coisa pública, à lisura nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes eleitorais e contra a administração pública. Priorizando, para tanto, a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos e de outros crimes eleitorais que importem na restrição à diplomação ou na cassação de mandato eletivo, além de medidas administrativas para melhoria do controle e da fiscalização do gasto.

No ano de 2018, o TRE-PA elegeu as seguintes iniciativas para concretizar este macrodesafio.

Manter meios específicos de monitoramento da tramitação processual de ações prioritárias no 1º e 2º grau

Promover política (ou rotina) de orientação e monitoramento referente à gestão processual no âmbito do 1º grau

Aperfeiçoar os editais e termos de referência os dispositivos legais da Lei 12.846/2013 e Decreto 8.420/2015

Para cumprimento do desafio elegido, as iniciativas estratégicas traçadas focam na necessidade de garantir a efetividade da prestação jurisdicional através do estabelecimento de controles internos que garantam o acompanhamento pela segunda linha de defesa da razoável duração dos processos eleitorais.

Tal controle é feito através do Portal da Transparência da Corregedoria (PorTCre) e Portaria da Transparência do PJE (PortJE), os quais fornecem estatísticas processuais, classificam as zonas em um ranking que leva em consideração a quantidade de julgamentos e geram relatórios dos processos que tramitam no 1º e 2º Grau.

O Tribunal, exerce ainda, constantemente, o aperfeiçoamento da gestão processual no 1º grau e a padronização de documentos, através de orientações e correções presenciais junto as zonas eleitorais do estado.

Foram ainda, em 2018, por conta das eleições gerais, promovidas ações visando o combate à crimes de corrupção e improbidade no estado, através do tratamento das denúncias efetuadas através do Sistema Pardal e a parceria firmada com a CNBB.



PORTAL DA TRANSPARÊNCIA: Link disponibilizado pela Corregedoria do Tribunal para acompanhamento da tramitação processual. Permite ao usuário identificar a classe processual, dias de tramitação e ultimo andamento lançado no processo.



SISTEMA PARDAL: recebe denúncias sobre propaganda eleitoral irregular, compra de votos, crimes eleitorais, doações e gastos de eleição. Em 2018, a ferramenta passou receber denúncias também contra partidos e coligações. Até o mês de novembro/2018 foram recebidas **1.471 denúncias**.



Termo de Cooperação Técnica nº 34/2018 Parceria realizada com o Ministério Público Eleitoral e a CNBB (Comissão de Justiça e Paz) para a Criação de Comitê de Combate à Corrupção, responsável por atender as ligações do Disk-Denúncia durante o período eleitoral de 2018 a fim de contar com o controle social na fiscalização e controle de ilícitos eleitorais

Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral

Busca garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança e da transparência dos pleitos eleitorais, com a utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho.

No ano de 2018, as seguintes iniciativas estratégicas concorreram para sua realização:

Desenvolver Plano de continuidade do processo de recadastramento biométrico

Aprimorar o processo de gestão das Eleições Oficiais

Incentivar o constante aprimoramento da gestão dos cartórios eleitorais

Promover ações de esclarecimento sobre o funcionamento do processo eletrônico de votação, notadamente, quanto à segurança

Desenvolver Plano de continuidade do processo de recadastramento biométrico



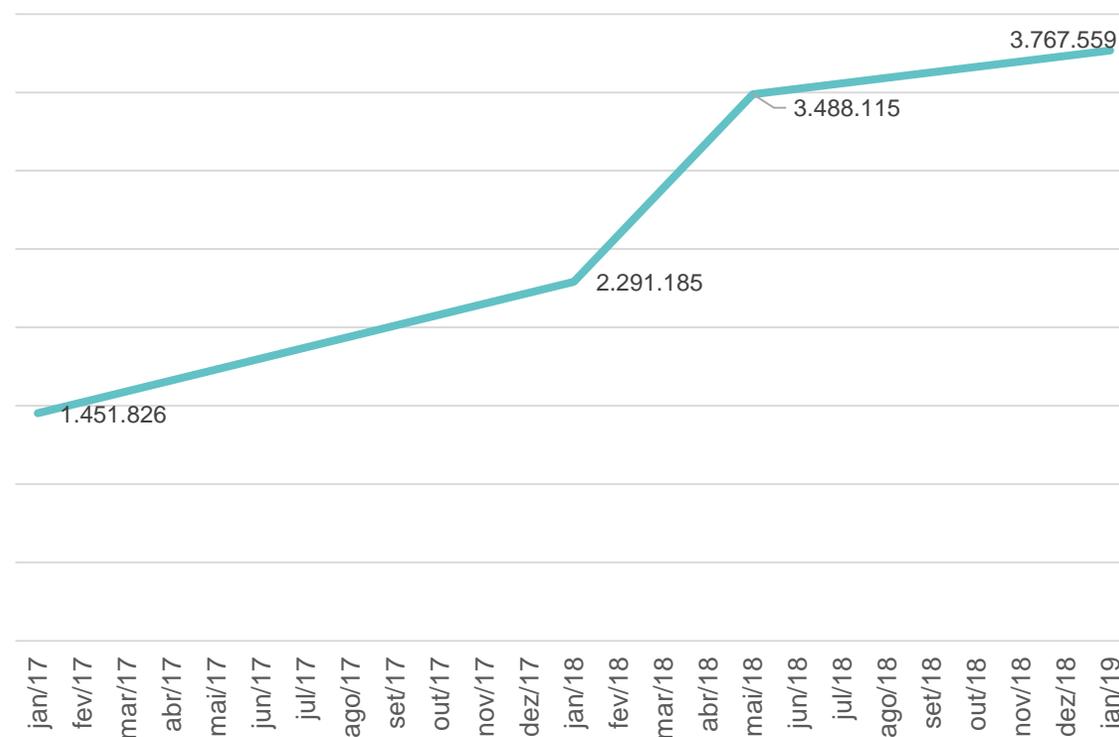
Com apoio do TSE, do governo do Estado do Pará e de parcerias firmadas com Prefeituras e Câmaras Municipais, até o final de 2018, 61 municípios paraenses já haviam concluído a revisão do eleitorado.

Ressalta-se que a Secretaria de Tecnologia da Informação verificou a oportunidade de economia de recursos e de crescimento da biometria, logo após as Eleições.

Para tanto, utilizou seus técnicos já distribuídos entre os municípios para o suporte ao 2º turno das Eleições para montagem da estrutura de revisão de eleitorado de 36 municípios, os quais tiveram seu Início da biometria já nos meses de novembro e dezembro de 2018, antecipando a revisão biométrica de 6 (seis) municípios que estavam previstos apenas para 2019.

Como resultado, chegou-se ao marco de **71% do eleitorado revisado** no estado do Pará, com 1.476.374 eleitores revisados biometricamente entre os meses de janeiro de 2018 a janeiro de 2019).

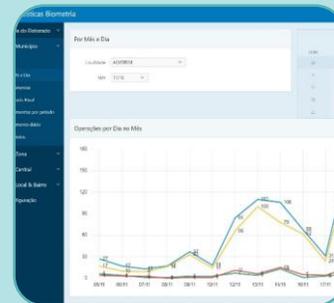
Eleitores com Biometria



Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral

Desenvolver Plano de continuidade do processo de recadastramento biométrico

O expressivo resultado obtido no ano de 2018 foi consequência de uma série coordenada de ações, das quais destacamos:



Infraestrutura

Aquisições de computadores empreendidas desde o ano 2016 até 2018 que possibilitaram o aumento do percentual destinado para as ações de biometria, além de outros ganhos para o Tribunal.

Divulgação

Realização de inúmeras campanhas publicitárias, entrevistas, publicações nas redes sociais e apoio da imprensa local.

Postos de Atendimento

Incremento da estrutura de atendimento à população na capital e nas ações no interior do estado.

Acompanhamento Online

Sistema de estatísticas com estratificação de dados por zona, município e posto de atendimento, essencial para a tomada de decisões e para medir a eficácia da execução.

Recursos Humanos

Realização de convênios com entes públicos para cessão de recursos humanos para atuar nos postos de atendimento.

Atendimentos itinerantes

Realizados na capital e interior do estado, seja em municípios com posto de atendimento fixo ou em comunidades ribeirinhas remotas e zonas rurais.

Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral

Aprimorar o processo de gestão das Eleições

Aprimorar a gestão das Eleições abrange tanto ações voltadas ao esclarecimento dos público interessado a fim de minimizar os equívocos e irregularidades no processo eleitoral, como também investimentos na infraestrutura física e tecnológica. Para 2018, também foram adotadas medidas a fim de reduzir os custos da Eleição para poder destinar recursos para outras áreas de logística a fim de aumentar a segurança e diminuir o tempo para entrega do resultado à sociedade.

Cumprir registrar que todo o processo de eleição foi avaliado ao final de sua realização através de formulários eletrônicos encaminhados às zonas eleitorais e macrogestores, os quais foram discutidos posteriormente em reunião presencial que objetivou a análise conjunta dos pontos críticos e a identificação das deliberações em um Mapa de Oportunidades de Melhoria que irá balizar o planejamento e a execução das Eleições 2020.



Seminário de Direito Eleitoral do Pará - Eleições 2018 em Belém, Santarém e Marabá

Os eventos contaram com palestrantes renomados e objetivaram esclarecer aspectos polêmicos da legislação: Registro de Candidaturas, Inelegibilidades, Arrecadação e Financiamento de Campanhas, Prestação de Contas, *Fake News*, dentre outros.



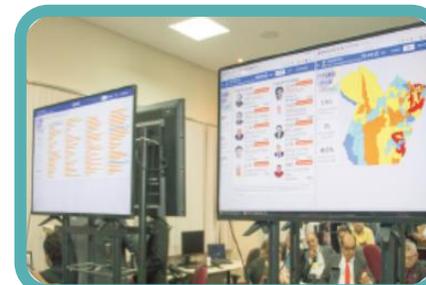
Investimento na logística de apuração das Eleições 2018

Foram utilizados 416 pontos de transmissão satelital (maior número utilizado em eleições) alcançando mais de 5.000 seções eleitorais situadas em regiões de difícil acesso, comunidades indígenas, ribeirinhas e rurais.



Utilização do PJE

Realização das primeiras eleições com tramitação e julgamento de registros de candidaturas, prestação de contas e propaganda eleitoral de forma totalmente informatizada.



Novo modelo de Apuração

Apuração e Gerenciamento das eleições nas dependências do próprio Tribunal, proporcionando uma economia de mais R\$ 500.000,00 (meio milhão de reais), permitindo um trade off para os investimentos em logística no interior do estado permitindo a rapidez e a eficiência do resultado do pleito 2018.



Avaliação das Eleições

Realizada ao final do processo eleitoral para, com a colaboração das zonas eleitorais e macrogestores, levantar os pontos críticos observados e elaboração de Mapa de Oportunidades de Melhoria a ser observado no próximo processo eleitoral.

Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral

Aprimorar o processo de gestão das Eleições

Considerando ainda que as Eleições Gerais de 2018 apresentaram muitos desafios, não apenas em razão das novidades legislativas, mas, sobretudo, pelo uso pela primeira vez do PJE para julgamento dos feitos de registro de candidaturas, propaganda eleitoral e prestação de contas, foram realizados os seguintes eventos voltados para os partidos, seus representantes e advogados:

- Reunião realizada em 11 de julho, com a presença de aproximadamente 70 interessados, para a apresentação da nova dinâmica envolvendo a preparação e ajuizamento dos RCAND's gerados integralmente via Sistema de Candidaturas

- Módulo Externo (CANDex), excluindo a apresentação física de documentos, pois o peticionamento passou a ser realizado mediante integração dos Sistemas CAND e PJe.

- Treinamento prático, realizado nos dias 12 e 13 de julho, para capacitar e orientar os operadores de sistema dos Partidos Políticos quanto ao correto uso do CANDex. O evento foi dividido em turmas, de forma a proporcionar maior aproximação entre a equipe técnica e os participantes.

- Reunião com representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, no dia 17 de julho, buscando a mais ampla e irrestrita difusão dos novos procedimentos afetos ao registro de candidaturas diante da inédita realidade de tramitação eletrônica dos autos.



Reunião e Treinamento dos Partidos Políticos no SGIP



Recebimento dos Registros de Candidatura



Capacitação dos partidos políticos, representantes e advogados sobre Prestação de Contas nas Eleições 2018.

Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral

Incentivar o constante aprimoramento da gestão dos cartórios eleitorais

O TRE-PA, em cumprimento ao Plano de Apoio à Organização Mobiliária e Documental dos Cartórios Eleitorais atuou nos cartórios eleitorais de Castanhal, Cametá e Baião, onde efetuou a organização arquivística, permitiu a eliminação de documentos com prazo de guarda vencido, higienização, acondicionamento, identificação e localização padronizadas de caixas e estantes e a concentração de toda a documentação nos arquivos do cartório.

Os chefes de cartório receberam treinamento previsto no plano anual de capacitação do TRE-PA para o desenvolvimento da política de gestão por competências.

Foram construídos dois novos cartórios eleitorais. A construção foi possível devido o recebimento de recursos de emendas Parlamentares e conta com estrutura adequada aos padrões de acessibilidade.

Outra inovação na gestão dos cartórios eleitorais foi a implantação de rede de fibra ótica nos cartórios novos, gerando uma conexão mais rápida e segura.

A Infovia de Fibra Óptica do TRE-PA contempla 28 zonas eleitorais: 12 zonas na região metropolitana de Belém e 16 no interior do estado do Pará.

A implantação dessa tecnologia ocorre de forma gradual no interior do estado, sendo que até o 1º semestre 2019 a quantidade de zonas eleitorais com fibra ótica deve ser de 37 unidades, ou seja, 35% das zonas eleitorais do TRE-PA.



Identificação da carga patrimonial e redimensionamento da necessidade de mobiliário, e, como medida emergencial para garantir espaço de armazenamento das urnas, foram recolhidos dos depósitos bens para desfazimento.



Realização de treinamento gerencial aos chefes de cartórios e de Postos de Atendimento - "Programa de Desenvolvimento de Líderes"



O Cartório Eleitoral da 105ª ZE - Juruti, fica localizado na Av. Marechal Rondon, s/n, em um terreno de 998m² de área e sua construção possui área de 190m². A obra, que foi concluída em 4 de junho de 2018, custou R\$ 525.369,03.



O Cartório Eleitoral da 51ª ZE - Rondon do Pará, fica localizado na Av. Pouso Alto, s/n, em um terreno de 760m² de área e sua área construída é de 270m². A obra, que foi concluída em 10 de setembro de 2018, R\$ 579.124,72.

Resultados por Macrodesafio

FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL

Promover ações de esclarecimento sobre o funcionamento do processo eletrônico de votação, notadamente, quanto à segurança

Em 2018, o TRE-PA, inovou em diversos aspectos de esclarecimento e divulgação de informações.

Com o desenvolvimento de novas tecnologias e avanço das mídias sociais, o Tribunal adequou-se às inovações e implementou desde perfis na rede como criação de aplicativo.

O ingresso do TRE nas principais redes sociais foi planejado e formatado no Projeto Mídias Sociais, no qual foram executadas duas ações principais: elaboração da *fanpage* no *Facebook* e criação do canal no *YouTube*. As publicações são frequentemente realizadas e possuem conteúdo informativo e de orientação social, aproximando a Instituição dos seus jurisdicionados.

Visando esclarecer e informar, o TRE veiculou em 2018 mais de 1.000 matérias veiculadas em mídias regionais e nacionais, entre pautas provocadas e espontâneas.

Disponibilização no site do TRE-PA e nas redes sociais do órgão (*Facebook*) das informações do Seminário de Segurança da Urna Eletrônica que teve como objetivo apresentar e esclarecer dúvidas sobre o funcionamento do processo eleitoral – especificamente, da urna eletrônica, mas também sobre, a computação de votos, os votos impressos, fraudes e segurança de urnas.



Realização de reunião com os juízes eleitorais com a finalidade de preparar e abordar as principais diretrizes das Eleições 2018, contando com palestra de Giuseppe Janino, Secretário de Tecnologia do TSE sobre a segurança das urnas eletrônica e seus mais de 30 pontos de segurança para a garantia da legitimidade do processo eleitoral.



Treinamento de mesários para participação nas Eleições Gerais 2018 em todas as zonas eleitorais. O mesário é um representante da sociedade que pode legitimar a higidez e fiscalizar todo o processo eleitoral.

Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

Refere-se à materialização do comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos magistrados e servidores.

No ano de 2018, o TRE-PA elegeu as seguintes iniciativas para concretizar este macrodesafio:

Manter meios específicos de monitoramento da tramitação processual das ações e recursos de competência da Corregedoria (1º grau) e da Secretaria Judiciária (2º grau)

Promover política (ou rotina) de orientação e monitoramento referente à gestão processual no âmbito do 1º grau

Atualizar o Manual de Práticas Cartorárias

Elaborar e instituir modelo de gestão imobiliária

Promover o mapeamento de processos

Manter meios específicos de monitoramento da tramitação processual das ações e recursos de competência da Corregedoria (1º grau) e da Secretaria Judiciária (2º grau)

Para monitorar a tramitação processual das ações e recursos de competência da Corregedoria (1º grau) e da Secretaria Judiciária (2º grau), o TRE-PA aliou os dados obtidos nos sistemas existentes com a realização de reuniões com gestores e magistrados, emissão de relatórios periódicos, inclusão das metas no planejamento estratégico institucional e estudo da situação pelo Núcleo de Estatística para indicar o tempo de tramitação por unidade.

Visando permitir a tempestiva adoção de medidas para influenciar positivamente no cumprimento das metas, a evolução do desempenho é acompanhada pela Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão (ASPEG) a partir de dados extraídos diretamente dos sistemas PortCRE e PortJE e repassados pela Corregedoria e Secretaria Judiciária para lançamento no sistema de metas nacionais do CNJ e, no caso das metas específicas, repassados ao TSE.

O monitoramento realizado e a identificação dos processos que influenciavam no resultado da meta, aliados ao engajamento dos cartórios eleitorais e do 2º grau de jurisdição, resultou no cumprimento pelo TRE-PA das Metas Nacionais 1 e 2, que são comuns a todos os segmentos de Justiça, como das Metas Específicas estabelecidas para a Justiça Eleitoral



Metas Nacionais

Metas CNJ		2018	
Meta 1 – Julgar mais processos que os distribuídos		148,06%	
Meta 2 – Julgar processos mais antigos		108,30%	
PRODUTIVIDADE 2º GRAU			
Classe	Quantidade	Classe	Quantidade
Agravo Regimental	28	Petição	17
Ação Cautelar	02	Prestação de Contas	58
Ação de Investigação Judicial Eleitoral	08	Processo Administrativo	25
Ação Penal	01	Protocolo	01
Apuração de Eleição	01	Recurso Contra Expedição de Diploma	09
Conflito de Competência	01	Recurso Criminal	14
Embargos de Declaração	92	Reclamação	01
Exceção	03	Recurso Eleitoral	607
Instrução	44	Registro de Candidatura	54
Habeas Corpus	01	Representação	15
Mandado de Segurança	14	Revisão de Eleitorado	30
TOTAL		1029	

Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

Promover política (ou rotina) de orientação e monitoramento referente à gestão processual no âmbito do 1º grau

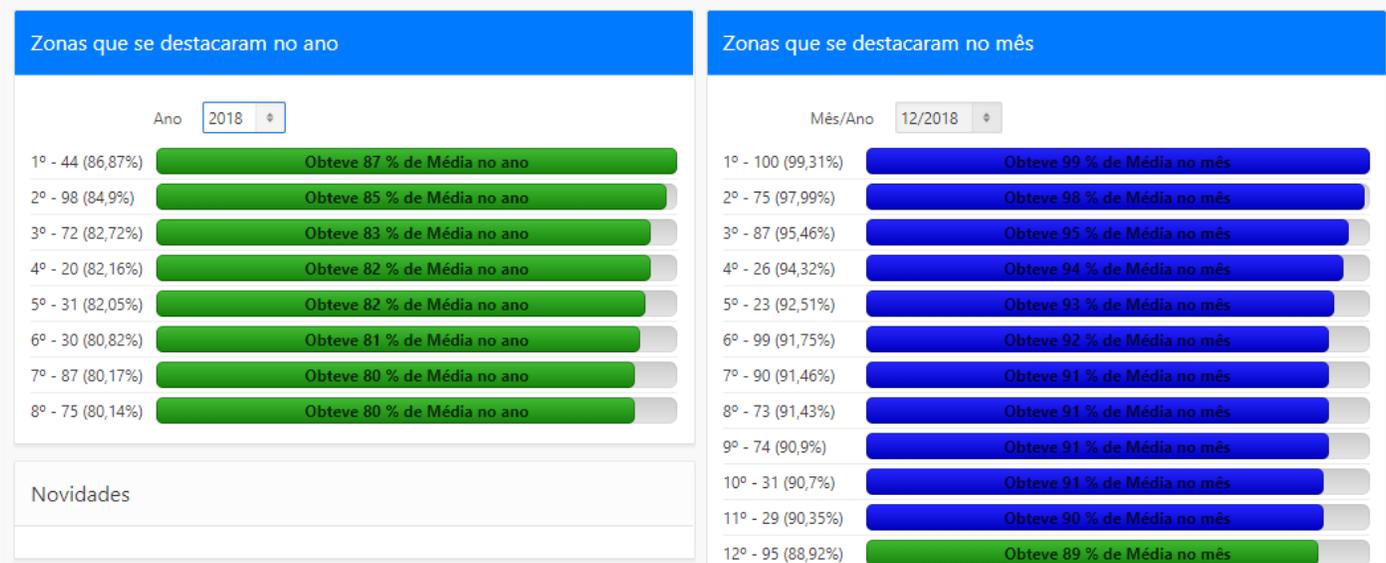
O Portal de Transparência da Corregedoria – PorTCre, implantado no TRE/PA por força do Provimento CRE nº. 03/2016, permitiu à Corregedoria acompanhar a gestão de processos no âmbito do 1º Grau, verificando irregularidades na tramitação processual, orientando e indicando as soluções cabíveis para cada caso.

O PorTCre também consolida informações sobre Metas, Indicadores do Planejamento Estratégico e do CNJ, dados de Produtividade Mensal de Serventia e de Magistrados, bem como, da Justiça em Números, estatísticas estas que vão refletir na pontuação e obtenção do Selo Justiça em Números do CNJ.

O referido sistema encaminha para as zonas eleitorais diariamente, por e-mail, as inconsistências verificadas nos processos para fins de regularização no Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos – SADP, o que reflete no ranking de eficiência das zonas eleitorais e nos dados estatísticos encaminhados ao CNJ, bem como contribui diretamente para uma gestão processual de primeira instância célere, eficiente e com dados seguros

TREPA - Tribunal Regional Eleitoral do Pará

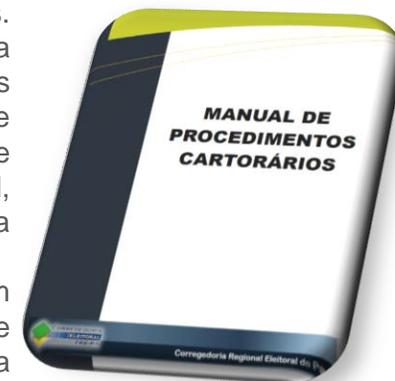
Home



Atualizar o Manual de Práticas Cartorárias

Além dos esclarecimentos prestados por telefone, a orientação das zonas eleitorais é consolidada no manual de práticas cartorárias. Instrumento essencial para a regularidade e padronização das rotinas, o manual é constantemente atualizado com as normas e orientações aprovadas no Tribunal, possibilitando a instrução proativa das zonas eleitorais do estado.

O Tribunal ainda mantém comunidades de discussões entre as zonas eleitorais e a Corregedoria, com o viés de discutir e tirar dúvidas sobre situações e procedimentos.



Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

Elaborar e instituir modelo de gestão imobiliária

A Política de Gestão do Patrimônio Imobiliário foi instituída pela Resolução TRE-PA nº 5487/2018, publicada no DJE de 21/9/2018, que regulamenta os mecanismos de aquisição, construção, reforma, uso e locação de imóveis pelo TRE-PA, bem como a regularização da documentação e registro contábil dos imóveis deste Regional, orientando-se pelos princípios da efetividade e economicidade, missão da Justiça Eleitoral e está alinhada à Instrução Normativa nº 5/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

A regulamentação se impunha diante da necessidade de racionalização e eficiência dos gastos com imóveis, seja com manutenção, uso, aquisição, construção, reforma ou locação, bem como tendo em vista a procura pela excelência na prestação de serviços públicos ao cidadão.

A regularização da documentação do parque imobiliário do TRE-PA foi um dos objetivos táticos da SA para o ano de 2018, acompanhado através do indicador “Índice de imóveis com documentação regularizada”, cuja meta para 2018 foi a regularização de 10 imóveis.

Para a priorização dos imóveis a serem regularizados, elegeu-se, em uma pré-análise, os de menor complexidade, considerando os processos já em tramitação no âmbito da SPU, a documentação disponível, a disponibilidade operacional da equipe técnica, a documentação dominial referente ao terreno e atualização de avaliação dos imóveis.

A conclusão do registro do imóvel é feita por meio do Registro Imobiliário Patrimonial (RIP), que é a identificação do imóvel no cadastro da SPU. Como resultado, foram regularizados até novembro de 2018 sete imóveis, cumprindo 70% da meta, a saber:

INDICADORES DO PLANO TÁTICO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - 2018

Nº	Indicador	Meta	Acumulação Anual
1	Índice de governança de aquisição do TCU	53,85%	44,72%
2	Índice de Contratações realizadas em conformidade com os processos de planejamento da contratação	90,00%	100,00%
3	Índice de contratações estratégicas realizadas	100,00%	100,00%
4	Índice de contratações previstas no Plano Integrado das Eleições	100,00%	100,00%
5	Índice de imóveis com documentação regularizada	10 imóveis	100,00%
6	Índice de zonas instaladas em imóveis fora dos fóruns do TJ	100,00%	100,00%
7	Índice de imóveis que sofreram intervenção da Secretaria de Administração para adequação da infraestrutura mobiliária e documental	10 cartórios (ordem de criticidade)	30,00%

Soure

• RIP 0557 00021.500-2

Dom Eliseu

• RIP 0583 00011.500-7

Curuçá

• RIP 0457 00005.500-9

Paragominas

• RIP 0509 00029.500-6

Oriximiná

• RIP 0505 00042.500-4

Breu Branco

• RIP 0625 00003.500-2

Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

Diz respeito a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano no TRE-PA. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados; à valorização dos servidores e colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao desenvolvimento de práticas de incentivo; à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.

Desenvolver o Plano Anual de Capacitação;

Promover a Saúde Integral

Desenvolver a Gestão por Competências;

Gestão do Clima Organizacional;

Desenvolver o Plano Anual de Capacitação

O plano anual de capacitação foi desenvolvido de acordo com a política de gestão por competências, divididos em cinco categorias distintas para atender aos diversos nichos de aprendizagem do órgão: 1) ações estratégicas; 2) competências específicas; 3) competências genéricas e gerenciais; 4) cartórios eleitorais (1º grau de jurisdição); e 5) grupos e comissões de trabalho. Parte das capacitações foi realizada por meio de instrutores internos, valorizando os talentos dos servidores do órgão.

A escolha de instrutores ocorreu através de processo seletivo ou de acordo com a inscrição em banco de instrutores, sempre com avaliação técnica/curricular.

O investimento em capacitação de servidores totalizou R\$ 493.577,38, em 2018, com treinamento nas diversas áreas de atividade do Tribunal, como direito, auditoria, governança, orçamento, finanças, contabilidade, gestão de riscos, gestão de aquisições, licitações e contratos, gestão da informação, gestão de pessoas, tecnologia da informação, entre outras.

Treinamentos ofertados e servidores capacitados

Modalidades	Número de Treinamentos	Servidores Capacitados
In Company	17	622
Externos	21	47
Seminários e afins	34	147

O programa de bolsa de estudos objetiva estimular o desenvolvimento profissional dos servidores do órgão nas áreas de interesse da Justiça Eleitoral por meio do custeio parcial de cursos de graduação e de pós-graduação que tenham correlação com o cargo ou função desempenhada. Para ser beneficiário do programa, o servidor precisa participar de processo seletivo, realizado anualmente, após a apuração da disponibilidade orçamentária para o exercício, podendo ter reembolsados entre 50 a 75% dos investimentos com sua capacitação.

Vagas disponíveis e investimento do programa em 2018.

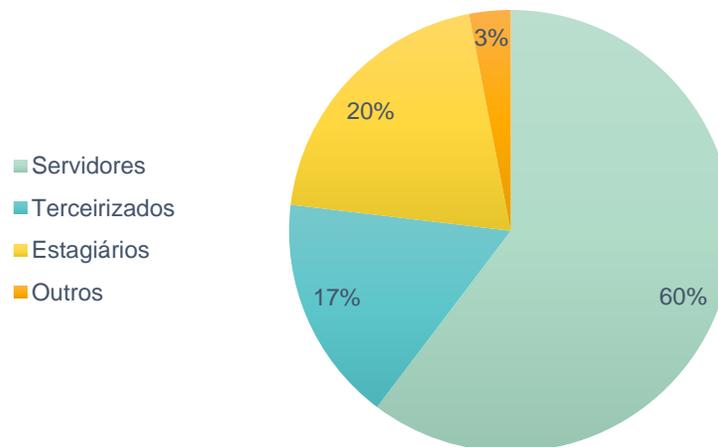
Vagas para Cursos de Graduação	Vagas para Cursos de Pós-Graduação	Investimento
10	5	R\$ 90.438,08

Promover a Saúde Integral

A assistência à saúde dos servidores efetivos e comissionados e seus dependentes legais é gerenciada por meio do **Programa de Assistência à Saúde e Benefícios Sociais – Proas**, ao qual são credenciados médicos, odontólogos, clínicas e hospitais, com abrangência no estado do Pará, além de credenciamento de operadoras de saúde em território nacional, reembolso de serviços médicos e odontológicos, entre outros benefícios.

Além da assistência médica, diversos programas, projetos e ações são realizados pela Secretaria de Gestão de Pessoas com foco na promoção da saúde física e mental dos servidores e demais colaboradores do Tribunal.

DOSES APLICADAS (%)



Realizadas anualmente, através de parcerias com os órgãos de saúde municipal e estadual, as campanhas de imunização contra os vírus da gripe contribuem para a saúde e qualidade de vida dos servidores e demais colaboradores do Tribunal. Em junho de 2018, 200 doses foram aplicadas.



O PEPSS configura-se como elemento central na atenção à saúde do servidor, fornecendo dados para a composição e estudo do perfil epidemiológico e direcionando ações de promoção da saúde no ambiente de trabalho.

Para a Campanha do PEPSS 2018, o TRE-PA inovou em relação ao ano anterior, com a concessão de um dia de folga do trabalho para os concluintes do Programa.

Tal medida elevou significativamente a adesão dos servidores e contribuiu para o alcance das metas.



A Secretaria de Gestão de Pessoas, por meio da equipe de saúde, realizou inúmeras ações que permitiram a discussão de temas voltados para a promoção da saúde e qualidade de vida:

- Dia da Saúde - participação de 26 servidores
- Agosto Lilás - Combate à violência contra a mulher
- Ginástica Cerebral (aulas experimentais de Exercícios para o cérebro – Método SUPERA - Participação de 30 servidores
- Prevenção e Tratamento do Tabagismo – participação de 32 servidores

Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

Desenvolver a Gestão por Competências

A Política de Gestão por Competências existe desde 2013, instituída pela Portaria TRE-PA nº 13.602/2013 e alterada pela Portaria TRE-PA nº 17.328/2017, compreende a avaliação, o treinamento, o desenvolvimento, a seleção e a lotação por competências, de forma a melhor atender aos objetivos estratégicos do Tribunal.

Em 2018, aproveitou-se a presença de chefes de cartório e de postos eleitorais no treinamento das Eleições Gerais 2018 para oferecer a eles uma oportunidade de treinamento presencial para o desenvolvimento de competências voltadas às suas funções de gestores e líderes de equipes durante 4 dias de instruções sob a orientação de Adaires Aguiar, servidora do TSE, por meio de dinâmicas e conversas, os chefes de cartórios aprenderam sobre liderança.



Programa de Desenvolvimento de Líderes

Nesse sentido, para otimização estratégica da produtividade dos colaboradores, garantindo que os recursos humanos estejam nos lugares e nos momentos certos, no que se refere à gestão da força de trabalho, a área de gestão de pessoas iniciou em 2018 o processo simplificado de estudo de perfil e proposição de lotação ideal, com base na necessidade formalizada pelas unidades demandantes e de acordo com o histórico do quantitativo de lotações da unidade, além das competências definidas para o setor, e na formação, experiências profissionais e áreas de interesse do servidor.

Essa ação, com o intuito de reduzir os custos com o processo de dimensionamento e planejamento da força de trabalho efetuou pesquisa entre os órgãos da Administração Pública Federal sobre compartilhamento de soluções ou cooperação técnica para a implantação do projeto, resultando na descoberta do trabalho desenvolvido pelo Laboratório de Gestão do Comportamento Organizacional (Gestcom) da Universidade Federal do Pará, coordenado pelo Professor Doutor em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Thiago Dias Costa, que vem oferecendo soluções em gestão de pessoas para órgãos da Administração Pública Federal.

O laboratório está conduzindo o processo que resultará no planejamento da força de trabalho do Tribunal, através de oficinas com servidores das diversas unidades da secretaria e das zonas eleitorais do estado, com previsão de entrega dos resultados no início de 2019.



Oficina de Planejamento da Força de Trabalho



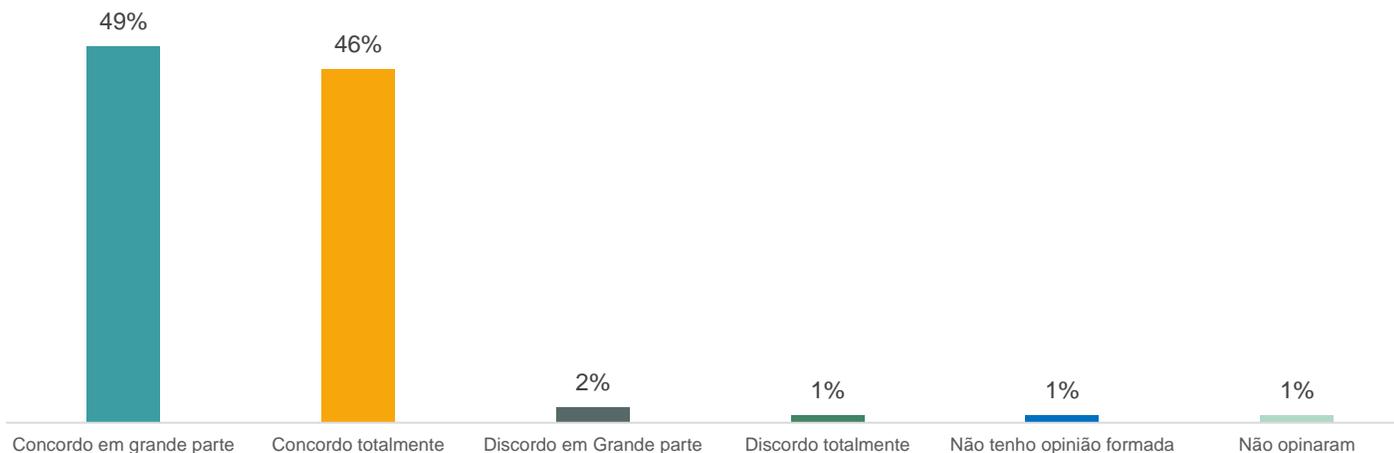
Gestão do Clima Organizacional

A Secretaria de Gestão de Pessoas providenciou a pesquisa de clima organizacional referente ao ciclo 2017/2018, tendo como participantes 33,67% do total de servidores do Tribunal. A pesquisa revelou que 95% dos respondentes sentem-se totalmente ou em grande parte satisfeitos por trabalhar no TRE-PA.

O relatório da pesquisa, que contém dados sobre a opinião dos servidores sobre reconhecimento e valorização, comunicação interna, ambiente de trabalho, qualidade de vida, entre outros, subsidiará a elaboração do plano de melhoria do clima organizacional.

As ações de treinamento e desenvolvimento de servidores foram realizadas por meio de planos de capacitação anuais e de eleições, e do programa de bolsa de estudos.

De forma geral, sinto-me satisfeito em trabalhar no TRE-PA



Semana do Servidor - Palestra Estratégias Vencedoras



Participantes do concurso Miss Junina TRE-PA



Semana do Servidor - Caminhada no Parque do Utinga

Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária

Compreende a melhoria contínua dos mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Envolve estabelecer uma cultura de racionalização e eficiência na gestão dos recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

Para seu alcance, no ano de 2018 foram enfatizadas as seguintes iniciativas estratégicas:

Aprimorar a gestão de custos operacionais (Orientação consciente para redução de

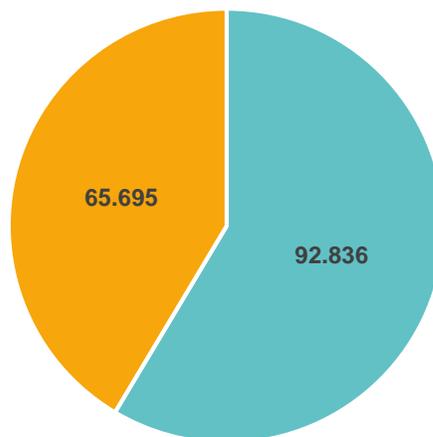
Aperfeiçoar o planejamento e otimizar o resultado da execução orçamentária por meio de ações continuadas

Aprimorar a gestão de custos operacionais

A apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2018, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 40 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação dessa Justiça Especializada. Entre elas, destacam-se a divisão dos custos entre os imóveis que fazem atendimento direto ao público e os imóveis que servem ao funcionamento das secretarias dos Tribunais Eleitorais, e o agrupamento dos itens de custo em grandes temas.

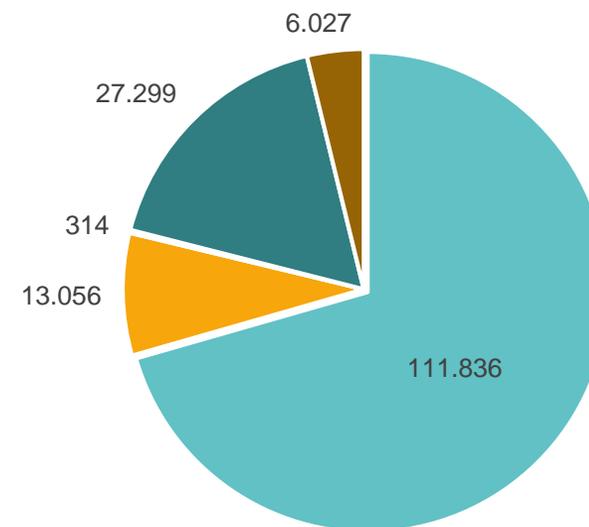
No que diz respeito aos custos de 2018 do Tribunal Regional Eleitoral do Pará os dados apurados, divididos entre atendimento ao público e funcionamento das secretarias, são os seguintes:

Atendimento ao Público X Funcionamento das Secretarias (em R\$ mil)



■ Funcionamento da Secretaria ■ Atendimento ao Público

Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, foram obtidos os resultados apresentados no gráfico a seguir: /



■ Força de Trabalho ■ Infraestrutura
■ Gestão da Frota ■ Gestão Administrativa
■ Bens Móveis e de Outras Naturezas

Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária

Aperfeiçoar o planejamento e otimizar o resultado da execução orçamentária por meio de ações continuadas

O Planejamento e a execução orçamentária foram aperfeiçoadas através do reforço da governança institucional levado a efeito com a instituição do Comitê de Apoio à Gestão Orçamentária e de Aquisições pela Portaria TRE-PA nº 16.732/2017.

Em matéria orçamentária cabe-lhe apreciar e aprovar os orçamentos anuais, de pleitos e os realinhamentos propostos, bem como monitorar a execução, zelar para sua máxima aderência ao planejamento e acompanhar o cumprimento de metas e prazos.

Sua competência na temática de aquisições consiste em apreciar e aprovar o Plano Anual de Contratações incluindo suas alterações e revisões, devendo ainda auxiliar na definição de prioridades e estabelecer diretrizes para a área.

No ano de 2018 foram realizadas 6 (seis) reuniões do Comitê de Apoio à Gestão Orçamentária e de Aquisições.

Ações Continuadas de Otimização da Execução Orçamentária

Divulgação quadrimestral da execução orçamentária

Monitoramento da execução orçamentária das contratações

Melhoramento da capacidade de vinculação da execução ao Planejamento Orçamentário

Data	Pauta	Ata
26.9.2018	- 4ª fase de créditos adicionais 2018. - Contratações convalidadas pelo Comitê.	12ª Reunião
24.08.2018	- Recomendações do Acórdão nº 2.343/2016 – TCU – Plenário. - Desconsideração da Resolução CNJ nº 195/2014 (distribuição de orçamento entre graus de jurisdição) para a Justiça Eleitoral. - Contratações convalidadas pelo Comitê. - Acompanhamento do desempenho do Plano de Contratações 2018. - 3ª fase de créditos adicionais 2018.	11ª Reunião
03.07.2018	- Ajustes Proposta Orçamentária 2019. - Contratações convalidadas pelo Comitê e ajustes no Plano de Contratações 2018. - Remanejamento para contratação do Dimensionamento da Força de Trabalho.	10ª Reunião
01.06.2018	- Contingenciamento 2018. - Contratações convalidadas pelo Comitê. - Abertura de créditos - Despesas discricionárias e obrigatórias. - Recomendações dos Acórdãos nº 2.779/2017 e nº 2.343/2016 – TCU – Plenário. - Proposta Orçamentária Anual 2019 - Referenciais monetários.	9ª Reunião
16.02.2018	- Análise das Ações Estratégicas para 2019.	8ª Reunião
09.02.2018	- Publicações na internet referentes às contratações e ao orçamento do TRE-PA. - Elaboração Proposta Orçamentária 2019. - Consolidação das Ações Estratégicas para 2019. - Contratações: serviços de comunicação institucional e dimensionamento da força de trabalho. - Adequação imóvel do cartório eleitoral de Altamira.	7ª Reunião

Instituição da Governança Judiciária

Corresponde à formulação, implantação, monitoramento e avaliação de estratégias flexíveis e aderentes ao TRE-PA, produzidas de forma colaborativa pelas unidades do Tribunal. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional e à adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão de pessoas, de gestão documental, de gestão da informação, de gestão de processos de trabalho e de gestão de projetos.

Definir, implantar, monitorar e avaliar diretrizes de relacionamento com a mídia, organizações de controle e outras organizações;

Monitorar virtualmente a estratégia;

Aperfeiçoar a sistemática de elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna (reporte e contribuição para accountability do órgão);

Implementar o acompanhamento contínuo dos índices de governança no nível de entidade e intraorganizacional a partir do resultado do Levantamento Integrado de Governança efetuado pelo TCU em 2017;

Definir, implantar, monitorar e avaliar diretrizes de relacionamento com a mídia, organizações de controle e outras organizações

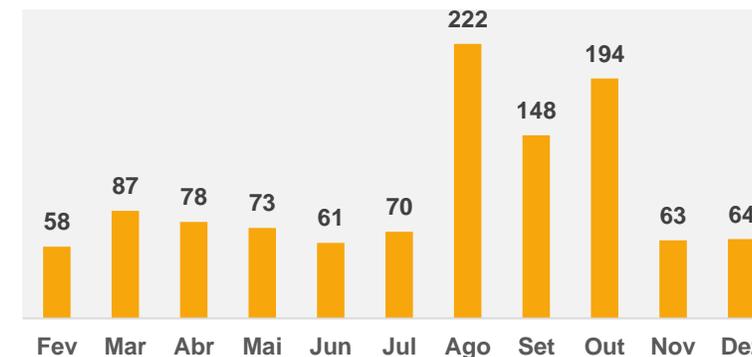
Para atender tal iniciativa, a Comunicação Social do Tribunal (ASCOM) prestou atenção especial aos veículos de comunicação, de forma mais contundente, aos jornalistas.

A unidade antecipou-se no fornecimento de informações mais precisas e claras sobre os assuntos demandados pela mídia. Em 2018, os jornalistas passaram a receber informações mais detalhadas sobre Calendário Eleitoral; as ações eleitorais; os *links* com informações no portal do TSE e TRE-PA; auxílio para usar as ferramentas dos portais, além de áudio, imagens e vídeos, quando o veículo não conseguia chegar a tempo para as entrevistas.

Estratégias para aproximar os responsáveis pela difusão de informações sobretudo no interior, onde a dificuldade logística é acentuada. A principal delas foi o uso diário de aplicativos mensageiros, aplicativos grátis, aplicativos de imagem e vídeo, com o fim de melhorar a qualidade final dos trabalhos apresentados e aproximar com os jornalistas, o que se mostrou um mecanismo eficiente, além de envio de conteúdos com mais notícias.

Durante todo o ano de 2018, os jornalistas que realizaram a cobertura do período eleitoral conseguiram mais espaço para trabalhar e produzir seus conteúdos.

1118 Matérias publicadas Jan-Dez 2018



Visando aprimorar a comunicação interna no TRE, a Secretaria de Administração (SA) concebeu a criação de um canal de comunicação na intranet – Blog da SA – efetivamente implementado, com o apoio técnico da Secretaria de Tecnologia da Informação, a partir de 10 de agosto de 2018.

Com esse canal, a SA facilitou o acesso às informações gerais de interesse dos servidores, centralizando os serviços fornecidos pela secretaria, tais como requisição de transporte, serviços, materiais e contratos. Além disso, os usuários podem interagir com a Secretaria, postando comentários e solicitando orientações e esclarecimentos.

Na área da Corregedoria, houve a disponibilização de perguntas e respostas frequentes (FAQ) no portal da intranet, a fim de agrupar as informações de interesse dos cartórios eleitorais e oferecer mecanismo de busca.

MONITORAR VIRTUALMENTE A ESTRATÉGIA

Durante o ano de 2018 foi dada continuidade ao monitoramento dos indicadores de desempenho constantes do Planejamento Estratégico do ciclo 2016-2021. Neste período foram acompanhados 43 indicadores estratégicos, divididos em 8 macrodesafios, dentro de 3 perspectivas de atuação: Sociedade, Processos Internos e Recursos.

Depois de uma visita técnica ao TRE-TO e de um workshop com o estatístico daquele órgão para os macrogestores do TRE-PA, este Regional começou a utilizar no mês de outubro o software GPWEB, a fim de adequar o monitoramento, a avaliação e o controle da execução da estratégia. A sistemática antes feita através de planilhas Excel preenchidas pelas unidades responsáveis com base na periodicidade de cada indicador no plano, foi substituída pelo referido sistema integrado, e utilizado na gestão estratégica e gerenciamento de projetos, permitindo alinhar os projetos e ações ao plano estratégico, além de fazer o acompanhamento de seus indicadores.

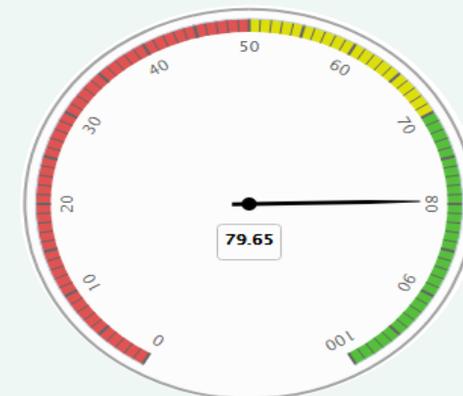
Esse acompanhamento foi indispensável para a aferição dos níveis de desempenho de cada macrodesafio proposto para o ciclo do planejamento. A análise desses resultados serviu de subsídio para tomadas de decisões, elaboração de planos de ação corretiva e para prestar informações aos órgãos de controle externo, como é o caso deste Relatório de Gestão.

A utilização do GPWEB para o lançamento dos resultados dos indicadores de forma integrada por todas as unidades favoreceu a extração de dados gerenciais e o aprimoramento da comunicação institucional. Nas próximas etapas do processo de implantação do sistema em 2019 constará o gerenciamento de projetos no nível estratégico.

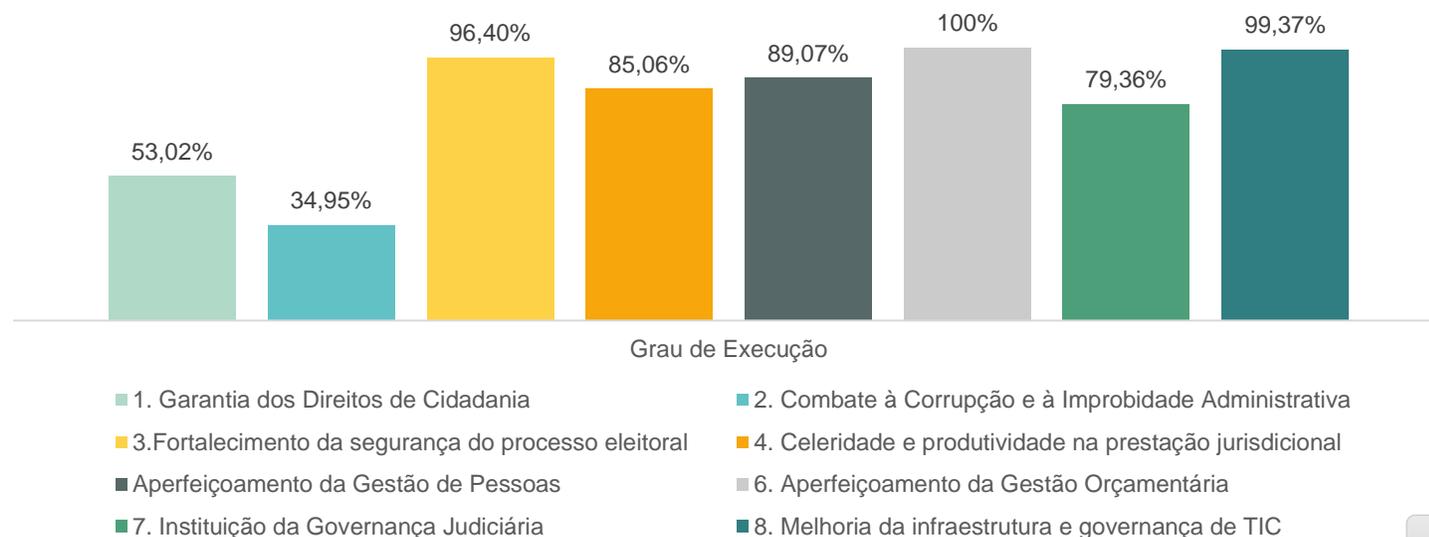
Execução do Planejamento Estratégico - ano 2018



Apresentamos abaixo o demonstrativo geral da execução da estratégia do Tribunal durante o ano 2018, bem como os resultados estratificados por macrodesafio.



Grau de alcance do Macrodesafio

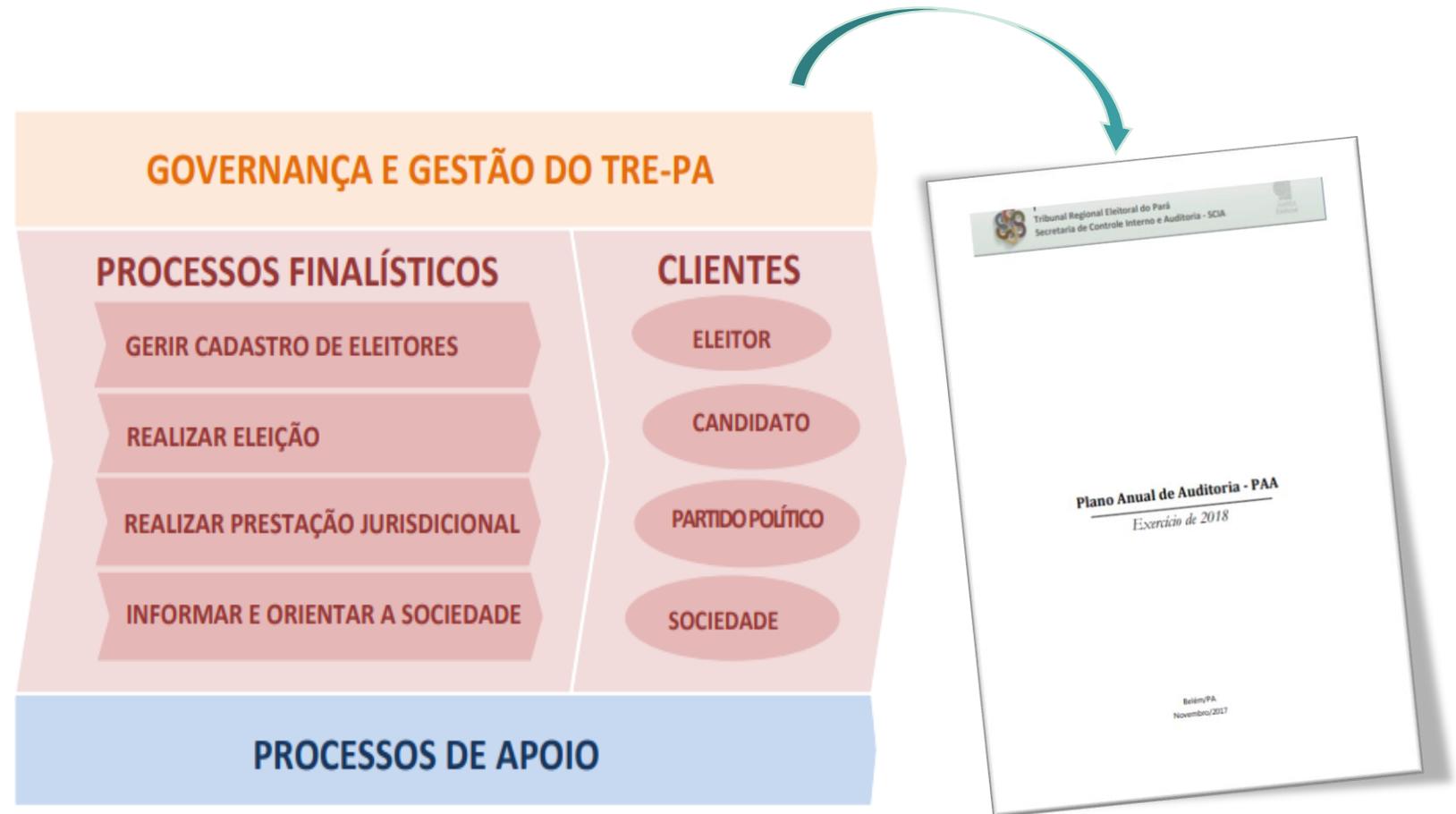


Instituição da Governança Judiciária

Aperfeiçoar a sistemática de elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna (reporte e contribuição para accountability do órgão);

No cumprimento desta iniciativa, para seleção dos objetos auditáveis, adotou critérios objetivos relacionados à materialidade, relevância, criticidade e grau de governança, de forma a documentar o processo de escolha dos temas a serem abordados, e também otimizar o foco de atuação da auditoria interna, tendo em vista que o universo de processos auditáveis é o mais amplo possível e os recursos disponíveis possuem seus limites de estrutura e de pessoal.

A identificação dos processos auditáveis visualizou a cadeia de valor (que irá ser reanalisada em 2019) da instituição – representação gráfica do conjunto de atividades desempenhadas pelo órgão, visando satisfazer as necessidades dos clientes. A unidade de Auditoria Interna utilizou a cadeia formulada pelo TRE/RJ instituída por meio do Ato GP nº 636/2014, como referência para visualização do universo auditável, dividindo os macroprocessos de primeiro nível, em três grupos principais: a) processos de governança e gestão; b) processos finalísticos; e c) processos de apoio.



Cadeia de Valor constante do Plano Anual de Auditoria 2018 do TRE-PA

Melhoria da Infraestrutura e Governança de TIC

Este macrodesafio visa orientar a utilização dos instrumentos de Tecnologia da Informação para suprir as demandas estratégicas. Busca-se ainda garantir os meios que viabilizem a definição, o planejamento, a priorização e a implantação de soluções tecnológicas que apoiem os processos essenciais da Justiça Eleitoral no Pará, os controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como os serviços voltados para a sociedade, com utilização eficiente de recursos.

Aprimorar a governança de TIC no âmbito do TRE-PA;

Instituir plano de atualização da infraestrutura de TI nos cartórios eleitorais e demais unidades do TRE-PA;

Estabelecer Plano de Continuidade de TI para serviços informatizados ou dependentes da infraestrutura de TI do TRE-PA;

Revisar/Definir arquitetura, modelo de desenvolvimento, tecnologias e ferramentas, a fim de contribuir para a expansão da capacidade produtiva da unidade

Aprimorar a Governança de TIC no âmbito do TRE-PA

Índice “aprimorado” e o 2º entre os Tribunais Eleitorais no índice nacional de governança de TI do CNJ, iGOVTIC-JUD

Reformulados por meio da Resolução TRE-PA nº 5.419/2018, os Comitês Diretivos e Técnicos de TIC, CDTI e CTTI, respectivamente tiveram funcionamento ativo durante o biênio, quando deliberaram sobre projetos de cadastramento biométrico, eleições suplementares e oficiais, avanços em normativos e instruções internas visando o aprimoramento da gestão de aquisições, modernização do parque de TIC, planejamento, gestão de riscos, inovações tecnológicas, gestão e administração de crises, segurança da informação, gestão do nível de serviço, processo de desenvolvimento de sistemas e pauta de soluções.



Comitê de Governança de TI - Reunião CTTI

Normas Regulatórias da Governança de TIC no TRE-PA

- Resolução nº 5.430/2018 - Institui a Política de Segurança da Informação (PSI);
- Instrução Normativa nº 3/2018 - Institui a Política de uso do Correio Eletrônico;
- Resolução nº 5.432/2018 - Dispõe sobre a Padronização de Procedimentos de Contratação de TI;
- Resolução nº 5.419/2018 - Dispõe sobre a Governança de TI;
- Portaria nº 17.802/2018 - Institui o processo de Gerenciamento de Serviços de TI;
- Portaria nº 17.803/2018 - Institui a Central de Serviços de TI;
- Portaria nº 18.141/2018 - Estabelece diretrizes para distribuição, movimentação, guarda e responsabilidade das urnas eletrônicas (UEs), materiais agregados e equipamentos de TI;
- Resolução nº 5.484/2018 - Dispõe sobre o acondicionamento, recolhimento da mídia de resultado e documentos da votação, do funcionamento das juntas eleitorais e pontos de transmissão nas eleições 2018.

Melhoria da Infraestrutura e Governança de TIC

Instituir plano de atualização da infraestrutura de TI nos cartórios eleitorais e demais unidades do TRE-PA;



SOLUÇÃO DE COLABORAÇÃO E COMUNICAÇÃO CORPORATIVA (CLOUD COMPUTING)

Com a evolução da Internet e a Cloud Computing (computação em nuvem), o armazenamento de dados nos computadores das organizações tornou-se algo obsoleto, uma vez que a computação em nuvem tornou-se uma forma segura de armazenar e compartilhar em um só local. Com o intuito de aumentar o compartilhamento de informações, a Justiça Eleitoral do Pará migrou os serviços de comunicação (e-mail, mensageria, calendário, etc.) para o sistema G Suite.

O sistema consiste em um conjunto de aplicativos de mensagem e colaboração com base na Web, hospedado pelo Google em seus próprios servidores, o que garante maior segurança, disponibilidade e escalabilidade às informações. O G Suite proporciona maior integração das ferramentas de comunicação e inúmeras formas de compartilhamento de informações.

Além disso, o sistema disponibiliza 30 GB de armazenamento on-line para serviço de e-mail, organização e recuperação de mensagens, compartilhamento simplificado de agendas e colaboração em tempo real.



AQUISIÇÃO DE ATIVOS DE TI UTILIZADOS NOS PONTOS DE TRANSMISSÃO DAS ELEIÇÕES 2018

Com o intuito de aprimorar o processo de apuração e totalização dos votos, foi executado o projeto de renovação integral dos ativos de TI do Tribunal utilizados nos Pontos de Transmissão. Nas Eleições 2018, tais equipamentos foram utilizados em 1.010 pontos de transmissão espalhados pelos mais diversos municípios do Pará.

Destacam-se as ações de aquisição de notebooks, pen drives e demais acessórios, como cordões para pen drives e cabos extensores USB. Os notebooks são utilizados em pontos de transmissão que usam tecnologia de transmissão via satélite (SM-SAT ou BGAN) e os pen drives são preparados para uso do JEConnect, que é uma solução de software embarcado e criptografado, desenvolvida pela Justiça Eleitoral.

Durante os exercícios de 2017/2018, foi feito um investimento de R\$1.900.020,00 com a aquisição de 417 notebooks, além de R\$106.900,00 para a aquisição de 3.000 unidades de memória flash do tipo pen drive.



REDE DE FIBRA ÓPTICA EM NOVOS CARTÓRIOS ELEITORAIS

A fibra óptica é um filamento flexível fabricado a partir de vidro ou plástico, utilizado como condutor de luz. Por ser um material que não sofre interferências eletromagnéticas possui elevado rendimento e confiabilidade para transporte de dados, conseguindo transmitir grande volume de informações a velocidades muito superiores, em comparação com outros meios, tais como: fios metálicos e transmissão por rádio.

Por esses motivos, as conexões por fibra óptica tem se tornado a opção de conexão mais estável, onde existe viabilidade técnica, em substituição às tradicionais conexões via satélite e até mesmo pelas conexões de rádio digital. A Infovia de Fibra Óptica do TRE-PA contempla 28 zonas eleitorais: 12 zonas na região metropolitana de Belém e 16 no interior do estado do Pará.

05

Alocação de Recursos e Áreas Especiais da Gestão

Declaração do Diretor-Geral

A gestão foi marcada sobretudo pelo zelo e transparência quanto à utilização sustentável dos recursos colocados à disposição, buscou-se o aprimoramento na prestação dos serviços à sociedade, apesar da escassez orçamentária vivenciada em nosso País, principalmente com o advento do Novo Regime Fiscal no final de 2016. Ações relacionadas à promoção da cidadania; celebração de parcerias; responsabilidade socioambiental; capacitação de recursos humanos; implantação do Processo Judicial Eletrônico - PJe; gestão de contratos; avanços da biometria e inovações tecnológicas, dentre outras, traduzem a forma austera e responsável com que o orçamento foi gerenciado ao longo da gestão, com monitoramento contínuo da sua execução, a fim de reduzir perdas e zelar pela aderência ao planejamento.

O desafio daqui em diante será manter o nível de serviços com recursos cada vez mais escassos. Desse modo, a ampliação da celebração de parcerias e o uso sustentável desses recursos serão fundamentais para o alcance dos objetivos institucionais.



Edson Costa
Diretor Geral

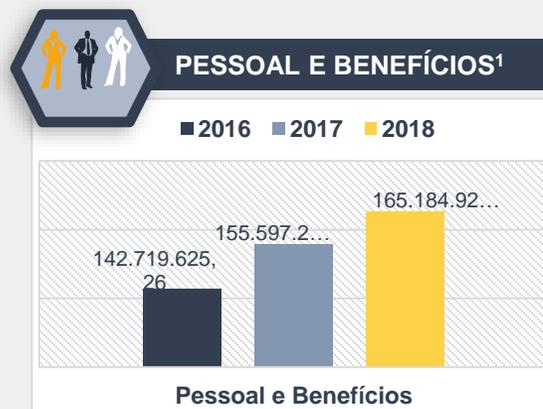
Gestão Orçamentária e Financeira

Um dos maiores desafios da Gestão Orçamentária e Financeira no TRE-PA foi a necessidade de adequação de suas despesas à tendência de estagnação ou diminuição gradativa de seu orçamento imposta pela Emenda Constitucional nº 95/2016, conhecida como PEC do Teto dos Gastos.

Promulgada visando equilibrar as contas públicas, a citada norma determinou que as despesas federais só podem aumentar de acordo com a inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em virtude disso, o crescimento do orçamento para Custeio e Investimento foi menor do que o esperado e a tendência é de redução para os próximos anos.



2 Despesas gerais visando a manutenção das atividades do órgão: limpeza, segurança, energia elétrica, material de consumo, etc.



Despesas com quaisquer espécies remuneratórias: vencimentos, proventos, reformas e pensões, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, entre outros.



Despesas com a melhoria da estrutura mobiliária e imobiliária: obras, reformas, aquisições de veículos, imóveis ou materiais de caráter permanente.

Perfil do gasto da UPC

Evolução dos últimos anos da execução orçamentária da despesa - empenhada, liquidada e paga

Exerc.	GRUPO	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
2018	Pessoal e Benefícios	165.184.928,57	165.086.304,65	165.065.700,48
	Custeio	27.136.561,94	24.862.920,23	24.515.721,31
	Investimentos e Obras	5.794.613,20	5.095.135,31	4.817.359,28
	Total	198.116.103,71	195.044.360,19	194.398.781,07
2017	Pessoal e Benefícios	155.597.265,23	155.545.981,66	155.545.981,66
	Custeio	28.191.460,29	26.388.724,70	26.051.690,22
	Investimentos e Obras	4.814.689,40	4.085.832,67	3.703.275,55
	Total	188.603.414,92	186.020.539,03	185.300.947,43
2016	Pessoal e Benefícios	142.719.625,26	142.713.891,63	142.713.891,63
	Custeio	25.973.301,46	23.985.021,98	23.984.911,81
	Investimentos e Obras	5.756.626,48	5.655.252,48	5.655.252,48
	Total	174.449.553,20	172.354.166,09	172.354.055,92

Gestão Orçamentária e Financeira

Diante do cenário de restrição orçamentária, para assegurar recursos para a manutenção do órgão, sem prejuízo da qualidade na prestação dos serviços ao cidadão, estão sendo aperfeiçoados os diversos mecanismos de controle e gestão orçamentária, com o intuito de reduzir ao mínimo as perdas e de tentar garantir orçamento para investimentos e obras.

Como resultado, no exercício de 2018, o TRE-PA executou a quase totalidade do orçamento aprovado, não tendo perdas orçamentárias.



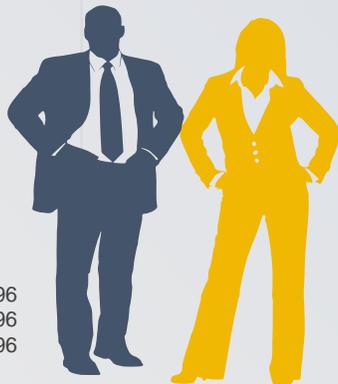
Em 2018, o TRE-PA obteve o 2º lugar nacional em execução planejada do orçamento de manutenção e investimento entre os Tribunais Eleitorais.

AÇÃO GOVERNO		DOTAÇÃO	EMPENHADO	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
0181	APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO	26.195.785,00	24.682.400,39	24.682.400,39	24.682.400,39
09HB	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O	19.168.741,00	16.682.984,11	16.678.767,90	16.678.767,90
14CQ	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL DE RONDON DO PARÁ	17.083,00	17.083,00	6.721,77	6.721,77
2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA	4.440.825,00	4.440.825,00	4.432.622,28	4.427.140,96
20GP	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEITORAL	32.885.556,00	32.200.208,55	29.593.216,10	28.968.241,15
20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIÃO	112.583.643,00	112.582.549,07	112.581.439,42	112.566.316,57
212B	BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	6.863.087,00	6.796.170,00	6.711.074,66	6.711.074,66
4269	ELEIÇÕES		51.593.214,92	49.806.032,26	49.380.710,87
7832	BIOMETRIA		4.902.477,51	4.606.903,69	4.532.462,26
7U84	REFORMA DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM - PA	13.946,00	13.945,39	13.945,39	13.945,39
7W86	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE JURUTI - PA	26.159,00	26.158,34	26.158,34	26.158,34
TOTAL		202.194.825,00	253.938.016,28	249.139.282,20	247.993.940,26

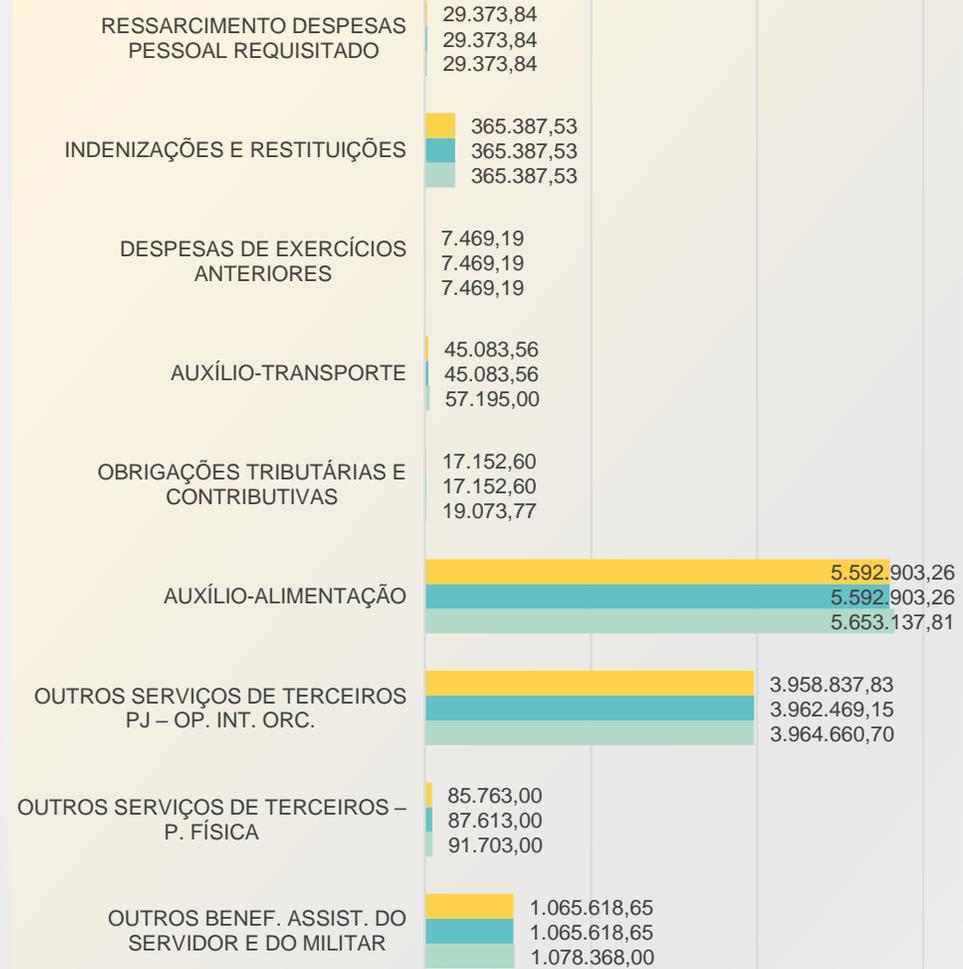
A execução dos valores encontra-se detalhada por grupo e elemento de despesa nos anexos I – Pessoal e Benefícios; II – Custeio e III – Investimentos e Obras.

Perfil do gasto da UPC

Pessoal e Encargos Sociais: R\$



Outras Despesas Correntes Benefícios - : R\$

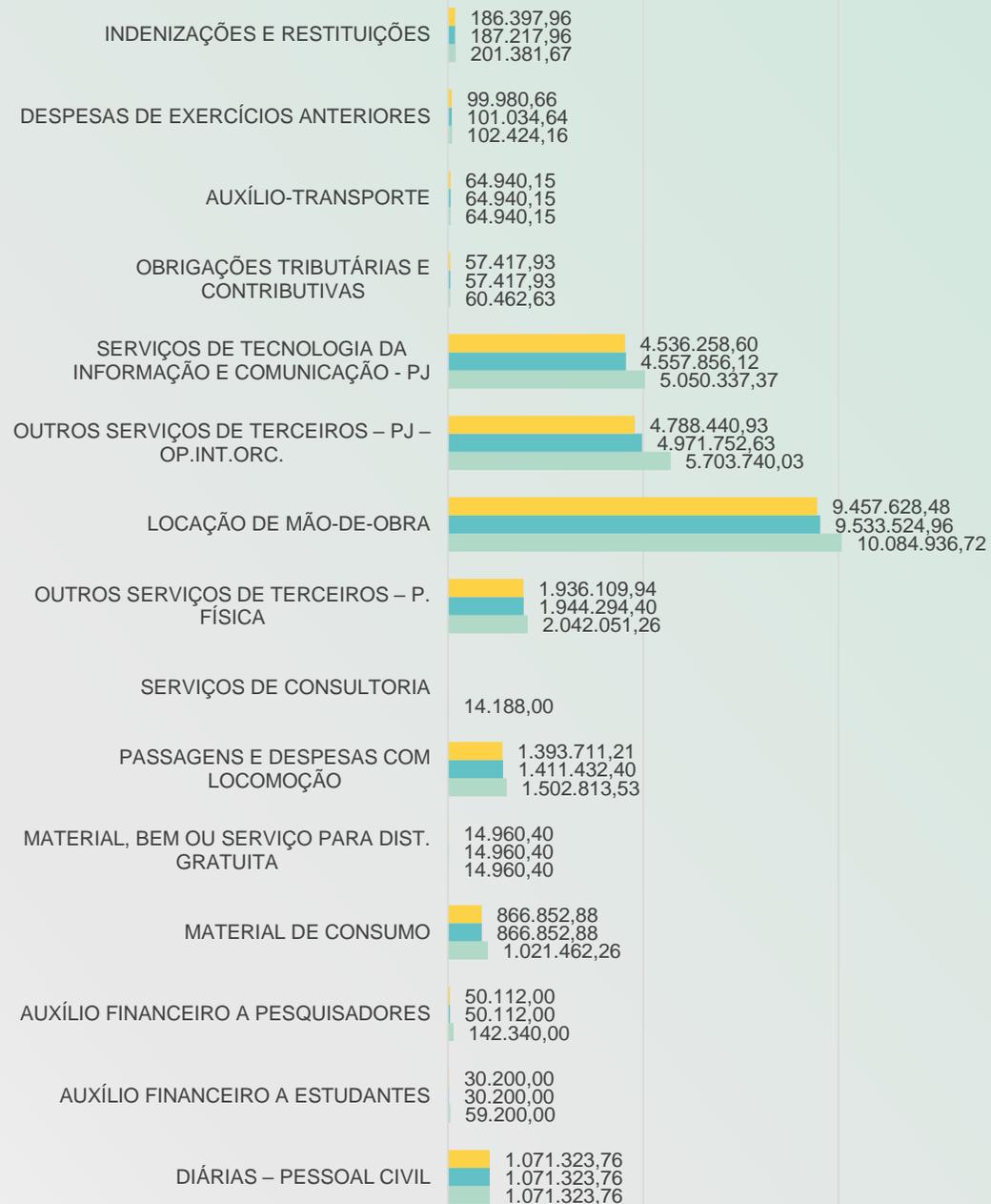


Legenda

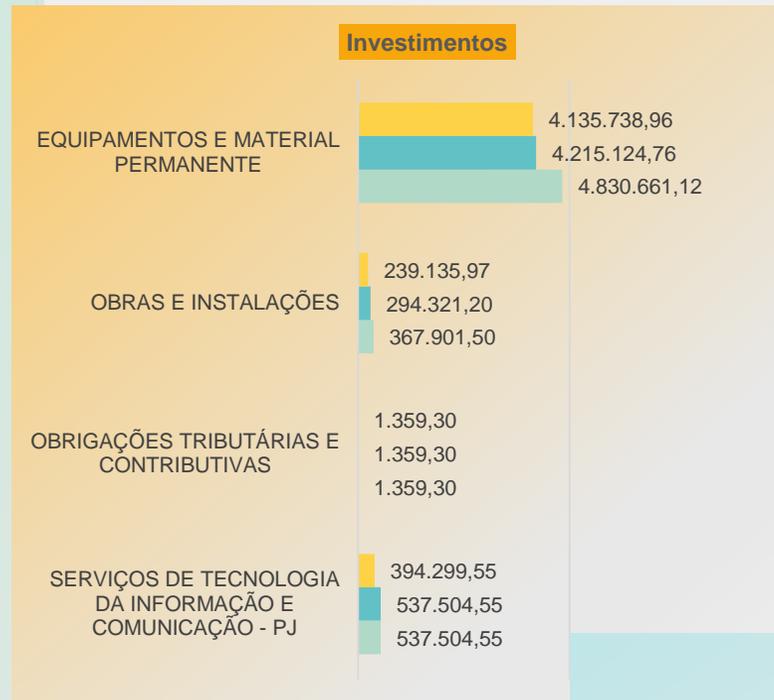
- Despesas Pagas
- Despesas Liquidadas
- Despesas Empenhadas

ANEXO I - Perfil do gasto da UPC

Outras Despesas Correntes Benefícios - : R\$



Investimentos



Legenda

- Despesas Pagas
- Despesas Liquidadas
- Despesas Empenhadas

Investimentos Obras



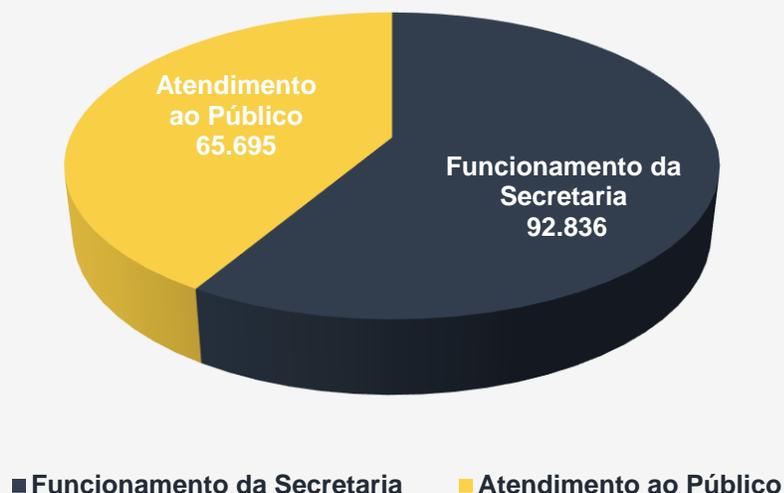
Gestão de Custos

Inicialmente registra-se que a sistemática de apuração dos custos na Justiça Eleitoral está em desenvolvimento desde 2015 e faz parte do planejamento estratégico do Tribunal Superior Eleitoral. Inclui desde a definição de critérios até a elaboração de sistema informatizado para captação e levantamento de custos, encontrando-se atualmente em fase de apuração.

Desse modo, as informações referentes à Gestão de Custos incluídas neste Relatório foram produzidas pela SOF - TSE, órgão setorial responsável pelo gerenciamento e consolidação dos dados com base nas informações prestadas pelos Tribunais Eleitorais.

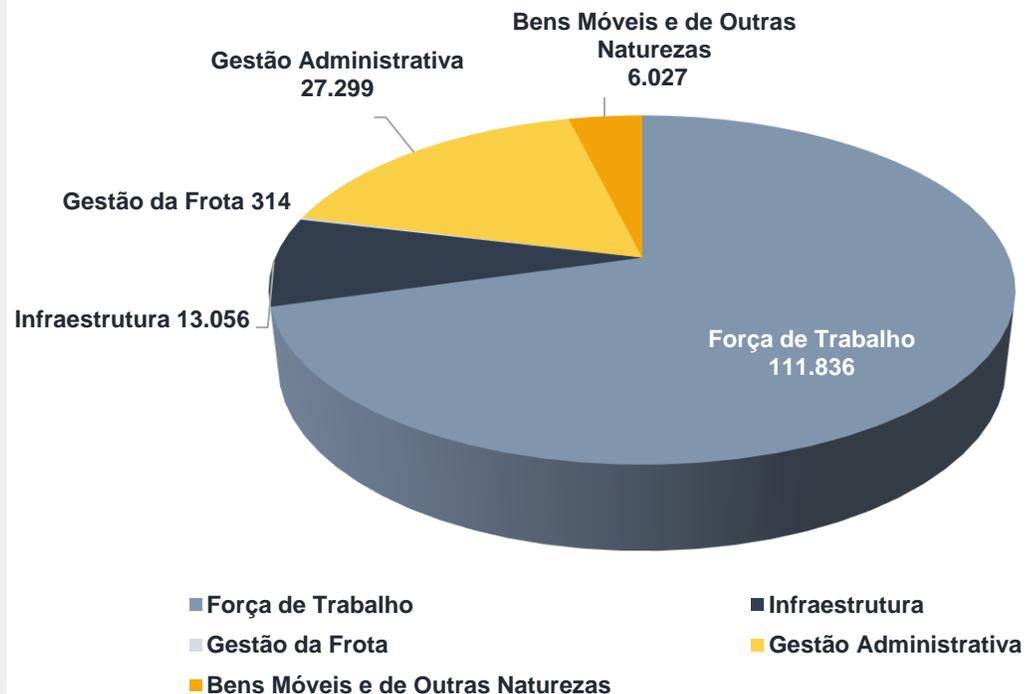
Assim, no que diz respeito aos custos de 2018 do TRE-PA, os dados apurados foram divididos entre atendimento ao público e funcionamento das secretarias na forma que segue:

Atendimento ao Público x Funcionamento das Secretarias (em R\$ mil)



Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, foram obtidos os resultados apresentados no gráfico a seguir:

Custos por Subgrupos (em R\$ mil)



Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão passando por um período de aprimoramento e amadurecimento, inclusive com a incorporação de novas técnicas e ferramentas em anos vindouros, a fim de contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também ao público em geral.

Gestão de Pessoas



A Gestão de Pessoas compreende os registros funcionais de servidores, magistrados e promotores eleitorais, análise de processos que envolvem direitos e deveres dos servidores e concessão de aposentadorias e pensões, confecção de folhas de pagamento de pessoal, gestão da lotação, do desempenho, da formação e aperfeiçoamento dos servidores, além da gestão da saúde e qualidade de vida dos colaboradores.

A Política de Gestão de Pessoas por Competências do TRE-PA, instituída pela Portaria n.º 13.602/2013 e alterada pela Portaria n.º 17.328/2017, abrange o treinamento, o desenvolvimento, a seleção e a lotação através dos resultados da avaliação dos servidores em seus conhecimentos, habilidades e atitudes.

No ano de 2018, foi realizado o 2º ciclo de avaliações, voltado para os servidores da Secretaria do Tribunal, obtendo-se 90% de avaliações concluídas, as quais focaram competências técnicas, genéricas e gerenciais, gerando insumo para a confecção do Plano Anual de Capacitação e para as ações de seleção e lotação por competências.

Outra ação de nível estratégico foi a parceria firmada com a Universidade Federal do Pará, através de descentralização de recursos, para a condução do processo de planejamento do força de trabalho.

Nas próximas páginas, apresentaremos as informações quantitativas do quadro de pessoal permanente do TRE/PA, além da força de trabalho alocadas nos 1º e 2º graus de jurisdição, as despesas com a manutenção da referida força de trabalho, que dão conta das principais ações da Secretaria de Gestão de Pessoas.

Novos projetos para o futuro:

O Plano de Gestão para o biênio 2019/2020 contemplou novas ações estratégicas para a unidade de Gestão de Pessoas, como a inclusão dos servidores dos cartórios eleitorais no processo de avaliação por competências, a identificação e redução de ocupações críticas, o gerenciamento da construção de planos de desenvolvimento individuais pelos servidores, e a implantação de um programa de desenvolvimento de sucessores.



DESPESAS COM FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES



DESPESAS REALIZADAS POR AÇÃO FORMATIVA

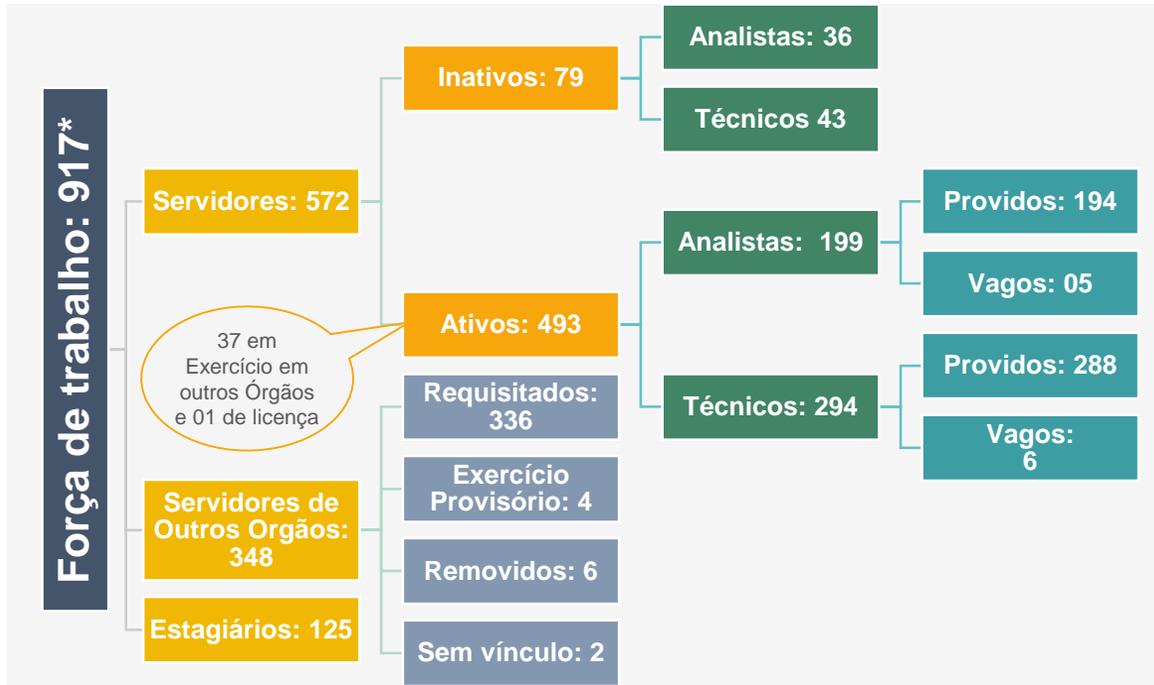
ITEM	VALOR (R\$)	SERVIDORES BENEFICIADOS
Graduação	75.529,07	10
Pós-graduação	14.945,60	5
Trilhas de aprendizagem	87.300,00	-
Treinamento gerencial	85.815	1.742
Instrutoria interna	44.267	
Instrutoria externa	247.950,02	

SERVIDORES CAPACITADOS POR ÁREA DE CONHECIMENTO

ÁREA	SERVIDORES CAPACITADOS
Judiciária	5
Tecnologia da Informação	20
Administrativa/Gestão	541
Responsabilidade Social	35
Saúde e Qualidade de Vida	1.141



Quadro de Pessoal Permanente / Força De Trabalho



* Soma dos Servidores de outros órgãos, estagiários e servidores ativos, subtraindo-se os cargos vagos, em exercício em outro Órgão e de licença)

CARGOS PROVIDOS POR CLASSE E PADRÃO NA CARREIRA

Cargos \ Classe e Padrão	A1	A2	A3	A4	A5	B6	B7	B8	B9	B10	C11	C12	C13
Analista Judiciário	4	25	2	2	9	3	2	10	1	3	3	21	109
Técnico Judiciário	1	27	7	8	10	7	4	8	-	10	9	23	174

PENSIONISTAS

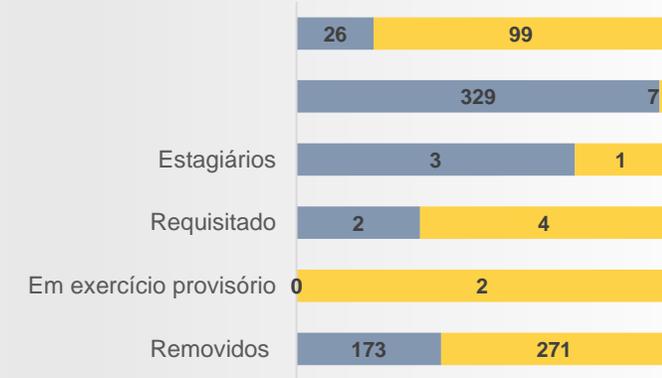
Cargo do Instituidor	Quantitativo
Analista Judiciário	7
Técnico Judiciário	14
PJ	1
Total	22

Especialidade	Providos	Vagos	Total
Judiciária	145	2	147
Administrativa	18	2	20
Administrativa - Contabilidade	5	-	5
Apoio Especializado - Análise de Sistemas	11	-	11
Apoio Especializado - Medicina	3	-	3
Apoio Especializado - Odontologia	2	-	2
Apoio Especializado - Psicologia	1	-	1
Apoio Especializado - Assistência Social	1	-	1
Apoio Especializado - Engenharia	2	-	2
Apoio Especializado - Engenharia Elétrica	1	-	1
Apoio Especializado - Biblioteconomia	-	1	1
Apoio Especializado - Taquigrafia	5	-	5

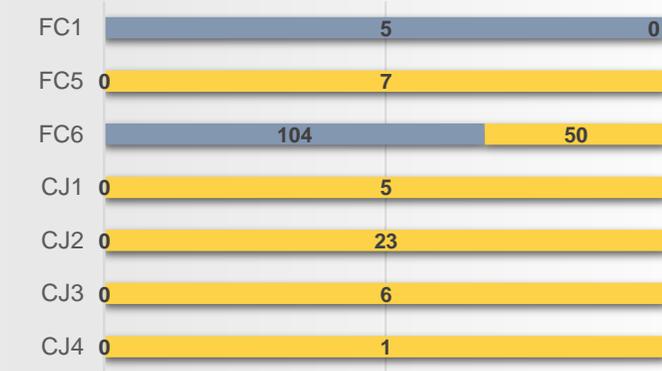
Especialidade	Providos	Vagos	Total
Administrativa	247	4	251
Administrativa - Segurança	9	1	10
Apoio Especializado - Enfermagem	1	-	1
Apoio Especializado - Digitação	7	-	7
Apoio Especializado - Operação de Computadores	12	-	12
Apoio Especializado - Programação de Sistemas	12	1	13

DISTRIBUIÇÃO ENTRE 1º GRAU E 2º GRAU

FORÇA DE TRABALHO

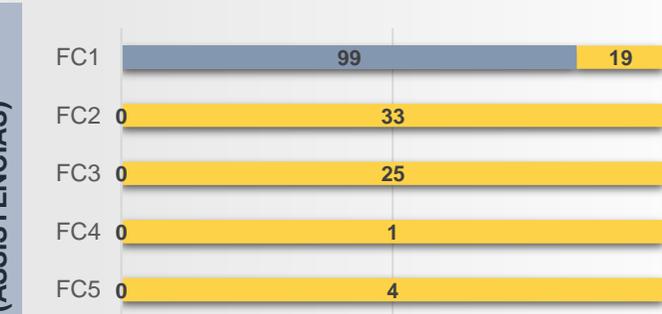


FUNÇÕES GERENCIAIS



*01 CJ2, 2 CJ1 e 22 FC6 não são ocupadas por servidores da Justiça Eleitoral

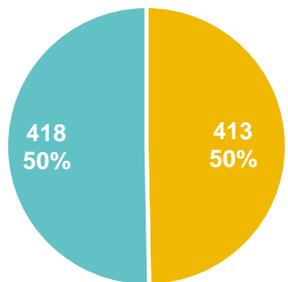
FUNÇÕES NÃO GERENCIAIS (ASSISTÊNCIAS)



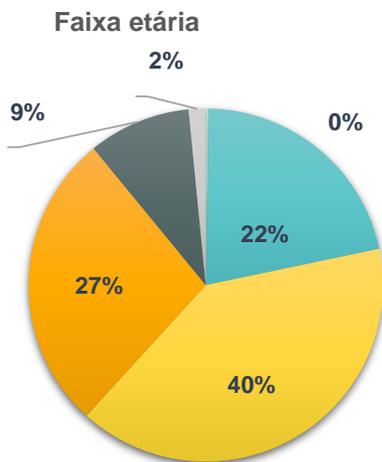
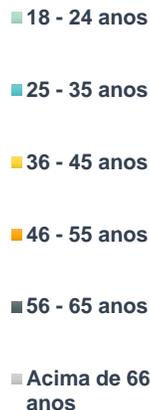
*04 FC2 e 43 FC1 não são ocupadas por servidores da Justiça Eleitoral

Gestão de Pessoas

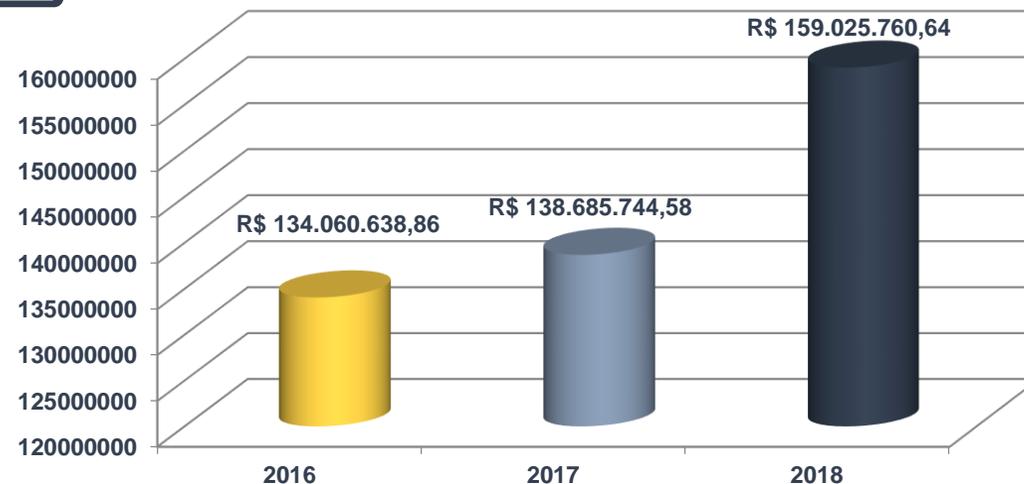
Divisão por Gênero



■ Feminino ■ Masculino



EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL 2016-2018



ÍNDICES DE ABSENTEÍSMO POR MOTIVO DE SAÚDE



AÇÕES PREVENTIVAS EM SAÚDE

AÇÃO	PARTICIPANTES ANTES
Acolhimento Psicológico	195
Acolhimento Social	218
Oficinas e Campanhas Educativas	-
Saúde Mental / Meditação / Gerenciamento do Estresse	127
Alimentação Saudável	32
Ginástica Cerebral	30
Prevenção e Tratamento do Tabagismo	32



QUANTITATIVO DE PcD – PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - NO TRIBUNAL

Servidores	Estagiários
15	1



Justificativas para o aumento das despesas com pessoal:

- * Implementação do PCS - Lei 13.317/2016;
- * Progressões na carreira;
- * Aposentadorias e nomeações de novos servidores;
- * Realização de eleições nos anos de 2016 e de 2018.



DETALHAMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL

Situação Funcional	Ano	Vencimentos e Vantagens fixas	Retribuições - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas	Gratificações (Natalina e Encargo de Curso ou Concurso)	Adicionais	Indenizações e Auxílios	Benefícios Assistenciais e Abono de Permanência	Outras Despesas Variáveis	Despesas de Exercícios Anteriores	Total 
Membros de Poder e Agentes Políticos	2016	-	-	R\$ 13.290.946,94	-	R\$ 214.861,22	-	-	-	R\$ 13.505.808,16
	2017	-	-	R\$ 11.448.635,23	-	R\$ 157.521,70	-	-	-	R\$ 11.606.156,93
	2018	-	-	R\$ 11.634.183,16	-	R\$ 362.895,56	-	-	-	R\$ 11.997.078,72
Servidores de carreira do órgão em exercício no TRE/PA	2016	R\$ 52.432.305,79	R\$ 9.114.683,67	R\$ 5.715.011,87	R\$ 11.739.335,84	R\$ 7.916.254,51	R\$ 619.792,97	R\$ 192.805,84	R\$ 135.637,00	R\$ 87.865.827,49
	2017	R\$ 58.565.460,00	R\$ 9.955.719,42	R\$ 6.161.875,33	R\$ 9.520.805,53	R\$ 6.646.732,17	R\$ 615.608,79	R\$ 437.461,36	R\$ 220.900,11	R\$ 92.124.562,71
	2018	R\$ 66.202.015,15	R\$ 10.434.254,39	R\$ 6.815.696,05	R\$ 12.121.046,26	R\$ 8.490.573,31	R\$ 706.071,40	R\$ 3.539.078,18	R\$ 44.707,34	R\$ 108.353.442,08
Servidores de carreira de outros órgãos em exercício no TRE/PA	2016	-	R\$ 1.843.048,20	R\$ 217.410,74	R\$ 1.782.851,81	R\$ 1.900.651,77	R\$ 35.457,00	R\$ 3.196,89	R\$ 140.933,13	R\$ 5.923.549,54
	2017	-	R\$ 2.072.216,20	R\$ 169.642,56	R\$ 1.148.415,10	R\$ 1.246.031,89	R\$ 45.056,00	-	R\$ 64.004,04	R\$ 4.745.365,79
	2018	-	R\$ 1.497.435,62	R\$ 140.378,25	R\$ 1.424.059,22	R\$ 2.722.872,32	R\$ 42.722,87	R\$ 532.965,05	R\$ 4.844,90	R\$ 6.365.278,23
Servidores sem vínculo com a administração pública	2016	-	R\$ 223.548,64	R\$ 20.599,62	R\$ 12.860,31	R\$ 27.657,83	R\$ 1.720,00	-	-	R\$ 286.386,40
	2017	-	R\$ 247.195,44	R\$ 20.599,62	R\$ 15.730,62	R\$ 26.692,38	R\$ 430,00	-	-	R\$ 310.648,06
	2018	-	R\$ 247.195,44	R\$ 20.599,62	R\$ 8.980,10	R\$ 23.273,81	R\$ 147,20	R\$ 1.663,26	-	R\$ 301.859,43
Servidores de carreira do TRE/PA em exercício em outro órgão	2016	R\$ 4.643.893,72	-	R\$ 434.690,93	R\$ 306.227,15	R\$ 502.581,66	R\$ 14.384,00	R\$ 355,15	R\$ 591,32	R\$ 5.902.723,93
	2017	R\$ 5.364.496,89	-	R\$ 480.578,80	R\$ 391.845,24	R\$ 477.510,51	R\$ 34.680,97	R\$ 1.000,73	R\$ 136,75	R\$ 6.750.249,89
	2018	R\$ 5.890.854,54	-	R\$ 528.669,43	R\$ 339.296,07	R\$ 482.312,57	R\$ 63.662,20	R\$ 1.739,48	-	R\$ 7.306.534,29
Aposentados e Pensionistas	2016	R\$ 16.361.759,70	R\$ 2.398.419,98	R\$ 1.657.791,95	R\$ 45.099,63	R\$ 247,27	R\$ 35.497,15	R\$ 50.957,04	R\$ 26.570,62	R\$ 20.576.343,34
	2017	R\$ 18.559.966,14	R\$ 2.679.554,04	R\$ 1.809.390,14	R\$ 76.605,99	-	R\$ 23.244,89	-	-	R\$ 23.148.761,20
	2018	R\$ 19.899.902,53	R\$ 2.671.352,59	R\$ 1.914.742,79	R\$ 94.656,18	-R\$ 1.921,00	R\$ 13.568,07	R\$ 46.752,65	R\$ 62.514,08	R\$ 24.701.567,89

DESPESAS COM PROGRAMA DE ESTÁGIO REMUNERADO

DESPESAS COM BOLSA, AUXÍLIO-TRANSPORTE E AGENTE DE INTEGRAÇÃO	
Grau de Jurisdição	Despesa Total
1º Grau	R\$ 36.654,93
2º Grau	R\$ 1.071.266,51

DESPESAS COM PROGRAMA COMEÇAR DE NOVO

DESPESAS COM BOLSA, AUXÍLIOS E CAPACITAÇÃO	
Tipo de Despesa	Despesa Total
Bolsa e Auxílios Alimentação e Transporte	R\$ 5.627,02
Contratação de Treinamento	R\$ 5.620,00

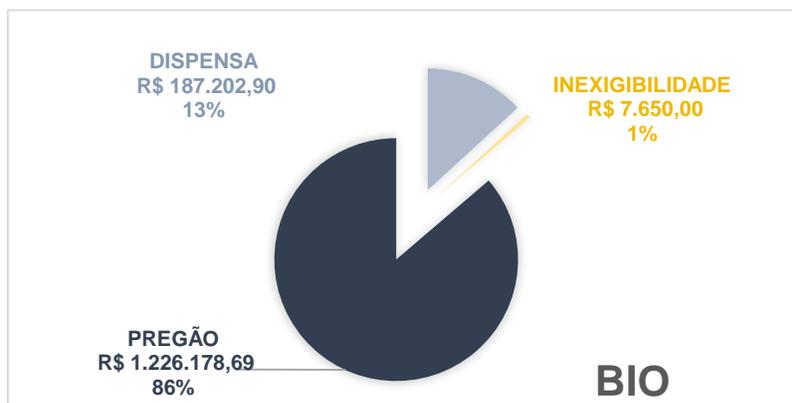
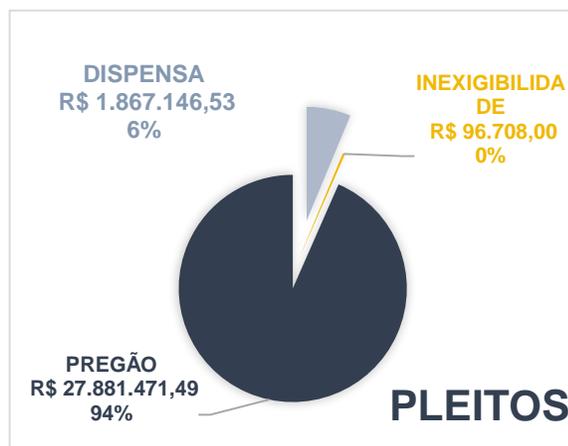
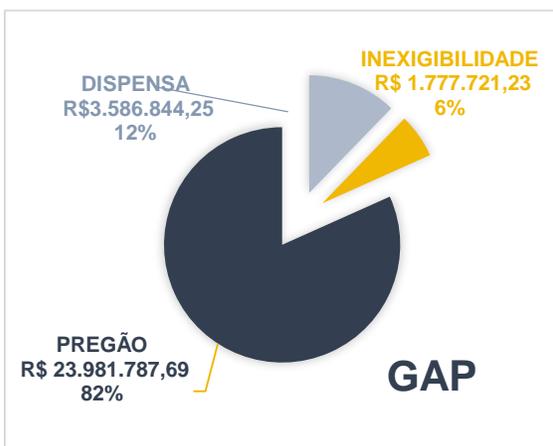
RECURSOS DESCENTRALIZADOS

TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA	
UG Receptora / Instrumento / Objeto	Despesa Total
UFPA / Planejamento da Força de Trabalho	R\$ 114.240,00
UFPA / Construção de Trilhas de Aprendizagem de Competências Genéricas	R\$ 87.300,00

Gestão de Licitações e Contratos

Observa-se que o Orçamento deste Regional destinado para licitações e contratos atingiu o montante de **R\$ 60.612.710,78**, o qual foi dividido em três Ações Orçamentárias:

- 20 GAP (Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral), no valor de **R\$ 29.346.353,17**.
- **Pleitos Eleitorais**, no valor de **R\$ 29.845.326,02**.
- Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor (**BIO**), no valor de **R\$ 1.421.031,59**.



PRINCIPAIS CONTRATOS DE 2018

Categoria	Descrição do Contrato	Valor (R\$)
ESTRATÉGICAS 2018*	Sistemas de microgeração de energia solar fotovoltaica (projeto, instalação, equipamentos, treinamento e suporte técnico - CT N° 65/2018)	R\$ 367.901,50
	Dimensionamento da força de trabalho do TRE/PA (TED N° 01/2018)	R\$ 114.240,00
	Gsuíte - Solução integrada de colaboração e comunicação corporativa baseada em computação em nuvem (CT N° 39/2018)	R\$ 414.726,00
	Substituição das instalações elétricas de alimentação vertical (CT N° 116/2018)	R\$ 211.379,52
	Renovação do parque computacional - Aquisição de Notebooks	R\$ 1.569.900,00
	Expansão da Rede de Fibra Óptica no Interior do Estado	R\$ 133.496,66
ELEIÇÃO**	Contratação de Suporte à Apuração das Eleições - Técnico de Urnas e Técnicos de Satélite (IES SUPORT)	R\$ 8.234.367,14
	Transporte de Urnas e baterias para as Eleições (UEL TRANSP1 e UEL TRANSP2)	R\$ 9.611.948,37
	Aquisição de baterias externas para urnas eletrônicas (UEL SUPRIM E FUN MATCOM)	R\$ 1.468.349,83
	Locação de BGANS - transmissão de dados via satélite (IES SISMOV1 e IES SISMOV2)	R\$ 4.359.093,66
MATERIALIDADE**	Comunicação de dados através Links de Rádio Digital e Fibra Óptica para Cartórios Eleitorais. (CT N° 99/2016)	R\$ 1.156.068,65
	Comunicação VSAT (antenas satelitais) para Cartórios Eleitorais (CT N° 34/2016)	R\$ 1.121.744,67
	Comunicação de dados através Links de Rádio Digital e Fibra Óptica para Cartórios Eleitorais. (CT N° 74/2015)	R\$ 1.049.124,82
	Segurança Empresarial (AIEF VIGOST)	R\$ 2.226.181,70
	Limpeza (AIEF LIMPEZA)	R\$ 3.985.554,86
	Teleprocessamento (AOSI TELEPR)	R\$ 2.146.217,11

Perfil Geral das Contratações

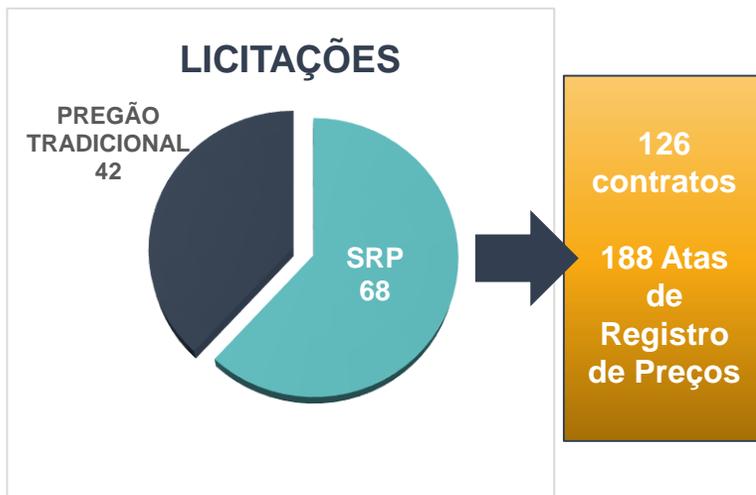


Do universo de Contratações, a maioria ocorreu na modalidade de Pregão Eletrônico (88% do orçamento disponibilizado), sendo:

LICITAÇÕES	110
SRP (Sistema de Registro de Preços)	68
(PREGÃO) TRADICIONAL	42

Os 110 Editais publicados no ano de 2018 resultaram em **126 Contratos** e **188 Atas de Registros de Preços**.

A escolha dessa modalidade decorre, fundamentalmente, em razão do enquadramento dos bens e serviços como de natureza comum, trazendo, desse modo, a celeridade e economicidade tão almejada nas contratações públicas.



Já as contratações diretas, por meio de Dispensa de Licitação (9%) e Inexigibilidade (3%) apresentaram-se em menor proporção, haja vista a maturidade do processo de planejamento das contratações neste Órgão e dos controles internos estabelecidos, os quais restringem efetivamente a utilização destas modalidades licitatórias àquelas contratações de valor reduzido, bem como a situações em que não foi viável a realização do processo licitatório regular.

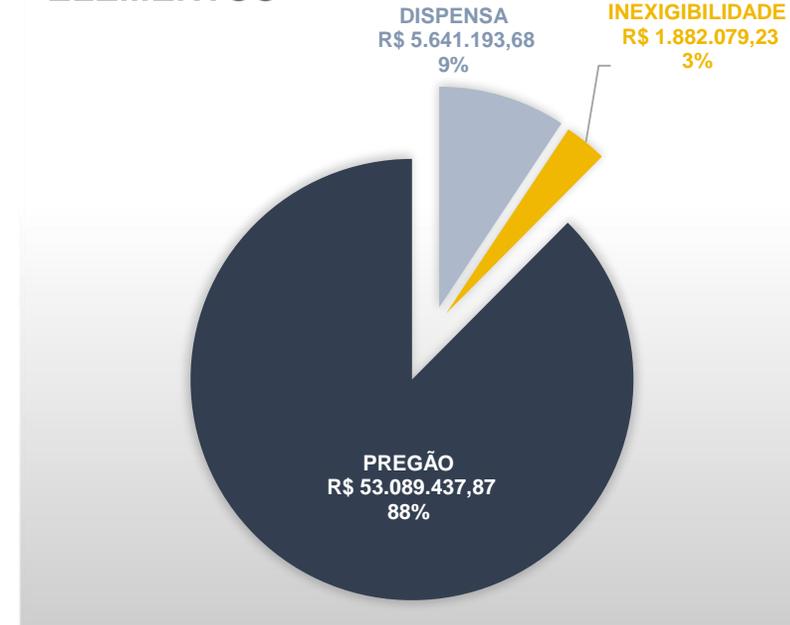
Nesse sentido, as situações de inexigibilidade (art. 25 da Lei nº 8.666/93) concentraram-se principalmente nas ações de capacitação dos servidores e na contratação de serviços de fornecimento de água e energia elétrica, situações que obrigatoriamente dispensam procedimento licitatório.

No tocante as Dispensa de Licitações (art. 24 da Lei nº 8.666/93) tivemos 8 Processos referentes a Locação de Imóveis (Inciso X do art. 24 da Lei nº 8.666/93), 5 Processos com demandas emergenciais (Inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93), todos relacionados às Eleições 2018, cuja contratação não poderia aguardar os prazos e trâmites inerentes a um procedimento licitatório, em razão da urgência na sua contratação.

As demais contratações, fundamentadas no Inciso I ou II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, resultaram em 13 Processos de contratação.

Ressalte-se que as aquisições abalizadas no inciso II do artigo acima citado foram realizadas no sistema de Cotação Eletrônica, disponibilizadas pelo Portal www.comprasgovernamentais.gov.br, regulamentada pela Portaria nº 306/2001 do MPOG, objetivando maior transparência e competitividade nas contratações diretas, uma vez que são realizadas no Portal Eletrônico supracitado para empresas de todo o território nacional, através de disputa direta pelo menor preço.

ELEMENTOS



DISPENSA	R\$ 5.641.193,68	9%
INEXIGIBILIDADE	R\$ 1.882.079,23	3%
PREGÃO	R\$ 53.089.437,87	88%
Total	R\$ 60.612.710,78	100%

Gestão Patrimonial

PERFIL DO PARQUE IMOBILIÁRIO:

O Parque imobiliário utilizado pelo TRE-PA consiste em um total de 105 imóveis, dos quais:



- 73 são imóveis próprios,
- 1 provém de convênio com município e,
- 31 que decorrem de contratos de locações.

Durante o exercício de 2018, este Regional realizou 07 novas locações, sendo 03 delas para proporcionar melhoria de estrutura física para as zonas eleitorais; 02 para atender a meta institucional de desassociar 100% dos cartórios da estrutura do TJE-PA e 02 para prover espaço físico para a guarda e manutenção das urnas eletrônicas.

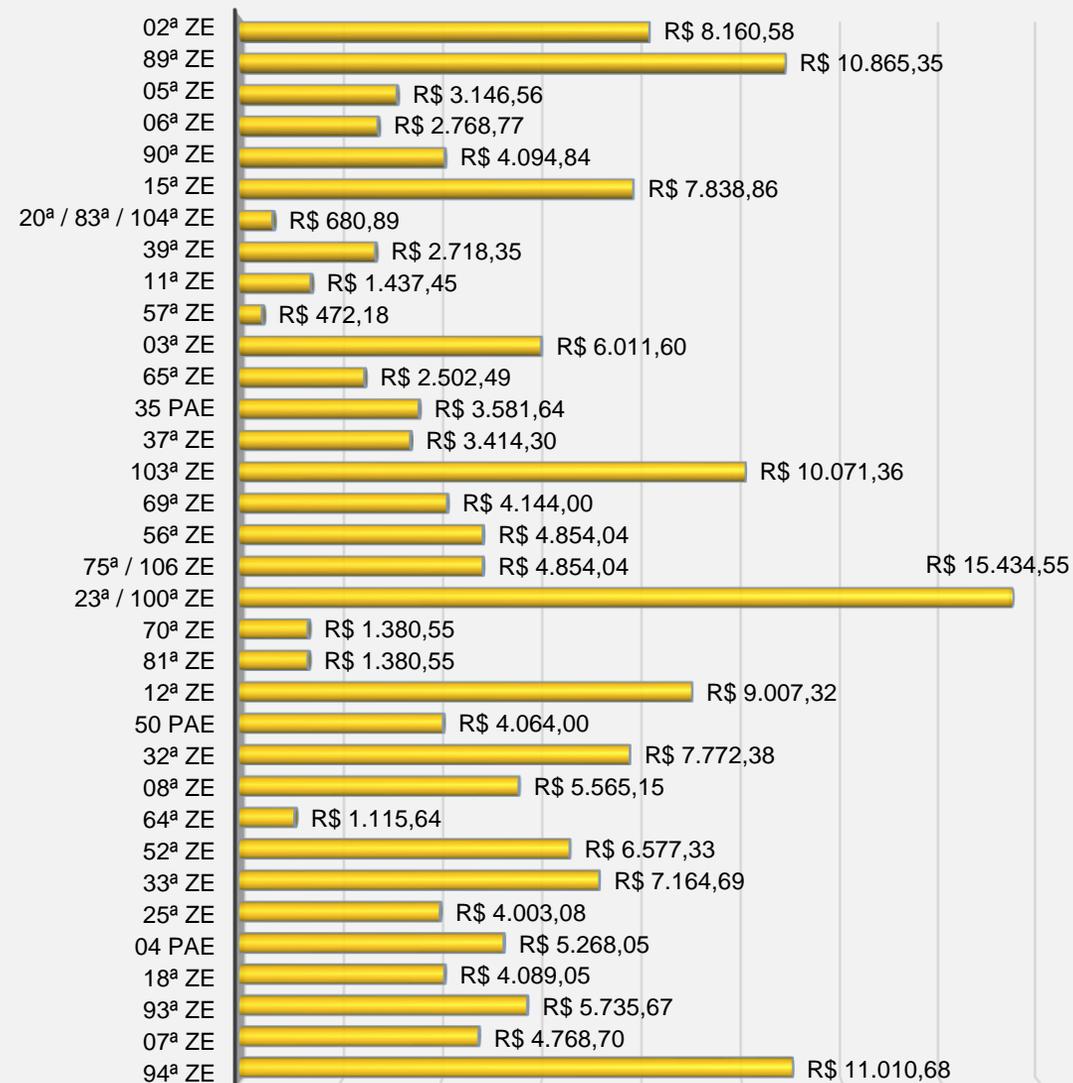
Ocorrem 05 mobilizações/desmobilizações relevantes no exercício: a Construção dos cartórios de Rondon do Pará (51ª ZE) e Jurity (105ª ZE) e 3 mudanças de endereço por locação dos cartórios de Terra Santa (89ªZE), Cachoeira do Arari (2ª ZE) e Anajás (90ªZE) que foram transferidos de imóveis cedidos pelo TJE-PA.

MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO:

O TRE-PA possui em sua estrutura organizacional unidade administrativa especialmente voltada para a manutenção de suas instalações. A Seção de Manutenção de Sistemas Prediais realizou no ano de 2018 diversos serviços com o intuito de conservar os imóveis, os quais foram cobertos por 02 contratos, executados conforme os dados constantes nos infográficos abaixo:



CUSTO DA MANUTENÇÃO X ZONA ELEITORAL



Infraestrutura e Equipamentos

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Os principais investimentos em materiais permanentes – móveis e equipamentos, realizados ao longo do ano de 2018, visaram sobretudo a melhoria da infraestrutura interna da Secretaria, dos Cartórios Eleitorais da capital e do interior do Estado e depósitos pertencentes a este Tribunal, com o foco em uma melhor eficiência

na prestação do serviço público, através da valorização das condições pessoais dos servidores e cidadãos, que buscam a Justiça Eleitoral.

No ano de 2018 foram direcionados **R\$ 1.633.178,04** (um milhão, seiscentos e trinta e três mil, cento e setenta e oito reais e quatro centavos para as aquisições de materiais permanentes: eletroeletrônicos e móveis.

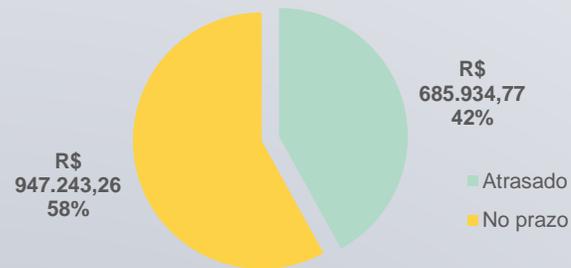
Tais investimentos trouxeram benefícios diretos para as atividades fim deste Tribunal, notadamente dando o suporte necessário às Eleições Gerais de 2018 e as ações de recadastramento biométrico de eleitores desenvolvidas em vários municípios do Estado, reforçando a transparência, segurança e eficiência do processo democrático.

Além disso, os investimentos realizados ainda estrutura adequada á realização dos serviços, contribuindo para o cumprimento dos objetivos estratégicos, notadamente àqueles relacionados ao aperfeiçoamento da Gestão.

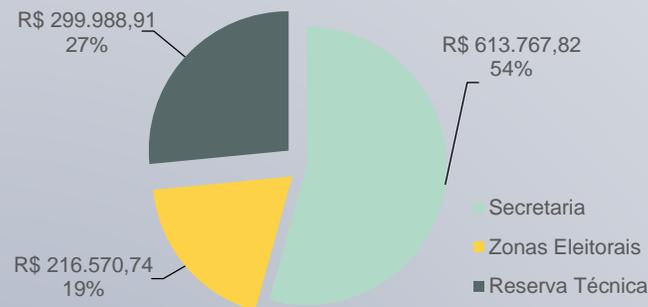


De acordo com o manual WEB do SIAFI, material permanente é aquele que, em razão de seu uso corrente, não perde a sua identidade física, e/ou tem uma durabilidade superior a dois anos.

Aquisições 2018 - R\$ 1.633.178,04



Eletroeletrônicos – Total: R\$ 1.130.327,47



Móveis – Total: R\$ 502.850,55



PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Esforços estão sendo concentrados na melhora das especificações dos materiais permanentes nos editais de licitações, para que os equipamentos e móveis registrados/adquiridos acompanhem as inovações tecnológicas, sejam econômicos, sustentáveis, atendam às necessidades do Tribunal e estejam acessíveis aos fornecedores participantes dos processos licitatórios.

Nesse contexto, o acompanhamento e a atuação das fiscalizações têm assumido um papel de destaque frente às adversidades das contratações realizadas pelo poder público, atuando como um elo entre a Administração e os contratantes.

Também estão sendo aperfeiçoadas as normais referentes ao **desfazimento de bens*** e inventário de material, visando uma melhor gestão do parque patrimonial pertencente a este Tribunal, notadamente considerando a economicidade, através práticas que mantenham o equilíbrio financeiro-orçamentário das aquisições.



*Em anos eleitorais não há **desfazimento de bens** por força do disposto no art. 73, §10, da Lei n.º 9.504/97.

GESTÃO PATRIMONIAL

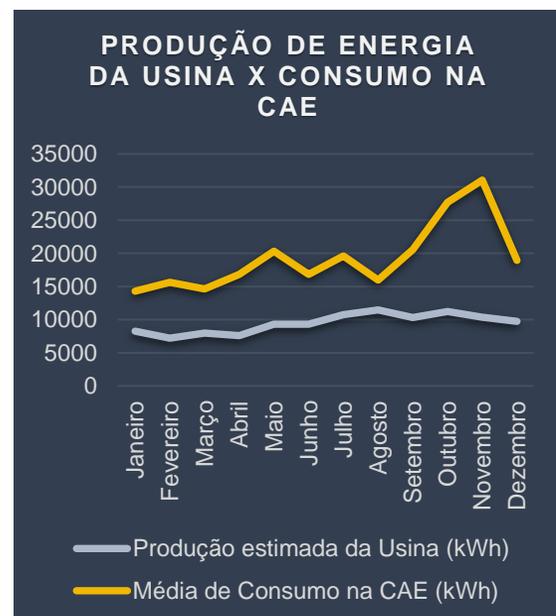
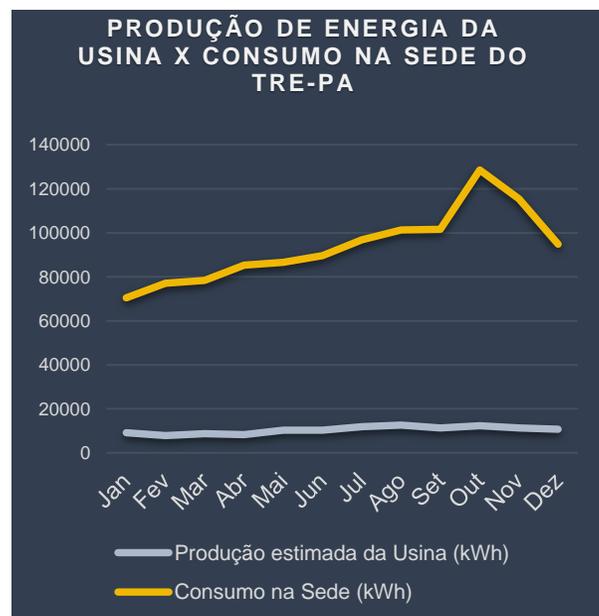
PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

SISTEMA FOTOVOLTAICO

O sistema solar fotovoltaico *on-grid* foi projetado para ser instalado em 536 m² de telhado disponível no Edifício Sede do TRE-PA, constituído de um gerador solar fotovoltaico composto por 268 painéis solares e dois inversores, com potência total de 87,7 kWp, além do cabeamento e toda infraestrutura para interligação à rede de baixa tensão do Tribunal.

Um desafio para a área no ano de 2019 será a instalação de usina solar fotovoltaica no prédio da **Central de Atendimento ao Eleitor – CAE** com potência de 78 kWp para uma produção estimada de 113.633,8 kWh por ano, distribuídos em uma área de 465,6 m² da cobertura do prédio, o que reduzirá os gastos com energia elétrica, ajudando o Tribunal à adequar-se à nova realidade orçamentária imposta pela EC 95/2016.

A seguir, é apresentado gráfico comparativo de como será a produção mensal estimada de energia da usina e o consumo mensal de energia elétrica no prédio da CAE.



CONFORMIDADE LEGAL

As aquisições de materiais são pautadas pelas disposições contidas nas seguintes normas:

- Lei n.º 8.666/2013 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- Lei nº 10.520/2002 - Institui a modalidade de licitação denominada Pregão;
- Lei Complementar nº 123/2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- Lei n.º 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos
- Decreto nº. 3.722/2001 - Regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.
- Decreto nº 3.555/2000 - Regulamento do pregão;
- Decreto nº 5.450/2005 - Regulamenta o pregão na forma eletrônica;
- Decreto nº 7.892/2013 - Regulamenta o Sistema de Registro de Preços;
- Decreto nº 8.538/2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte;
- Decreto n.º 7.746/2012 - Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP
- Resolução TSE n.º 23.474/2016 - Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos Tribunais Eleitorais e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável da Justiça Eleitoral (PLS-JE).
- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2010 - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.



CONFORMIDADE LEGAL:

- **Resolução TRE-PA nº 5.432/2018:** Padroniza Procedimentos de Contratação de TI;
- **Instrução Normativa nº 6/2018** - Define Prioridades de Desenvolvimento de Sistemas
- **Instrução Normativa nº 4/2018** - Processo Padrão de Software da Coordenadoria de Sistemas (COSIS)/STI
- **Portaria nº 18.084/2018** - Grupo de Trabalho para Gestão do Processo de Software;
- **Portaria nº 18325/2018** - Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI)
- **Portaria nº 17.802/2018** - Processo de Gerenciamento de Serviços de TI;
- **Portaria nº 17.803/2018** - Central de Serviços de TI;
- **Resolução nº 5.430/2018** - Política de Segurança da Informação (PSI);
- **Instrução Normativa nº 3/2018** - Institui a Política de uso do Correio Eletrônico;
- **Portaria nº 18.141/2018** - Diretrizes para distribuição, movimentação, guarda e responsabilidade das urnas eletrônicas (UEs), materiais agregados e equipamentos de TI; e
- **Resolução nº 5.484/2018** - Dispõe sobre o acondicionamento, recolhimento da mídia de resultado e documentos da votação, do funcionamento das juntas eleitorais e pontos de transmissão nas eleições 2018.

GOVERNANÇA DE TI

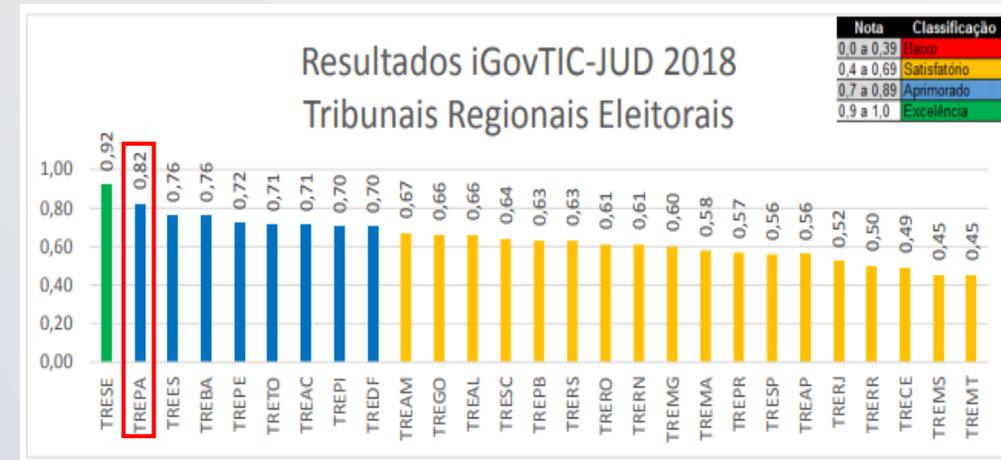
O TRE-PA, pautando-se na ISO/IEC 38500:2008 e nos Objetivos de Controle para Informação e Tecnologias Relacionadas (COBIT), instituiu a Governança de Tecnologia da Informação através da Resolução TRE-PA nº 5.419/2018, atendendo aos Acórdãos nº 2.094/2004, nº 353/2008, nº 371/2008, nº 1.603/2008, nº 2.308/2010, nº 1.233/2012 e nº 2.585/2012 do Plenário do TCU.

Para aprimorar o sistema e com fulcro no art. 12, Resolução CNJ 211/2015, a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), diligenciou para aprovação e publicação em 2018 das normas citadas ao lado.

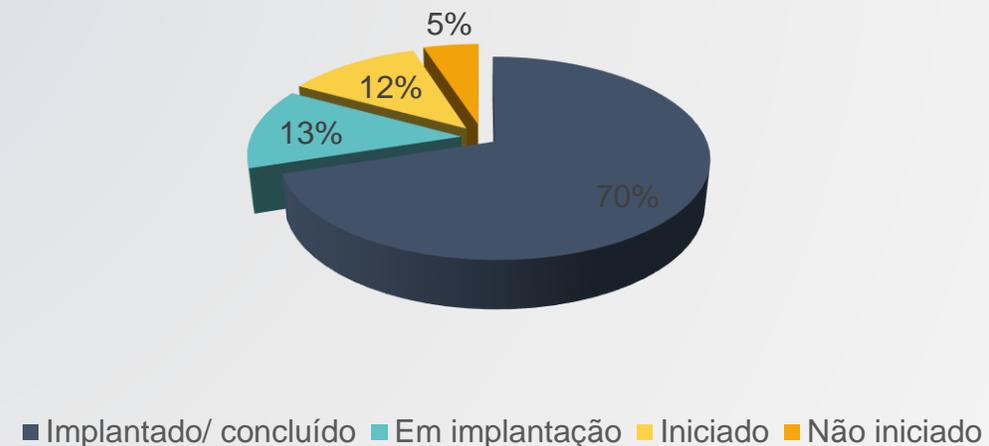
Com isso, o TER-PA busca garantir que o uso, as ações e os investimentos de TI estejam alinhados aos objetivos institucionais e ofereçam máxima contribuição para o desempenho do TRE-PA, assegurando a participação dos usuários finais e dos gestores da informação na definição e na validação de requisitos e regras de negócio, assim como na homologação das soluções de TI, tendo em vista o volume expressivo de recursos financeiros, humanos e patrimoniais empregados em sua produção e manutenção.

Como resultado dos esforços empreendidos, não só já obteve a implementação de 70% das determinações da Resolução CNJ 211/2015, como também alcançou o patamar de “aprimorado” e o 2º entre os Tribunais Eleitorais no índice nacional de governança de TI do CNJ, iGOVTIC-JUD

Fonte: Site CNJ – iGovTICJUD 2018



IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO CNJ Nº 211 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015



MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI



CONTRATAÇÕES RELEVANTES EM TI – 2018:

- **Contrato TRE-PA nº 99/2016 (R\$1.156.068,65):** Contratação de serviços de comunicação de dados através Links de Rádio Digital e Fibra Óptica para Cartórios Eleitorais;
- **Contrato TRE-PA nº 34/2016 (R\$1.121.744,67):** Contratação de serviços de comunicação VSAT (antenas satelitais) para Cartórios Eleitorais;
- **Contrato TRE-PA nº 74/2015 (R\$ 1.049.124,82):** Prorrogação do contrato de Sustentação de Sistemas (Desenvolvimento de Sistemas para o ano de 2018);
- **Contrato TRE-PA nº 11/2016 e 38/2018 (R\$ 471.493,15):** Contratação de serviços de manutenção e conservação de urnas eletrônicas.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

No exercício de 2018, foram realizadas as seguintes iniciativas para implantação da Segurança da Informação no âmbito do TRE-PA.

**Portaria nº 17.770/2018
GTCSI**

• Instituição do grupo de trabalho para compor a Comissão de Segurança da Informação – CSI

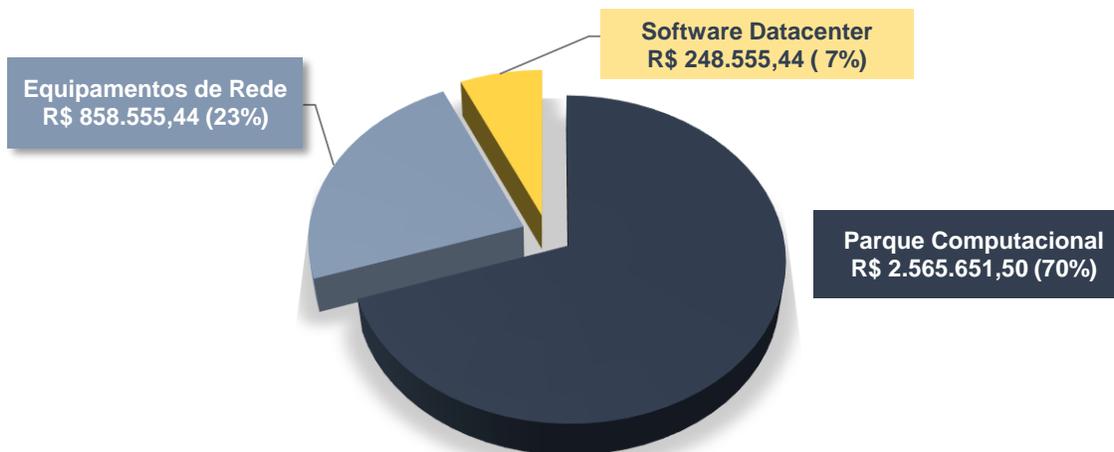
**Resolução TRE-PA nº
5.430/2018**

• Instituição da PSI -Política de Segurança da Informação;

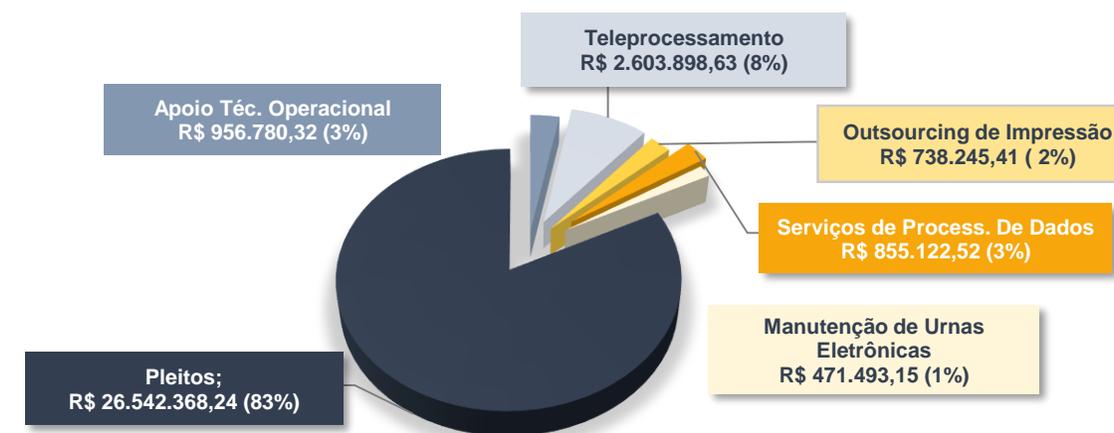
**Instrução Normativa
nº3/2018**

• Instituição da Política de uso do Correio Eletrônico;

TOTAL DE INVESTIMENTOS EM TI - 2018: R\$ 3.672.411,94



TOTAL DE CUSTEIO EM TI - 2018: R\$ 32.167.908,278

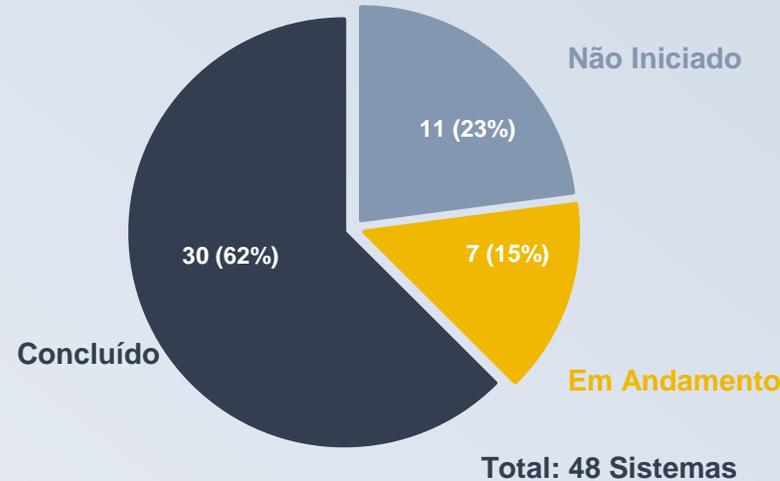




Em 2018, a área de Tecnologia e Informação cumpriu 62% da sua pauta de sistemas e iniciou o desenvolvimento de mais 15% das demandas solicitadas. Dentre os sistemas desenvolvidos ou implantados destacam-se:

- **AELIS 2018 - Sistema de Acompanhamento das Eleições, Logística e Infraestrutura Sistematizados**
- **Agendamento de Atendimento ao Eleitor**
- **Estatísticas do Cadastramento Biométrico**
- **JEConnect 2018 (Desenvolvimento Colaborativo – Grupo Nacional):** transmissão segura de resultados de votação utilizando computadores disponíveis nos locais de votação, agilizando a apuração de votos.
- **Novo Ponto Biométrico**
- **GEL - Sistema de Georreferenciamento de Locais de Votação (Desenvolvimento Colaborativo – Grupo Nacional):** Coleta coordenadas geográficas dos locais de votação, apoiando planejamentos futuros de logísticas de pontos de transmissão e de rotas de recolhimento/distribuição de materiais durante as eleições.
- **PortJE - Portal da Transparência (TRE-RO):** Coleta automática de dados de informações processuais, provendo estatísticas em forma de gráficos e arquivos para envio mensal ao CNJ.
- **Sistema de Gerenciamento de Pautas de Sessão;**
- **GSE 2018 - Sistema de Gerenciamento de Serviço Extraordinário.**
- **Reestruturação do Portal Internet (para atendimento da Resolução CNJ 215/2015):** Gerou o 1º lugar no ranking da transparência do Poder Judiciário.
- **MESAV 2018 - Sistema Mesário Voluntário**

PAUTA DE SISTEMAS 2018



DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

- **Implantação do PJE (Processo Judicial Eletrônico) no 1º Grau:** implantação realizada de forma gradativa, sob coordenação do TSE. Considerando que o sistema já encontra-se em produção no 2º Grau, para o ano de 2019, pretende-se expandir a implantação para as zonas eleitorais (1º Grau);
- **Alinhamento dos Projetos de Sistemas ao Novo Processo de Desenvolvimento Padrão (IN nº04/2018);**
- **Alinhamento dos Procedimentos de Priorização de Demandas de Sistemas ao Novo Processo de Solicitação de Soluções Informatizadas (IN nº 06/2018).**



Biometria TRE-PA

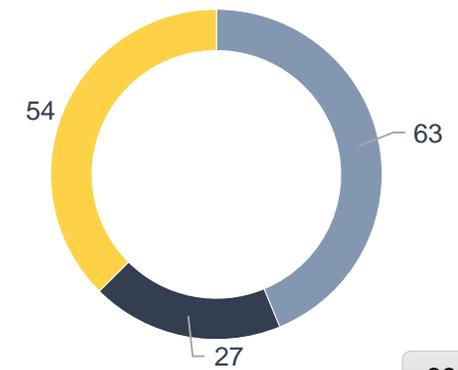
- **Encerramento do Programa Biometria:** Em 2019 o TRE concluirá o seu programa de identificação biométrica atendendo mais de 1,6 milhão de eleitores distribuídos em 54 municípios do Estado, permitindo a realização do fechamento de cadastro e das Eleições Municipais de com biometria em todas as zonas e municípios do Estado.

Crescimento do Eleitorado com Biometria em 2019 (Projeção)



Biometria no Pará – Municípios (%)

- Finalizados até 2018
- Iniciados em 2018 e finalizados em 2019
- Municípios a serem cadastrados em 2019



SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O Núcleo Socioambiental é o grupo de trabalho responsável por conduzir as ações de sustentabilidade no âmbito da instituição. No ano de 2018 ele atuou principalmente na condução dos trabalhos relativos a execução, acompanhamento e avaliação do Plano de Logística Sustentável - PLS.

O PLS de 2018 possui 42 iniciativas socioambientais e está dividido em 08 temas e tem como propósito promover uma mudança de cultura, hábitos e processos de trabalho de forma a racionalizar o uso dos recursos naturais e bens públicos, promovendo assim a otimização do gasto e o alcance dos objetivos estratégicos referentes à “garantia dos direitos da cidadania” e ao “aperfeiçoamento da gestão orçamentária”, além de contribuir para o Desenvolvimento Nacional Sustentável do país.

Ressalta-se que, de acordo com as particularidades da Justiça Eleitoral e conforme o estabelecido no art. 25 da Resolução TSE 23.474/2016, o ano de referência para fins de cálculo dos indicadores de desempenho de 2018 deverá ser o ano de 2016, considerando que 2018 foi ano eleitoral e os dados de consumo dos anos em que são realizadas as eleições não refletem a mesma realidade dos anos não eleitorais, dado o aumento da força de trabalho, resultante da cessão e requisição de servidores de outros órgãos e a contratação de mão de obra terceirizada, a extensão do horário de expediente, entre outras variáveis.

Em relação às ações não concluídas, informamos que aquelas que se encontram em andamento serão reincluídas no PLS de 2019 e deverão ser finalizadas até o final do exercício. Quanto às ações ainda não iniciadas, informamos que as mesmas serão reavaliadas e caso sejam consideradas pertinentes pelo Comitê Gestor do PLS, serão reincluídas no Plano de Logística de 2019 com novo prazo para conclusão.



Temas abordados no PLS 2017/2018

- uso eficiente de insumos e materiais;
- energia elétrica;
- água e esgoto;
- gestão de resíduos;
- qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional,
- contratações sustentáveis, e
- deslocamento de pessoal, bens e materiais

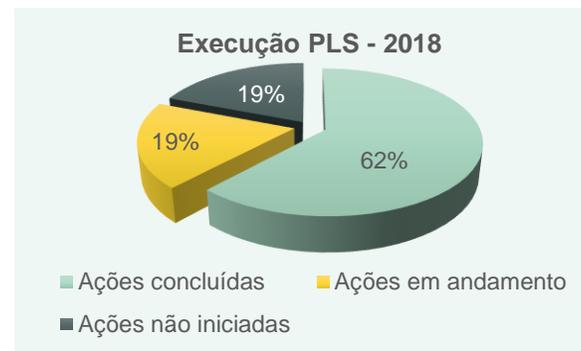


Semana do Meio Ambiente

A programação tem como objetivo promover a reflexão sobre a necessidade de preservação do meio ambiente, bem como incentivar a adoção de hábitos saudáveis que reduzam os impactos ambientais e ajudem a melhorar a saúde e a qualidade de vida das pessoas.

Ações previstas = 42

Ações concluídas	Ações em andamento	Ações não iniciadas
26	8	8

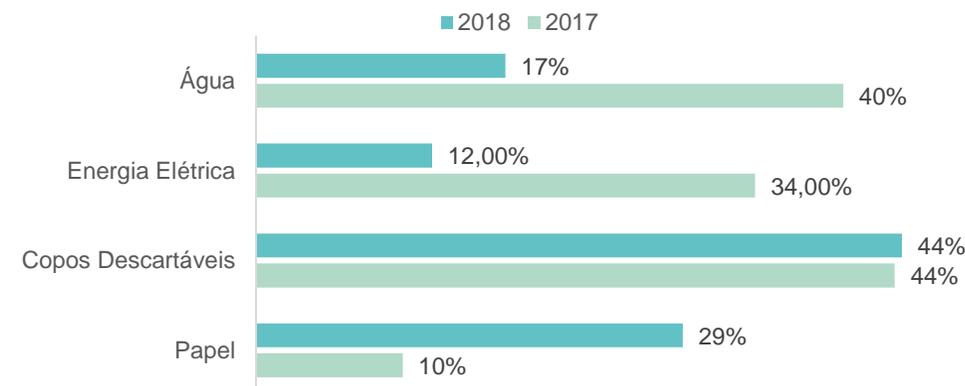


Metas estipuladas = 15

Metas cumpridas	Metas não cumpridas
8	7



Índice de Redução Anual de Consumo



O quadro apresenta a relação de redução de consumo entre os anos 2017 e 2018. Percebe-se uma redução menor no ano de 2018 em virtude do consumo total já está mais próximo do que se considera adequado, com exceção do consumo de papel que teve sua redução influenciada pela implantação do Processo Judicial Eletrônico na sede.

06

Demonstrações Contábeis

Declaração do Contador

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UPC)		Código da UG	
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ		070004	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI, tais como o Balanço Financeiro (BF), Balanço Orçamentário (BO), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), regidos pela Lei nº 4.320/1964 bem como pelas Normas Brasileiras de Contabilidade em vigor, relativos ao exercício de 2018, refletem adequada e integralmente a situação financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta este Relatório de Gestão.</p> <p>Adicionalmente, esclareço que as Conformidades Contábeis mensais foram registradas dentro do prazo, de acordo com o Calendário de Fechamento Contábil do exercício de 2018 certificando os referidos demonstrativos contábeis.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Belém-PA	Data	11/03/2019
Contador Responsável	 MIGUEL ALVES DE MELO JUNIOR	CRC nº	PA-010559/O-8



Registro da Conformidade Contábil do Exercício de 2018

A Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial é de responsabilidade do Contador do Órgão e consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

A Conformidade Contábil tem como base os Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, o Plano de Contas da União, a Conformidade dos Registros de Gestão, o Manual Siafi e outros instrumentos que subsidiem o processo de análise realizada pelo responsável pelo seu registro.

Mês	Ocorrência	Quant.	Restrição Apontada
JAN	Sim	1	SALDO CONTÁBIL DE BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/ RMB
FEV	Não	0	-
MAR	Sim	1	FALTA DE REGISTRO DA CONF. REGISTROS DE GESTÃO
ABR	Sim	1	SALDO CONTÁBIL DE BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/ RMB
MAI	Sim	1	SALDO CONTÁBIL DE BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/ RMB
JUN	Sim	1	SALDO CONTÁBIL DE BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/ RMB
JUL	Sim	1	FALTA COMPROVAÇÃO E PREST. DE CONTAS SUP FUNDOS
AGO	Não	0	-
SET	Não	0	-
OUT	Sim	1	SALDO ALONGADO/INDEV CONTA TRANSITÓRIA DO PSSS CIRCULANTE
NOV	Sim	3	SALDO CONTABIL DO ALMOXAR. NÃO CONFERE C/ RMA
			SALDO INVERTIDO ATIVO CIRCULANTE
			FALTA COMPROVAÇÃO E PREST. DE CONTAS SUP FUNDOS
DEZ	Sim	1	FALTA COMPROVAÇÃO E PREST. DE CONTAS SUP FUNDOS

Fonte: SIAFI/STN

Durante o exercício de 2018, a conformidade contábil apontou ocorrências em 9 (nove) dos 12 (doze) meses, sendo que, comparativamente com o exercício anterior, houve maior incidência.

No primeiro semestre, houve 4 (quatro) ocorrências relacionadas ao saldo contábil de bens móveis, devido a problemas no Sistema ASI de Controle Patrimonial, que apresentou saldos diferentes do quantitativo físico, ocasionando divergências entre o RMB e o SIAFI.

Outra ocorrência apontada, foi a falta de comprovação de suprimento de fundos, por ausência e/ou atraso na prestação de contas sob responsabilidade do suprido.

De todas as ocorrências, persiste apenas uma pendente de regularização, relacionada à falta de comprovação de suprimento de fundos, cujas medidas administrativas já estão sendo adotadas. As demais foram regularizadas dentro do exercício de 2018.

Balanço Orçamentário

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO	RECEITAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES				
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
SUBTOTAL DE RECEITAS				
REFINANCIAMENTO				
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO				
DEFICIT			253.938	253.938
TOTAL			253.938	253.938
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO				

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	177.910	196.400	248.143	244.044	243.176	(51.743)
Pessoal e Encargos Sociais	138.509	157.948	163.960	163.746	163.731	(6.012)
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	39.401	38.451	84.182	80.297	79.445	(45.730)
DESPESAS DE CAPITAL	4.029	5.794	5.794	5.095	4.817	-
Investimentos	4.029	5.794	5.794	5.095	4.817	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
RESERVA DO RPPS						
SUBTOTAL DAS DESPESAS	181.940	202.194	253.938	249.139	247.993	(51.743)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO						
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	181.940	202.194	253.938	249.139	247.993	(51.743)
TOTAL	181.940	202.194	253.938	249.139	247.993	(51.743)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO **BALANÇO ORÇAMENTARIO - TODOS OS ORÇAMENTOS**
 SUBTÍTULO 70004 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA
 ORGÃO 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 EXERCÍCIO 2018
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 08/03/2019
 VALORES EM MILHAR

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.275	1.935	1.987	1.955	377	877
Pessoal e Encargos Sociais	790	19	-	-	-	809
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	484	1.916	1.987	1.955	377	68
DESPESAS DE CAPITAL	32	728	741	741	-	19
Investimentos	32	728	741	741	-	19
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.307	2.664	2.728	2.696	378	896

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	687	408	1.076	-	19
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	687	408	1.076	-	19
DESPESAS DE CAPITAL	-	382	382	-	-
Investimentos	-	382	382	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	687	790	1.458	-	19

Balanço Patrimonial



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO **BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS**
SUBTÍTULO 70004 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA
ORGÃO 14000 - JUSTICA ELEITORAL
EXERCÍCIO 2018
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 07/03/2019
VALORES EM MILHAR

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	6.869	5.712	PASSIVO CIRCULANTE	10.700	6.251
Caixa e Equivalentes de Caixa	935	1.394	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto	7.771	3.215
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	4.218	2.662	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.284	2.599
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	1.390	1.491	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	325	163	Demais Obrigações a Curto Prazo	643	435
ATIVO NÃO CIRCULANTE	100.328	100.851	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	1	1	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	1	1	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	10.700	6.251
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-		2018	2017
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Imobilizado	98.973	99.897	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	32.174	33.604	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	71.648	67.310	Resultados Acumulados	96.497	100.312
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens	-39.473	-33.706	Resultado do Exercício	-6.300	9.535
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	100.312	91.115
Bens Imóveis	66.798	66.293	Ajustes de Exercícios Anteriores	2.485	-338
Bens Imóveis	67.445	66.771	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-647	-478	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	96.497	100.312
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	1.354	952			
Softwares	1.354	952			
Softwares	1.711	1.174			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-357	-221			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	107.197	106.563	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	107.197	106.563

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO FINANCEIRO	935	1.394	PASSIVO FINANCEIRO	7.498	5.886
ATIVO PERMANENTE	106.262	105.169	PASSIVO PERMANENTE	7.756	3.215
			SALDO PATRIMONIAL	91.942	97.461

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos		
			Detalhamento		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS	905	454	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS	33.661	30.867
Execução dos Atos Potenciais	905	454	Execução dos Atos Potenciais	33.661	30.867
Garantias e Contra garantias	905	454	Garantias e Contra garantias	-	-
Direitos Conveniados e Outros	-	-	Obrigações Conveniadas e	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a	33.661	30.867
Outros Atos Potenciais Ativos a	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	905	454	TOTAL	33.661	30.867

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-6.129
Recursos Vinculados	-433
Previdência Social (RPPS)	-468
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	34
TOTAL	-6.563



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO **DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS**
 SUBTÍTULO 70004 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA
 ORGÃO 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 EXERCÍCIO 2018
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 08/03/2019
 VALORES EM MILHAR

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	257.320	211.927
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	43	37
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	41	15
Juros e Encargos de Mora	16	-
Variações Monetárias e Cambiais	25	15
Transferências e Delegações Recebidas	255.266	200.524
Transferências Intra governamentais	251.755	192.614
Outras Transferências e Delegações Recebidas	3.511	7.910
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	568	9.181
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	568	374
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	8.807
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.399	2.168
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	263.621	202.391
Pessoal e Encargos	158.231	128.921
Remuneração a Pessoal	130.438	106.595
Encargos Patronais	17.159	15.608
Benefícios a Pessoal	6.721	6.688
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	3.911	29
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	24.500	23.392
Aposentadorias e Reformas	20.879	19.935
Pensões	3.601	3.411
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	19	45
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	74.433	44.979
Uso de Material de Consumo	4.689	884
Serviços	62.936	37.379
Depreciação, Amortização e Exaustão	6.807	6.714
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	179	106
Juros e Encargos de Mora	1	1
Variações Monetárias e Cambiais	177	104
Transferências e Delegações Concedidas	2.933	3.447
Transferências Intra governamentais	1.735	2.168
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.197	1.278
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.454	879
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	293	165
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	2.160	713
Tributárias	281	142
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16	81
Contribuições	264	61
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	607	522
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-6.300	9.535

Demonstração dos Fluxos de Caixa



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 70004 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA
ORGÃO 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
EXERCÍCIO 2018
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 08/03/2019
VALORES EM MILHAR

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	5.481	2.271
INGRESSOS	254.666	194.928
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	254.666	194.928
Ingressos Extraorçamentários	1.441	145
Transferências Financeiras Recebidas	251.755	192.614
Arrecadação de Outra Unidade	1.469	2.168
DESEMBOLSOS	-249.184	-192.656
Pessoal e Demais Despesas	-229.065	-174.807
Judiciário	-204.383	-151.274
Previdência Social	-24.682	-23.532
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-17.142	-15.555
Intragovernamentais	-17.142	-15.555
Outros Desembolsos das Operações	-2.975	-2.294
Dispêndios Extraorçamentários	-1.239	-125
Transferências Financeiras Concedidas	-1.735	-2.168
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-5.940	-3.920
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-5.940	-3.920
Aquisição de Ativo Não Circulante	-5.159	-3.749
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-781	-170
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-459	-1.649
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.394	3.043
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	935	1.394

Balanço Financeiro



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO **BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS**
SUBTÍTULO 70004 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA
ORGAO 14000 - JUSTICA ELEITORAL
EXERCÍCIO **2018**
PERÍODO Anual
EMISSAO 07/03/2019
VALORES EM MILHAR

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	253.938	192.527
Ordinárias	-	-	Ordinárias	225.792	167.456
Vinculadas	-	-	Vinculadas	28.146	25.071
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	-	20.150
Recursos de Receitas Financeiras	-	-	Previdência Social (RPPS)	24.682	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Recursos de Receitas Financeiras	-	-
			Operação de Crédito	-	2.112
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.463	2.808
Transferências Financeiras Recebidas	251.755	192.614	Transferências Financeiras Concedidas	2.168	2.168
Resultantes da Execução Orçamentária	248.583	189.731	Resultantes da Execução Orçamentária	266	-
Sub-repasse Recebido	248.583	189.731	Repasse Concedido	201	-
Independentes da Execução Orçamentária	3.171	2.883	Sub-repasse Devolvido	65	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	3.171	2.883	Independentes da Execução Orçamentária	1.469	2.168
Demais Transferências Recebidas	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.469	2.168
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	8.855	5.769	Despesas Extraorçamentárias	5.395	5.337
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.145	790	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.458	437
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	4.798	2.664	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	2.696	4.774
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.441	145	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.239	125
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.469	2.168	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	1.469	2.168			
Saldo do Exercício Anterior	1.394	3.043	Saldo para o Exercício Seguinte	935	1.394
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.394	3.043	Caixa e Equivalentes de Caixa	935	1.394
TOTAL	262.004	201.427	TOTAL	262.004	201.427

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO **DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS**
 SUBTÍTULO 70004 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA
 ORGÃO 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 EXERCÍCIO 2018
 PERÍODO DEZ(Encerrado)
 EMISSÃO 11/03/2019
 VALORES EM MILHAR

Especificação	Valor	Valor do Ajuste	Valor Total
Saldo Inicial do Exercício 2018	100.312	-	100.312
Variação Cambial	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	2.485	-	2.485
Aumento/Redução de Capital	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-
Resultado do Exercício	-6.300	-	-6.300
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2018	96.497	-	96.497

NOTAS EXPLICATIVAS



Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

Dados da Entidade

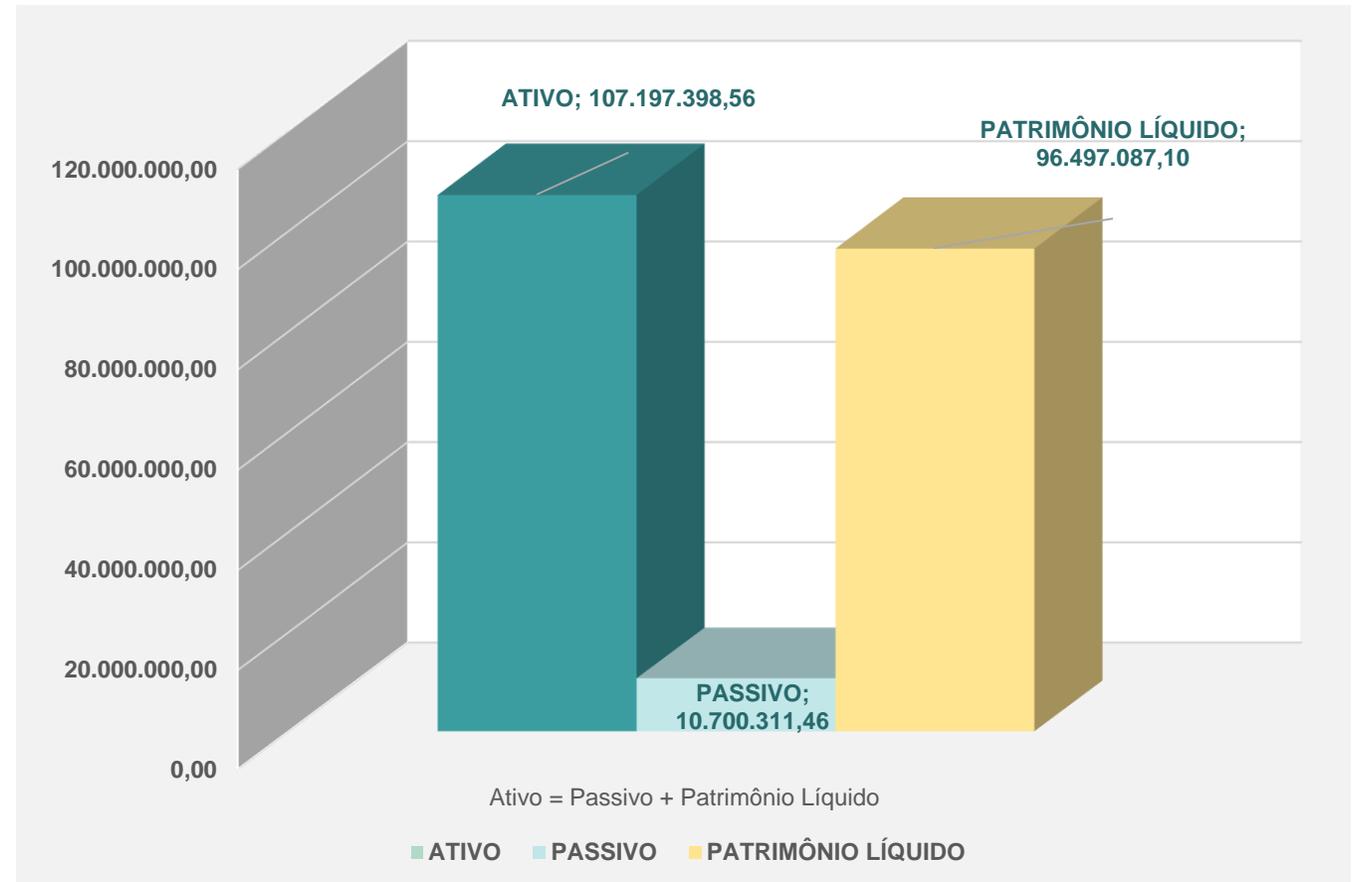
Natureza Jurídica
**Órgão Público do Poder Judiciário
Federal**

Domicílio
Belém-PA

Atividade Principal
Administração Pública em Geral

Código da Unidade Gestora
070004

CNPJ
05.703.755/0001-76



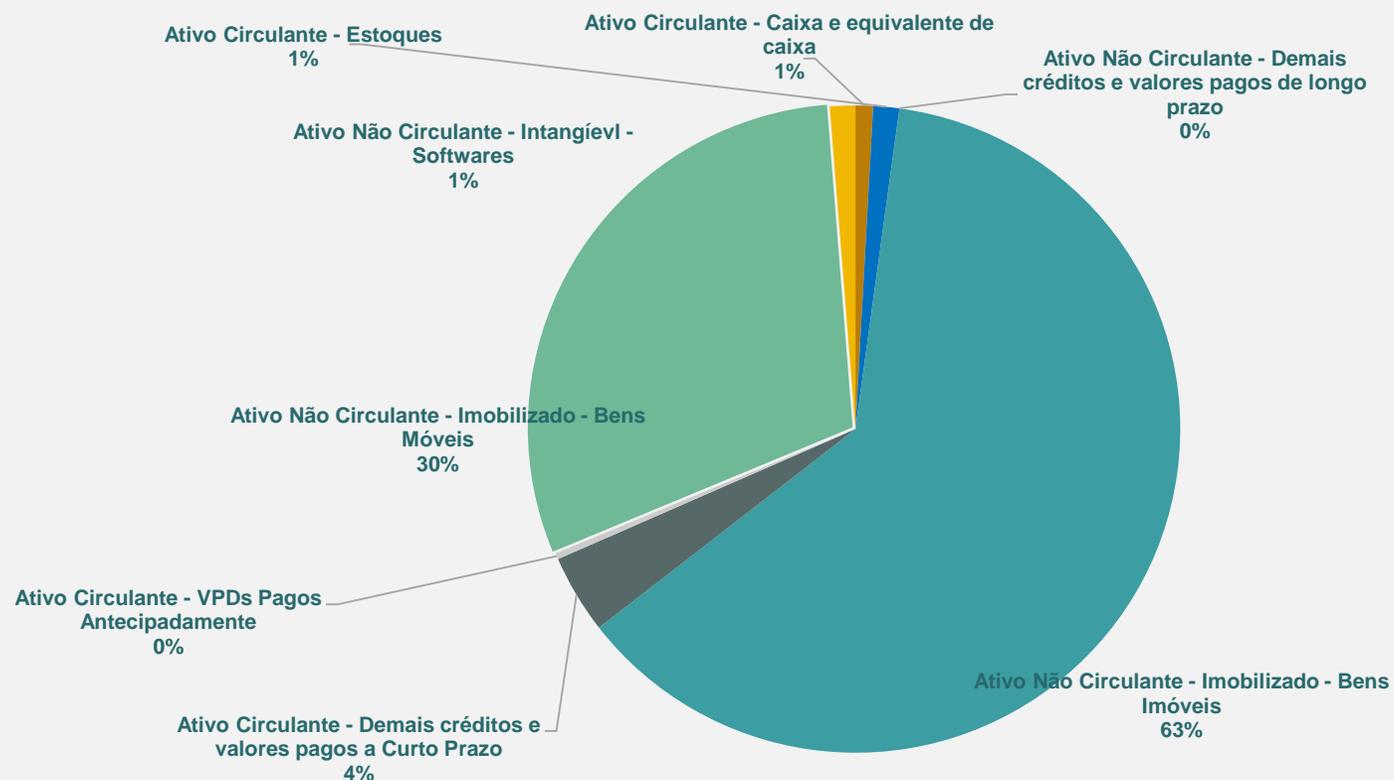
Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo Circulante - Caixa e Equivalente de Caixa	Ativo Circulante – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	Ativo Circulante - Estoques	Ativo Circulante – VPDs Pagos Antecipadamente	Ativo Não Circulante – Demais Créditos – Valores de Longo Prazo	Ativo Não Circulante – Imobilizado – Bens móveis	Ativo Não Circulante – Imobilizado – Bens imóveis	Ativo Não Circulante – Intangível - Softwares
935.271,06	4.218.612,58	1.390.008,26	325.184,75	1.132,30	32.174.744,34	66.798.434,30	1.354.010,97

Composição do Ativo - Bens e Direitos

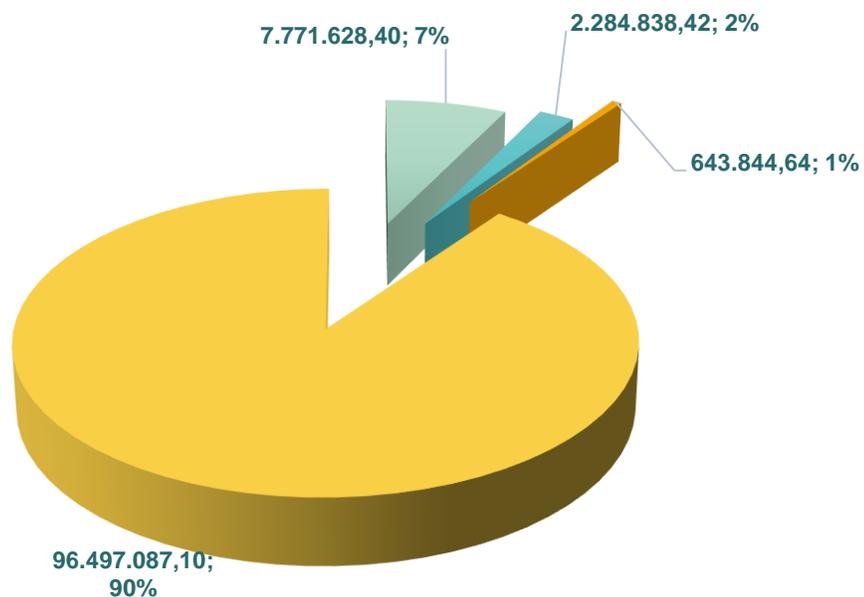
- Ativo Circulante - Caixa e equivalente de caixa
- Ativo Circulante - Estoques
- Ativo Não Circulante - Demais créditos e valores pagos de longo prazo
- Ativo Não Circulante - Imobilizado - Bens Imóveis
- Ativo Circulante - Demais créditos e valores pagos a Curto Prazo
- Ativo Circulante - VPDs Pagos Antecipadamente
- Ativo Não Circulante - Imobilizado - Bens Móveis
- Ativo Não Circulante - Intangível - Softwares



Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

BALANÇO PATRIMONIAL

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – OBRIGAÇÕES



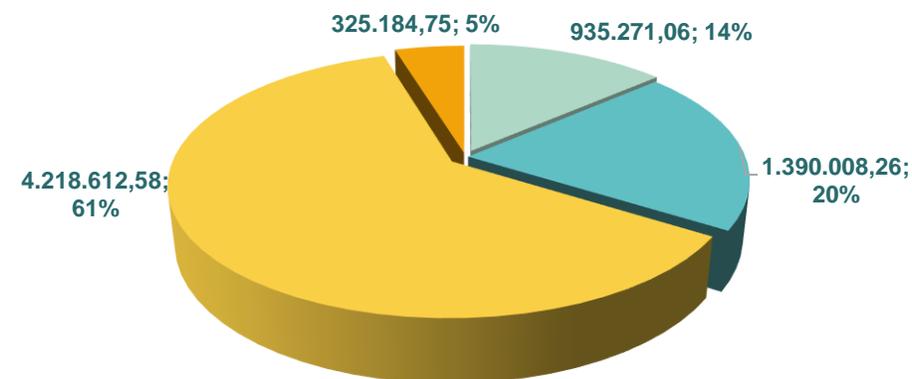
- Passivo Circulante – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo
- Passivo Circulante – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo
- Passivo – Demais Obrigações a Curto Prazo
- Patrimônio Líquido – Resultados Acumulados

COMPOSIÇÃO DO ATIVO CIRCULANTE

2018	
Caixa e equivalentes de Caixa	935.271,06
Créditos e Valores a Curto Prazo	4.218.612,58
Estoques	1.390.008,26
VPD – pagamento antecipado	325.184,75

Fonte: SIAFI/ STN

Composição do Ativo Circulante em 2018



- Caixa e equivalentes de Caixa
- Estoques
- Créditos e Valores a curto prazo
- VPD Pagamento antecipado

Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

BALANÇO PATRIMONIAL

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Pelo Princípio Orçamentário do Caixa Único (também conhecido como o da não-afetação de receitas), este Tribunal não possui conta bancária própria, tampouco arrecadou receitas orçamentárias, sendo que toda a entrada de recursos destinou-se exclusivamente ao Tesouro Nacional.

São oriundos do próprio Tesouro, mediante sub-repasses financeiros feitos pelo TSE, os recursos destinados ao pagamento dos gastos pelo Órgão.

Tais sub-repasses movimentam as contas patrimoniais representativas de Limite de Saque – tratando-se, portanto, de “recursos liberados pelo Tesouro” –, cujo saldo final em 2018, de R\$ 365.805,40 (trezentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e cinco reais e quarenta centavos), basicamente servirão, junto com novos repasses a serem recebidos no exercício seguinte, a atender as despesas orçamentárias de 2018 ainda não pagas (restos a pagar).

Também se encontram registrados em contas patrimoniais representativas de Caixa (e equivalentes de Caixa), os valores de depósitos em contas judiciais com saldo final, em 2018, de R\$ 569.465,66 (quinhentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e seis centavos). Registrados pelo valor original, esses depósitos decorrem de apreensão de valores, de fianças pagas ou de transações penais em processos que tramitam nos Cartórios Eleitorais.

Essas contas judiciais não se tratam, exatamente, de contas bancárias abertas, mas de controles próprios, emitidos pelo Banco do Brasil ou pela Caixa Econômica

Federal (CEF), para a guarda provisória desses valores, enquanto não se dá destinação final a eles dentro do devido trâmite judicial. Como este Tribunal não detém a posse desses recursos financeiros, à semelhança dos depósitos em consignação, a sua contrapartida se constitui em obrigação correspondente, presente no Passivo Circulante. O setor contábil está revisando tais valores, de modo a ajustá-los para melhor representar a real situação de cada processo.

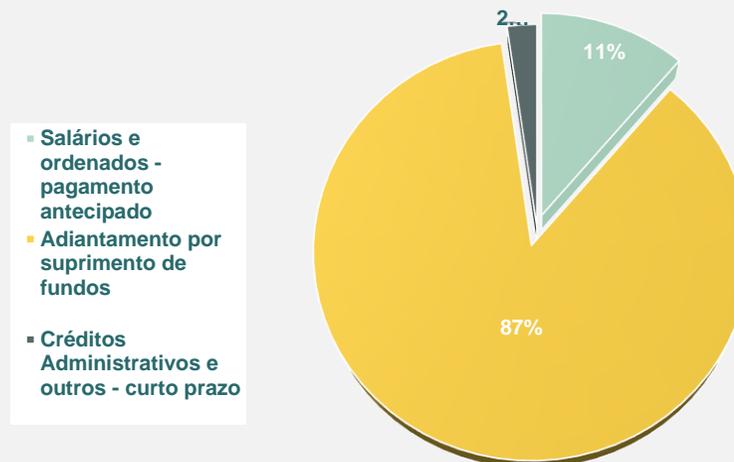
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO

A maioria do Ativo Circulante do Tribunal se concentra nos créditos em circulação, representados pelo subgrupo de Demais Créditos a curto prazo, conforme demonstrado em infográfico anterior. São registrados em moeda nacional e sua avaliação e mensuração obedecem ao critério do valor original.

Dos créditos em circulação, destacam-se os adiantamentos (numerários) concedidos a servidores para pagamento de despesas a título de suprimento de fundos, que se constitui na alternativa adotada pela Administração para o pagamento de despesas pontuais ligadas à realização das Eleições nos Cartórios Eleitorais, tais como, transporte e manutenção predial. Ao final de 2018, o saldo correspondente a esses adiantamentos por suprimento de fundos, de R\$ 3.647.842,25 (três milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, oitocentos e quarenta e dois reais e vinte e cinco centavos), corresponde àqueles cujos processos de prestação de contas se encontram em tramitação neste Tribunal.

Os demais créditos também são registrados pelo valor original.

COMPOSIÇÃO DOS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO



Os créditos administrativos (débitos imputados a servidores pela falta ou irregularidade de comprovação de prestação de contas de recursos públicos recebidos e multas administrativas aplicadas a ex-contratadas em decorrência de infrações contratuais) ao final de 2018 acumularam o saldo de R\$ 93.815,17 (noventa e três mil, oitocentos e quinze reais e dezessete centavos), atualizado monetariamente pelo sistema Débito do Tribunal de Contas da União (TCU).

Em 2018 foram encaminhados à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) – através de sua representação neste Estado –, para cobrança executiva e judicial e inscrição em Dívida Ativa da União (DAU), 2 (dois) créditos administrativos, no montante principal de R\$131.609,42 (cento e trinta e um mil, seiscentos e nove reais e quarenta e dois centavos) que, desse modo, foram baixados das respectivas contas representativas do Ativo.

Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

BALANÇO PATRIMONIAL

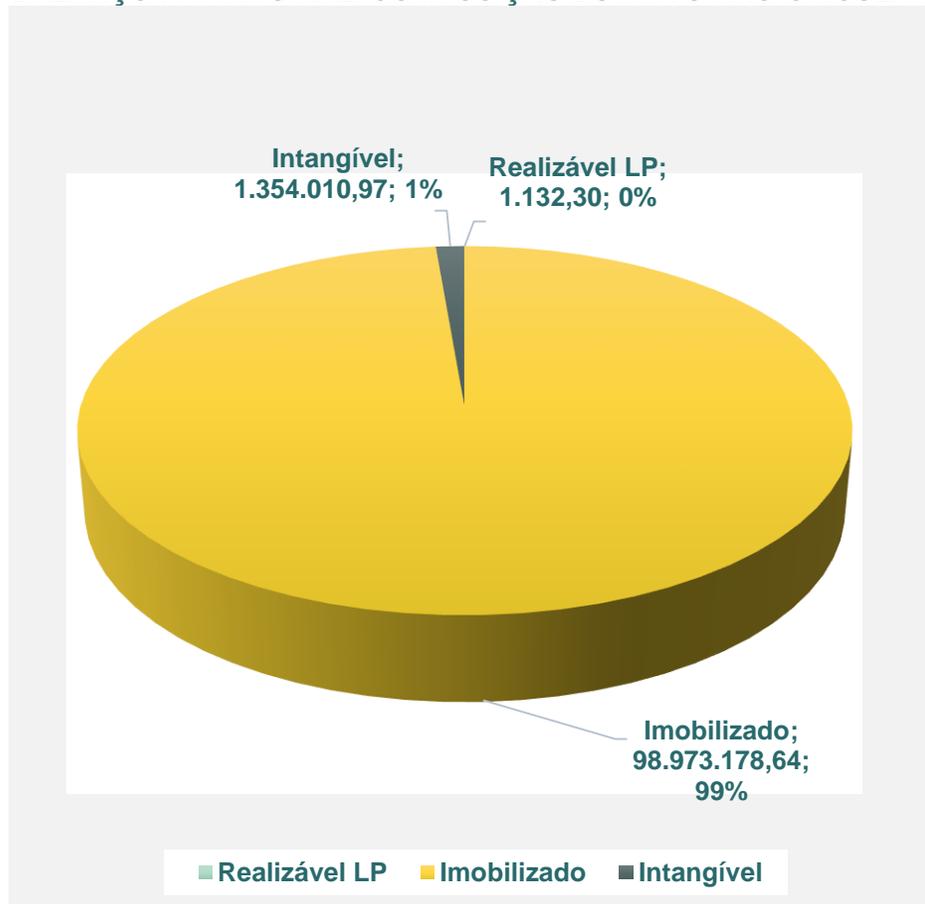
ESTOQUES

Este Tribunal registra as entradas de material no almoxarifado pelo seu valor de aquisição e aplica o custo médio ponderado para mensuração de todas as saídas em estoque para atender ao consumo interno, na forma preconizada na NBC TSP 04 (itens 35-37).

Quanto à fidedignidade dos saldos (finais) contábeis presentes nas contas patrimoniais de material em Estoque (de Almoxarifado), no total de R\$ 1.390.008,26 (um milhão, trezentos e noventa mil e oito reais e vinte e seis centavos) verifica-se, mensalmente, a sua compatibilidade com os registros presentes nos Relatórios de Movimentação de Almoxarifado (RMA) expedidos pelos controles internos do setor de patrimônio.

Em 2018, detectou-se divergência de saldo em conta de Estoque apenas em novembro, tendo sido providenciado seu regular ajuste dentro da competência do Exercício.

BALANÇO PATRIMONIAL: COMPOSIÇÃO DO ATIVO NÃO-CIRCULANTE



Composição do Ativo Não Circulante		
Realizável LP	Imobilizado	Intangível
1.132,30	98.973.178,64	1.354.010,97

Fonte: SIAFI/ STN

COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE

Neste grupo de itens patrimoniais, constam aqueles destinados a prover o Tribunal dos meios necessários para o desempenho regular de suas atividades – naquilo que as normas contábeis tratam como a capacidade de se gerar benefícios futuros ao Órgão –, e que tenham uma existência duradoura, em que se espera utilizá-los para além do próprio Exercício, ou seja, a Longo Prazo (LP).

Nesse sentido, compreendem tanto os imóveis destinados ao funcionamento da Sede e seus anexos, dos depósitos e dos Cartórios Eleitorais na Capital e no Interior do Estado, como também, os bens móveis e as licenças de *softwares* adquiridos.

Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

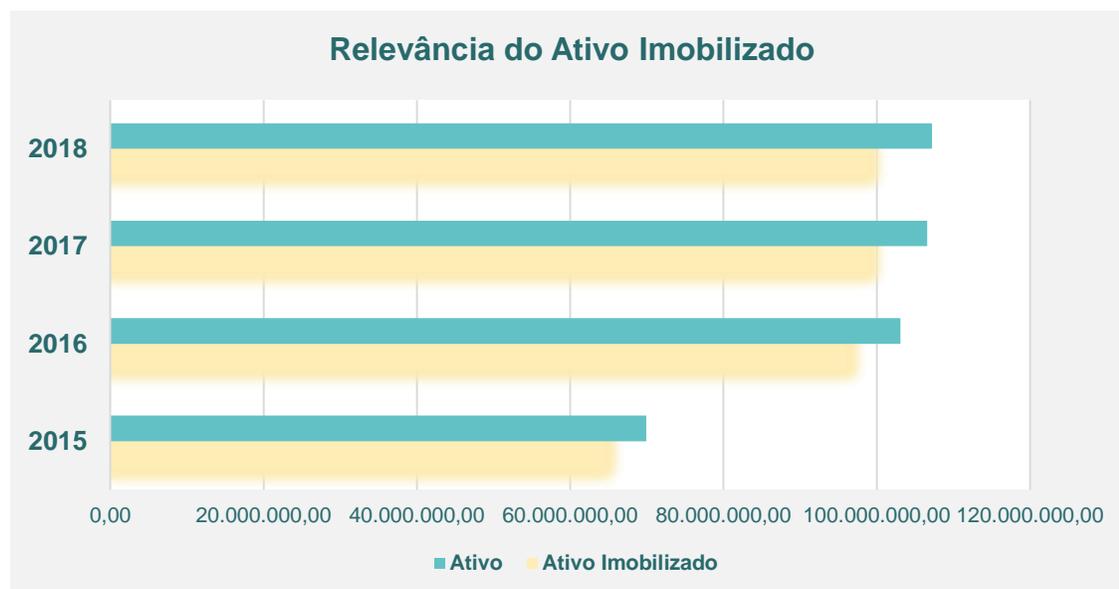
BALANÇO PATRIMONIAL

IMOBILIZADO

Da aplicação das dotações orçamentárias e dos recursos financeiros recebidos, percebe-se a acentuada concentração de investimentos na formação de um patrimônio de bens móveis e imóveis. O Ativo Imobilizado se mantém, numa constante, ao longo dos últimos 4 anos, como relevante subgrupo patrimonial.

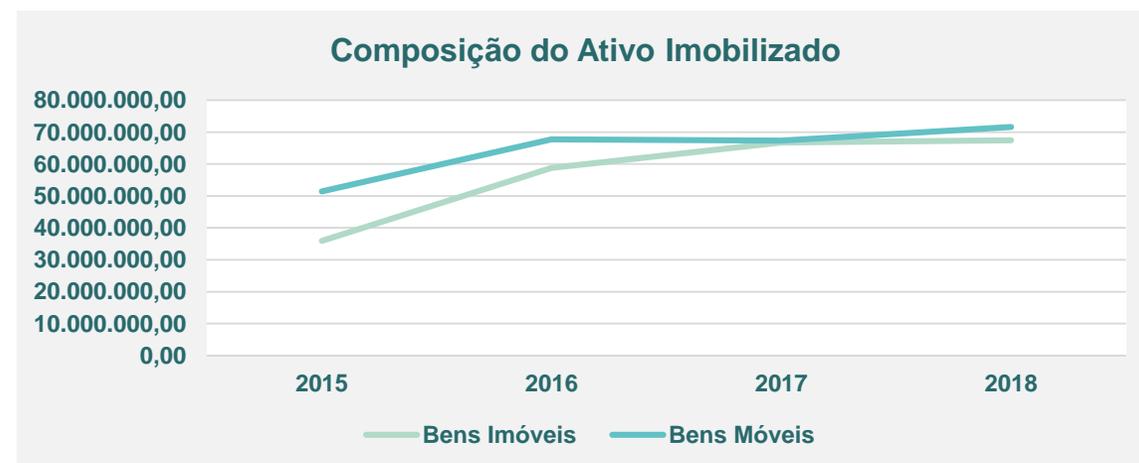
	2015	2016	2017	2018
Ativo Imobilizado	64.538.962,24	96.148.165,54	98.897.574,31	98.973.178,64
Ativo	69.919.848,99	103.093.044,72	106.563.930,19	107.197.398,56

Fonte: SIAFI/ STN



Os esforços tomados pela Administração do TRE/PA na aquisição de imóveis, seja pela compra ou por processo de doação (junto ao Governo do Estado e outros Entes), nos últimos anos, restam evidenciados na relevância que os bens imóveis adquiriram dentro do próprio subgrupo do Ativo Imobilizado, conforme curva crescente no infográfico a seguir. O TRE/PA não possui a propriedade real desses imóveis, que passam a pertencer à União (como Ente federativo), porém lhe é concedida a utilização para os fins pleiteados, em processo de registro que tramita pelo Serviço do Patrimônio da União (SPU).

	Composição do Ativo Imobilizado			
	2015	2016	2017	2018
Bens Imóveis	35.875.053,61	58.821.851,14	66.771.619,87	67.445.554,51
Bens Móveis	51.390.673,60	65.715.047,31	67.310.983,60	71.648.344,36



Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

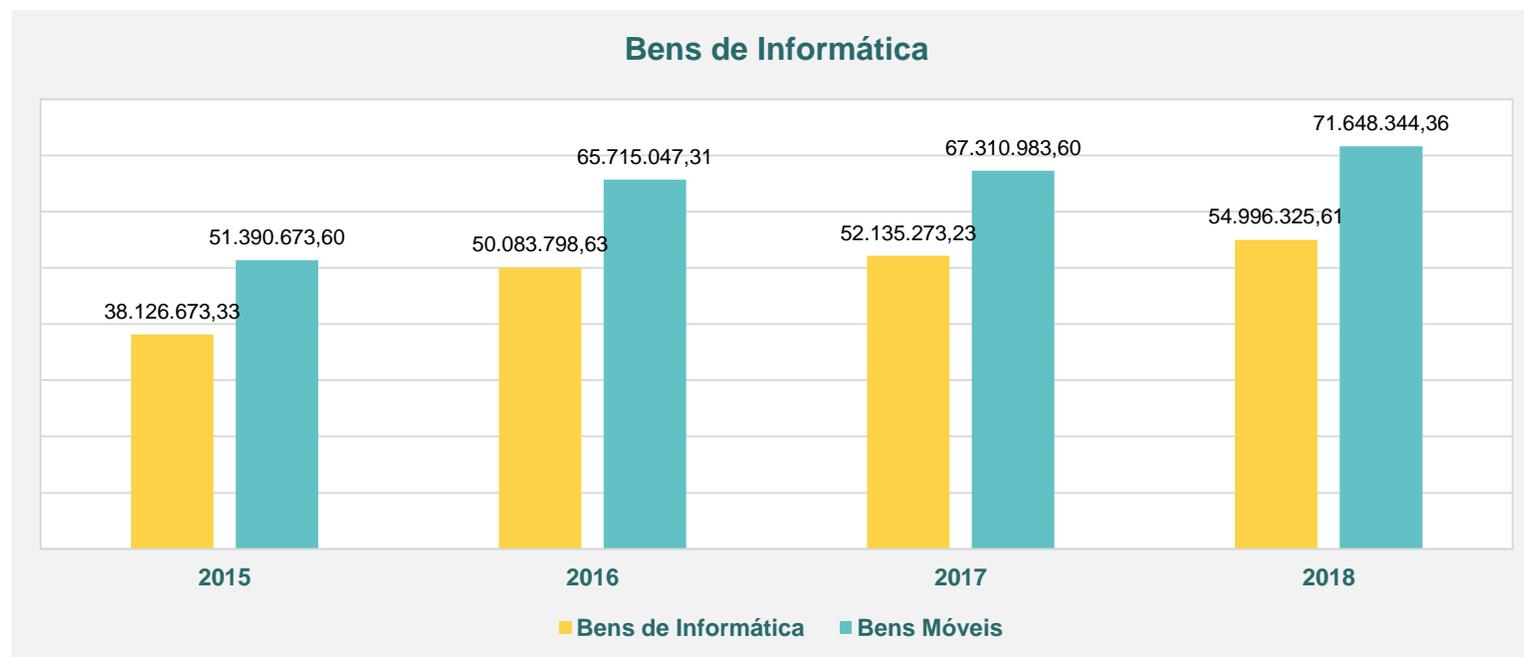
BALANÇO PATRIMONIAL

IMOBILIZADO

Outro foco de aplicação dos recursos está na aquisição de equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), seja por compra direta ou pela intermediação de outros Tribunais Eleitorais (compras centralizadas ou cessão de uso) que, nos últimos 4 anos, manteve-se em torno dos 75% (setenta e cinco por cento) das incorporações de bens móveis, o que denota a preocupação do TRE/PA em modernizar o seu parque de Informática para melhor atender suas finalidades, dentre elas, a de operacionalizar as eleições informatizadas.

	Equipamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)			
	2015	2016	2017	2018
Bens de Informática	38.126.673,33	50.083.798,63	52.135.273,23	54.996.325,61
Bens Móveis	51.390.673,60	65.715.047,31	67.310.983,60	71.648.344,36

Valores brutos, sem considerar a depreciação acumulada
Fonte: SIAFI/ STN



Ressalta-se que os itens do Ativo Imobilizado incorporados em 2018 foram mensurados pelos seus respectivos custos na aquisição ou na construção, conforme NBC TSP 07, uma vez que não houve procedimentos de reavaliação ou de redução a valor recuperável de bens no Exercício, à exceção dos imóveis incorporados após o seu registro no SPIUNet, em que o valor contabilizado é calculado a partir de parâmetros de mercado (área, perímetro etc.), inseridos no próprio sistema.

Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

BALANÇO PATRIMONIAL

IMOBILIZADO

Em 2018, o SPU registrou, no SPIUNet, 2 (dois) novos imóveis com utilização para este Tribunal, no total de **R\$1.193.837,98** (um milhão, cento e noventa e três mil, oitocentos e trinta e sete reais e noventa e oito centavos). Ainda assim, ressalva-se o saldo final na conta de “Bens Imóveis a Classificar/a Registrar”, de **R\$ 23.858.086,17** (vinte e três milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil e oitenta e seis reais e dezessete centavos). Esse valor corresponde a 35,37% (trinta e cinco inteiros e trinta e sete centésimos por cento) ao total dos imóveis contabilizados em nome deste Tribunal, e evidencia os ainda não cadastrados no SPIUNet, em razão de pendências de documentação ou outras no registro no SPU ou em Cartório, e que, portanto, merecerá atenção especial dos setores envolvidos para o Exercício seguinte.

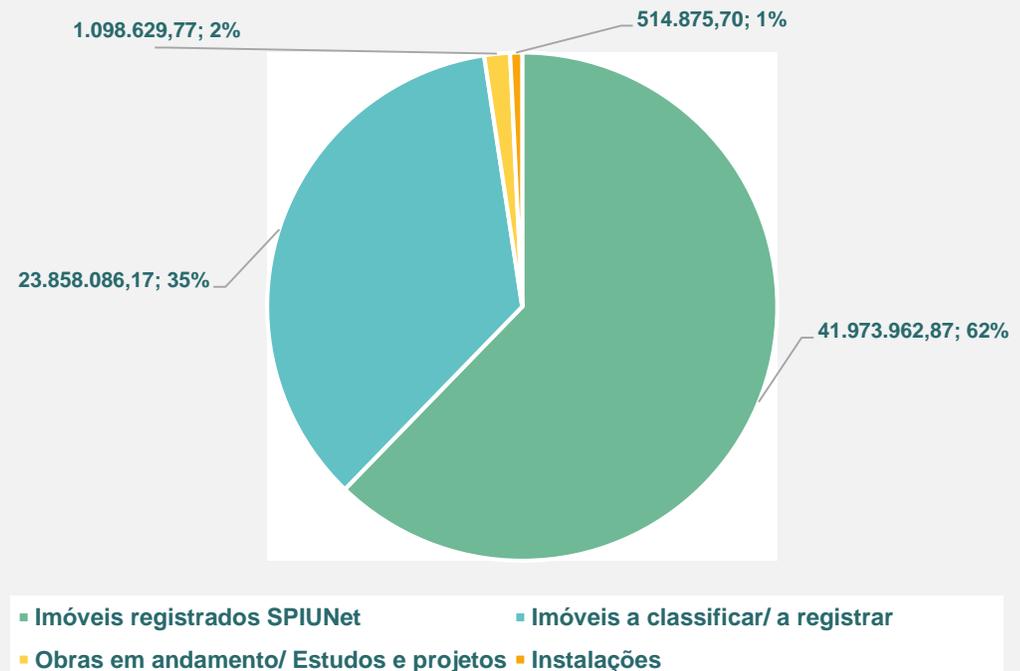


Quanto à fidedignidade dos saldos contábeis presentes nas contas patrimoniais de bens móveis e de suas respectivas depreciações acumuladas, periodicamente, verifica-se a sua compatibilidade com a movimentação mensal de bens, através do batimento com os Relatórios de Movimentação de Bens Móveis (RMB) expedidos pelos controles internos do setor de patrimônio. Em 2018, foram detectadas divergências de saldos em contas de bens móveis e de depreciação em janeiro, abril, maio, junho, cujas regularizações foram providenciadas dentro da competência do Exercício.

Imóveis registrados SPIUNet	Imóveis a classificar/ a registrar	Obras em andamento/ Estudos e projetos	Instalações
41.973.962,87	23.858.086,17	1.098.629,77	514.875,70

Fonte: SIAFI/ STN

Composição dos imóveis contabilizados



Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

BALANÇO PATRIMONIAL

TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO E DA AMORTIZAÇÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO

DEPRECIAÇÃO

O TRE/PA aplica taxas mensais de depreciação sobre o conjunto de seus bens móveis, demonstrado no Ativo Imobilizado do Balanço Patrimonial, e que são reconhecidas como despesas de cada Exercício, a fim de quantificar o grau de desgaste natural ao longo de sua vida útil, produzido pelo seu consumo, obsolescência/defasagem tecnológica ou outros fatores que reduzem o seu custo de aquisição.

Quanto à depreciação de bens móveis, o TRE/PA aplica desde 2010 as disposições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) – atualmente disciplinadas pela NBC TSP 07, que estabelecem o tratamento contábil para os itens do Ativo Imobilizado.

As taxas mensais de depreciação são fixadas conforme programação própria do sistema ASIWeb, sistema utilizado no âmbito da Justiça Eleitoral para o gerenciamento e o controle dos bens móveis e dos estoques em almoxarifado. Considera-se como tempo de vida útil, aquele adotado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), descrito no Manual SIAFI específico sobre Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Pública Federal (Macrofunção 02.03.30).

A estimativa do tempo de vida útil de um bem e o estabelecimento da taxa de depreciação mensal seguem os seguintes critérios:

- Capacidade de geração de benefícios futuros;
- Desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não; e
- obsolescência tecnológica.

Pelo sistema ASIWeb, utiliza-se o método das quotas constantes, que consiste na divisão do valor a ser depreciado pelo tempo de vida útil do bem, para se estabelecer o valor da taxa mensal de depreciação. Periodicamente são emitidos relatórios com os valores mensais a serem reconhecidos como despesas com depreciação dos bens móveis, que são registrados contabilmente.

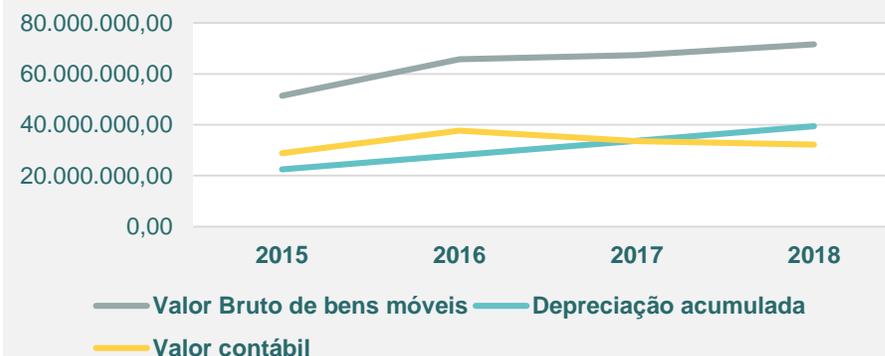
No gráfico, observa-se a evolução da depreciação acumulada nos últimos 4 anos (linha azul), demonstrando que o TRE/PA vem aplicando as taxas correspondentes, bem como que essa depreciação acompanha o crescimento dos bens móveis incorporados no período (linha cinza), consequência da política do Tribunal em renovar seu patrimônio de bens móveis com novas aquisições e outros tipos de entrada. Destaca-se que houve baixas de bens classificados como inservíveis, já consideradas na determinação do montante de bens móveis ao final de 2018.

Em 2018, não houve procedimentos de reavaliação e de perda por redução ao valor recuperável de bens móveis. Desse modo, considerou-se o “valor contábil” (líquido) de cada item do Ativo Imobilizado após deduzida a depreciação acumulada (linha amarela).

Demonstrativo da evolução da depreciação de bens móveis

	2015	2016	2017	2018
Valor Bruto de bens móveis	51.390.673,60	65.715.047,31	67.310.983,00	71.648.344,36
Depreciação acumulada	22.500.422,65	28.045.202,34	33.706.446,76	39.473.600,02
Valor contábil	28.890.250,95	37.669.844,97	33.604.536,24	32.174.744,34

Evolução da depreciação de bens móveis



Também foram registradas as despesas com depreciação dos Edifícios do TRE-PA em 2018 realizadas diretamente pela Coordenação Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (CCONT/STN), com base em planilhas encaminhadas regularmente pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), a partir do sistema SPIUNet, quando do cadastro do imóvel.

No exercício, o total das despesas de depreciação dos imóveis foi de R\$168.537,81 (cento e sessenta e oito mil, quinhentos e trinta e sete reais e oitenta e um centavos)

Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

BALANÇO PATRIMONIAL

TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO E DA AMORTIZAÇÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO

AMORTIZAÇÃO

Desde o exercício de 2012, esta UPC realiza os registros de amortização dos ativos intangíveis registrados em seu patrimônio, sendo que o critério para sua contabilização é a avaliação dos potenciais de geração de benefícios dos bens registrados contabilmente.

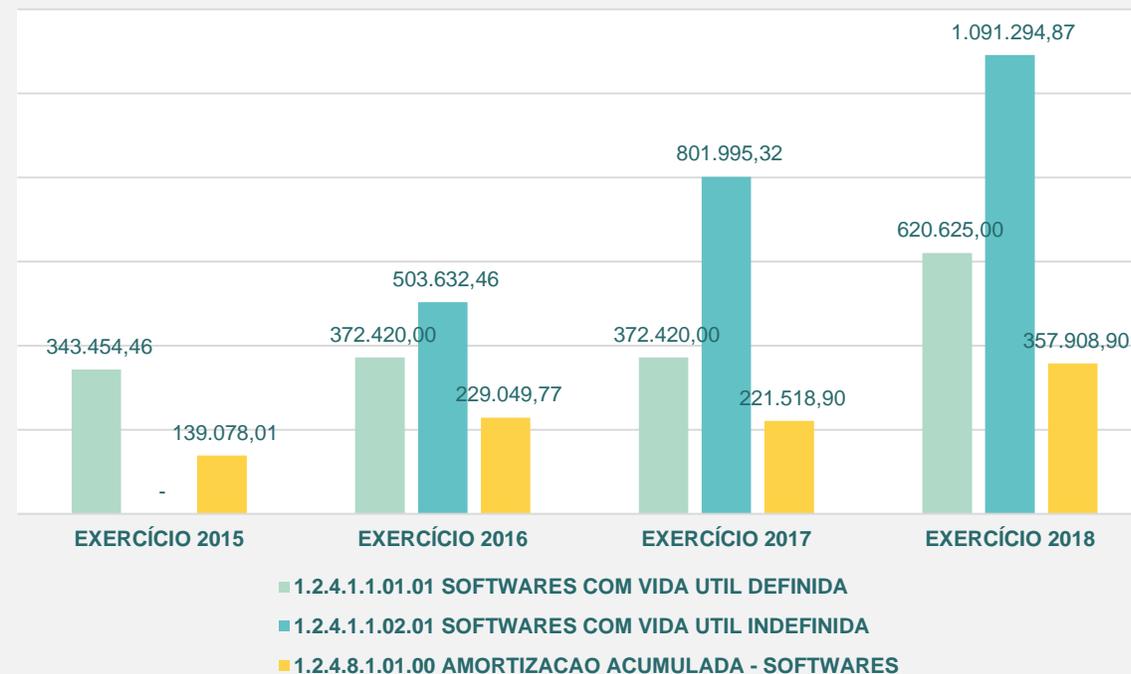
A partir de janeiro de 2016, mediante o COMUNICA SIAFI – Mensagem: 2015/1799873 – emitido pela Coordenação Geral de Contabilidade (CCONT) em 11/11/2015, foi expedida a orientação segundo a qual as contas do subgrupo 124 – ATIVO INTANGÍVEL seriam segregadas em ATIVO INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL DEFINIDA e ATIVO INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA, sendo que apenas o primeiro grupo estaria sujeito à amortização, conforme previsto no Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público – MCASP e nas Normas Internacionais de Contabilidade. Neste caso, o ativo intangível com vida útil indefinida não estaria mais sujeito à amortização.

Tendo em vista que esta UPC possui um grande número de bens classificados como intangíveis (*softwares*) registrados contabilmente, foi necessário realizar pesquisa junto à Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) deste TER, visando saber quais dos bens registrados ainda estariam sendo utilizados, bem como se haveria possibilidade de definir a vida útil para cada um deles.

Após razoável período de análise, a Seção de Redes (SRD) informou que não seria possível fazer essa mensuração da vida útil dos ativos intangíveis. Conforme informado pela Seção, muitos desses softwares que haviam sido instalados não estavam mais em uso, bem como não mais contribuiriam para geração de benefícios futuros por já estarem defasados.

Por fim, o Setor competente orientou que os *softwares* em questão tinham vida útil indefinida, sendo que, apenas em julho de 2016 foram adquiridos bens (*softwares*) que apresentavam vida útil definida, ou seja, os bens adquiridos mediante os contratos firmados com as empresas OST SERVICES COM. DE PREST. DE SERVIÇOS LTDA (Contrato 43/2016) e OS&T COMÉRCIO E CONSULTORIA DE INFORMÁTICA LTDA (Contrato 42/2016).

EVOLUÇÃO DA AMORTIZAÇÃO ACUMULADA DE SOTFWARES



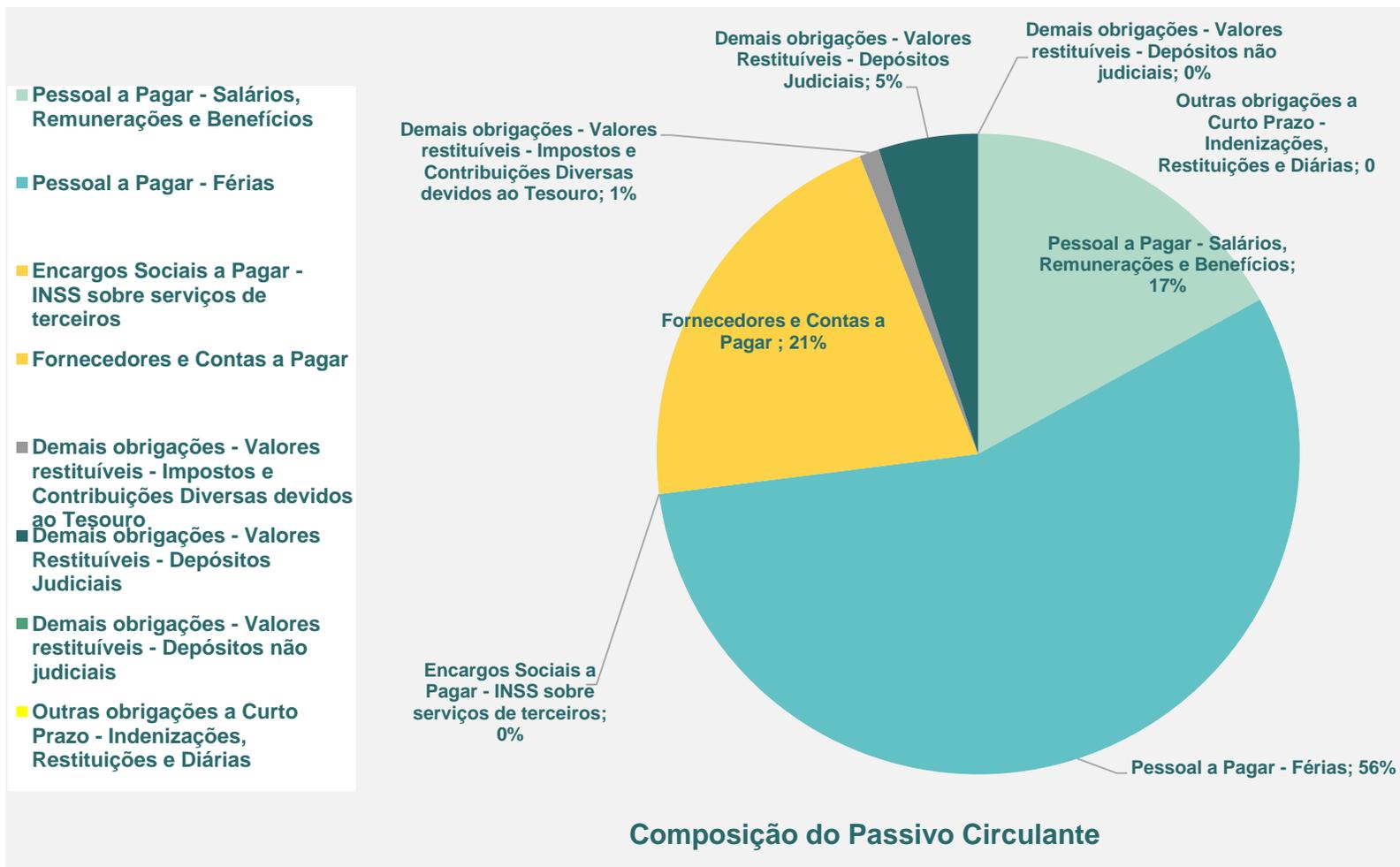
Foram realizadas análises e feitos os cálculos da amortização incidente sobre os softwares com vida útil definida e feitos os registros contábeis necessários, sendo que no final de 2017 o valor registrado a título de amortização para os softwares com vida útil definida perfazia R\$ 175.865,01 (cento e setenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e um centavo).

Entende-se, portanto que grande parte dos softwares pertencentes a este Tribunal são de vida útil indefinida já que apenas alguns se enquadram neste princípio.

Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

BALANÇO PATRIMONIAL

COMPOSIÇÃO DO ATIVO CIRCULANTE



Composição do Ativo Circulante

Pessoal a pagar – Salários, Remunerações e Benefícios	1.755.870,70
Pessoal a Pagar - Férias	6.015.625,32
Encargos Sociais a Pagar – INSS sobre Serviços de terceiros	132,38
Fornecedores e Contas a Pagar	2.284.838,42
Demais obrigações – Valores restituíveis – Impostos e Contribuições Diversos devidos ao Tesouro	22,61
Demais obrigações – Valores restituíveis – Depósitos Judiciais	569.465,66
Demais obrigações – Valores restituíveis – Depósitos Não Judiciais	68.007,82
Outras Obrigações a Curto Prazo – Indenizações, Restituições e Diárias	6.348,55

Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

BALANÇO PATRIMONIAL

COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE PASSIVO CIRCULANTE

Todas as obrigações com terceiros estão alocadas no Passivo Circulante. Não há saldo contabilizado no Passivo Não Circulante, que abrange as obrigações de longo prazo. Assim, o Passivo é composto, em sua totalidade, por obrigações de curto prazo.

Pessoal a Pagar - Salários, Remunerações e Benefícios

Do total, R\$ 15.122,85 referem-se a despesas com pessoal inscritas em restos a pagar processados, ou seja, referente folha de pagamento de pessoal já liquidada. O restante, R\$ 1.740.747,85, referem-se a passivos de pessoal registrados pela Contabilidade, cujas obrigações foram reconhecidas, porém o pagamento depende de disponibilidade orçamentária.

Pessoal a Pagar - Férias

O montante (R\$ 6.015.625,32) se refere às apropriações mensais de despesa com férias, cuja obrigação é contabilizada de acordo com o regime de competência.

Encargos Sociais a Pagar - INSS sobre Serviços de Terceiros

Trata-se de contribuição previdenciária para o INSS a recolher (R\$ 132,38), incidente sobre serviços de pessoa física.

Fornecedores e Contas a Pagar

Obrigações com terceiros pela prestação de serviços ou fornecimento de materiais (R\$ 2.284.838,42). Trata-se de despesas que já passaram pelo estágio da liquidação ou que se encontram em processo de recebimento.

Demais Obrigações - Valores Restituíveis - Impostos e Contribuições Diversos Devidos ao Tesouro

Trata-se de valor devido a título de tributo (R\$ 22,61), retido sobre pagamento realizado a terceiros e cujo recolhimento ficou pendente.

Demais Obrigações - Valores Restituíveis - Depósitos Judiciais

Corresponde a valores apreendidos e decorrentes de arbitramento de fiança, em virtude de ilícito eleitoral, totalizando R\$ 569.465,66, que são depositados em conta judicial específica e aguardam o trânsito em julgado dos respectivos processos.

Demais Obrigações - Valores Restituíveis - Depósitos Não Judiciais

O montante (R\$ 68.007,82) se refere a valores devolvidos pelo banco, relativos a despesas de exercícios anteriores de pessoal, cujos pagamentos não puderam se processar em razão de inconsistência de dados bancários dos credores.

Outras Obrigações a Curto Prazo - Indenizações, Restituições e Diárias

Obrigações devidas a servidores que já passaram pelo estágio de liquidação da despesa (R\$ 6.348,55), restando tão somente a emissão da ordem bancária.

Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

BALANÇO PATRIMONIAL

COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

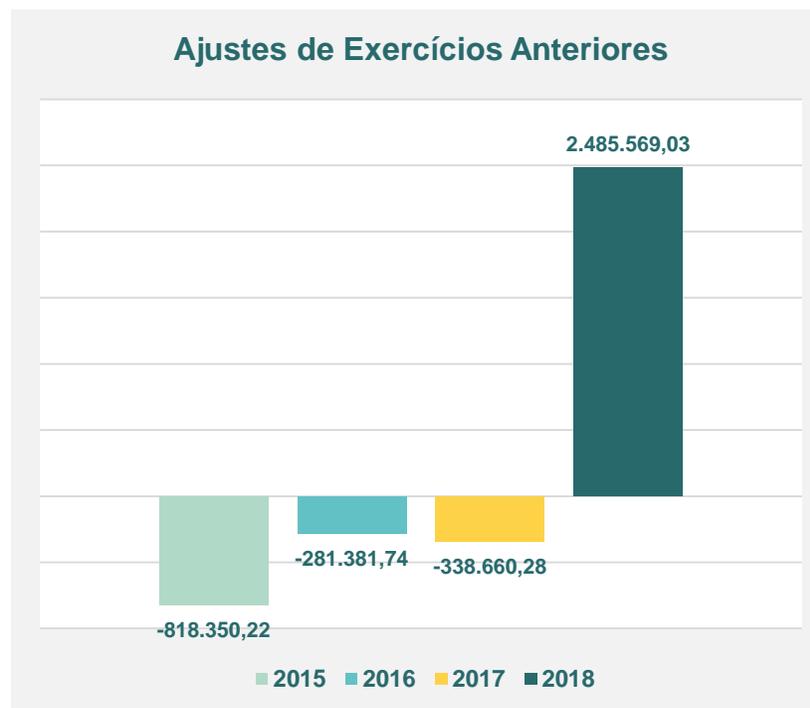
Composição do Patrimônio Líquido	
Superávits Exercícios Anteriores	100.312.496,58
Ajustes Exercícios Anteriores	2.485.569,03
Déficit Exercício	-6.300.978,51

Fonte: SIAFI/ STN



	Comparativo do saldo final de Ajustes de Exercícios Anteriores			
	2015	2016	2017	2018
Ajustes de Exercícios Anteriores	-818.350,22	-281.381,74	-338.660,28	2.485.569,03

Fonte: SIAFI/ STN



Em 2018, houve 9 (nove) lançamentos contábeis de ajustes de exercícios anteriores, para acertos de saldos patrimoniais no Ativo e no Passivo, atribuídos a fatos ocorridos antes do Exercício de referência. Nesse sentido, registrou-se 1 (uma) recomposição de saldo na conta do Ativo Circulante de Assinaturas e Anuidades a Apropriar (pagamento antecipado), de R\$11.138,29 (onze mil, cento e trinta e oito reais e vinte e nove centavos).

Dentro dos procedimentos adotados no âmbito da Justiça Eleitoral para ajustes nos saldos em contas patrimoniais de adiantamentos concedidos e de obrigações a pagar, respectivamente do Ativo e do Passivo Circulantes e relacionadas à folha de pagamento de servidor, foram baixados R\$ 40.899,98 (quarenta mil, oitocentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos) da conta de Adiantamento de Décimo Terceiro Salário, e R\$ 1.289.562,71 (um milhão, duzentos e oitenta e nove mil e quinhentos e sessenta e dois reais e setenta e um centavos) de Adiantamento de Férias.

Também foram baixados R\$ 624.627,47 (seiscentos e vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e sete reais e quarenta e sete centavos) da conta de Décimo Terceiro Salário a Pagar, e R\$ 1.026.384,66 (um milhão, vinte e seis mil e trezentos e oitenta e quatro reais e sessenta e seis centavos) de Férias a Pagar.

No encerramento contábil do Exercício, houve mais desincorporações de passivos a pagar, de Décimo Terceiro e de Férias, no total de R\$ 2.153.881,30 (dois milhões, cento e cinquenta e três mil e oitocentos e oitenta e um reais e trinta centavos).

Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, seja resultante ou independente da execução orçamentária. Indica o resultado patrimonial do exercício, podendo ser positivo ou negativo.

O resultado patrimonial é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas (VPA) e diminutivas (VPD) e compõe o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

Assemelha-se à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, por meio do qual se apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade.

No setor público, contudo, o resultado patrimonial não funciona como um indicador de desempenho, mas sim como um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

Tomando-se como base o exercício de 2015, quando foram implementados o novo plano de contas aplicado ao setor público e os novos demonstrativos contábeis, verificam-se variações significativas nos exercícios subsequentes, conforme demonstrado no gráfico.

Entre os exercícios de 2015 e de 2018, o resultado patrimonial foi influenciado, em especial, pelos montantes apurados nos seguintes itens:

Variações Patrimoniais Ativas (VPA)

- Reavaliação de Ativos (decorrente da avaliação periódica de bens móveis e imóveis)
- Ganhos com Incorporação de Ativos (aquisição de bens móveis e construção de bens imóveis)
- Desincorporação de Passivos (ajustes contábeis e da quitação de passivos, sobretudo, de pessoal)

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)

- Incorporação de Passivos (pelo registro contábil de passivos, sobretudo, de pessoal)
- Desincorporação de Ativos (desfazimento de bens móveis)
- Depreciação e Amortização (registro contábil pelo desgaste dos bens, considerando a vida útil)

O quadro abaixo demonstra o resultado patrimonial de 2018, confrontando-se o total registrado de VPAs e VPDs no exercício:

VPA	VPD	Resultado Patrimonial (VPA-VPD)
257.320.291,29	263.621.269,80	-6.300.978,51

Importante esclarecer que, além de ser influenciado pela execução orçamentária, com a aplicação dos recursos em pessoal, serviços e bens, também causa reflexos no resultado patrimonial, o trabalho de análise e registros contábeis dos atos e fatos que independem do orçamento realizados pela Contabilidade de acordo com as Normas Contábeis, o que contribui para a fidedignidade dos demonstrativos contábeis.

RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO



07

Anexos e Apêndices

Declaração de Integridade do Relato Integrado

“O Conselho de Governança do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, através de seus membros infra-assinados, declara junto aos órgãos de controle interno e externo que reconhece sua responsabilidade por assegurar a integridade do presente relatório integrado, bem como que foi aplicado o pensamento coletivo em sua preparação e apresentação, estando, portanto, este Relatório de Gestão 2018 em conformidade com a Estrutura Internacional do Relato Integrado IIRC.”

29/04/2019

SEI/TRE-PA - 0757434 - Declaração



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
RUA JOÃO DIOGO, 288 - Bairro CAMPINA - CEP 66015902 - Belém - PA

O Conselho de Governança do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, através de seus membros infra-assinados, declara junto aos órgãos de controle interno e externo que reconhece sua responsabilidade por assegurar a integridade do presente relatório integrado, bem como que foi aplicado o pensamento coletivo em sua preparação e apresentação, estando, portanto, este Relatório de Gestão 2018 em conformidade com a Estrutura Internacional do Relato Integrado IIRC.



Documento assinado eletronicamente por **OSMAR NELSON ELLERY FROTA**, *Diretor Geral*, em 26/04/2019, às 10:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SAMUEL CARVALHO MARINHO**, *Secretário*, em 26/04/2019, às 10:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE HOUAT DE BRITO**, *Secretário*, em 26/04/2019, às 11:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO AUGUSTO NASCIMENTO MONTERO VALDEZ**, *Secretário*, em 26/04/2019, às 11:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO GONCALVES DE MOURA**, *Presidente*, em 26/04/2019, às 11:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUZIA NADJA GUIMARAES NASCIMENTO**, *Corregedor Regional Eleitoral*, em 26/04/2019, às 11:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SÉRGIO ÂNGELO CAMPOS ALVES**, *Secretário Substituto*, em 26/04/2019, às 14:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO SERRUYA DE MEDEIROS**, *Secretário*, em 26/04/2019, às 14:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VILARETE DE ALMEIDA OLIVEIRA**, *Secretário Substituto*, em 26/04/2019, às 14:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **WALBER JOAQUIM DOS REMÉDIOS**, *Secretário*, em 26/04/2019, às 17:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0757434** e o código CRC **530764E2**.

0012164-30.2018.6.14.8000

0757434v1